



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

KELLY VIRGINIA SANTOS DO VALE

**ENTRE LUTAS E PRECARIIDADES: AS
OCUPAÇÕES NA PEQUENA CIDADE AMAZÔNICA
DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ, PARÁ**

**Belém – Pará
2023**



KELLY VIRGINIA SANTOS DO VALE

**ENTRE LUTAS E PRECARIIDADES: AS OCUPAÇÕES NA PEQUENA CIDADE
AMAZÔNICA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ, PARÁ**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro.

Belém – PA
2023

KELLY VIRGINIA SANTOS DO VALE

**ENTRE LUTAS E PRECARIIDADES: AS OCUPAÇÕES NA
PEQUENA CIDADE AMAZÔNICA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ,
PARÁ**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador(a): Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro.

RESULTADO _____.

DATA: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro
(orientador)

Prof. Dr. Bruno César Pereira Malheiro – Examinador Interno

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral – Examinador Externo

Belém – PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Vale, Kelly Virginia Santos do

Entre lutas precariedades as ocupações na pequena cidade Amazônica /Kelly Virginia Santos do Vale; orientação de Willame de Oliveira Ribeiro. - Belém, 2023

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Santo Antônio do Tauá (PA) - Condições sociais 2.Ocupações precárias.3.Santo Antônio do Tauá (PA) -Produção do espaço. I. Ribeiro, Willame de Oliveira da (orient). II. Título.

CDD 23ed. 307

Regina Coeli A. Ribeiro - CRB-2/739

DEDICATÓRIA

À minha família, por todo amor e apoio a mim dedicados. Sem vocês, nenhuma conquista seria possível.

O espaço é um campo de batalha, onde as lutas pela justiça, igualdade e liberdade são travadas.

Edward Soja

AGRADECIMENTOS

Expressar gratidão é uma habilidade fundamental para todo aquele que reconhece a importância do outro em nossa jornada. No decorrer desta caminhada acadêmica, há sempre muitas pessoas a quem agradecer. Assim, gostaria de expressar minha gratidão a todos aqueles que foram importantes para construção da pesquisa. Agradeço, primeiramente, a Deus pela oportunidade de viver esse momento e por ser minha fonte de força e inspiração em todos os dias.

Dedico a mais profunda gratidão a minha família. É com vocês e por vocês que todas as vitórias em minha vida se tornam possíveis. Aos meus amados pais Lucivaldo e Denise, obrigada por todo amor e apoio constantes. Não há palavras suficientes para expressar todo amor e gratidão que tenho por vocês. As minhas irmãs Karoline e Kamila que acompanharam de perto minha trajetória, inclusive, participando de exaustivas conversas sobre a pesquisa. Obrigada por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos. Ao meu irmão Gustavo por todo incentivo e colaboração nos trabalhos de campo pela cidade. Muito obrigada por tudo.

Aos colegas do mestrado, muito obrigada pelos aprendizados e trocas de conhecimento. Também gostaria de agradecer aos companheiros do GeoPurb por todos os debates e ensinamentos coletivamente construídos no âmbito de nosso grupo de pesquisa. Aos meus amigos Jhon Moraes e Anderson Carvalho pelo companheirismo de sempre. Das conversas mais corriqueiras aos debates acadêmicos, sou grata. Aos meus amigos Michael Cardoso e Roberta Maués pela parceria incrível que criamos. Muito obrigada por tornarem esses dias mais leves e prazerosos. Com a presença de vocês a jornada se tornou mais enriquecedora.

As representantes das ocupações que me acompanharam durante os trabalhos de campo e entrevistas: Francisca e Cléia. Sou muito grata pela parceria e colaboração.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Willame Ribeiro, por todas as orientações, acompanhamento e incentivo. Todas as conversas e ensinamentos foram imprescindíveis para a produção deste trabalho. Gostaria de agradecer também aos professores Dr. Bruno Malheiro e Dr. Márcio Douglas pelo acompanhamento da pesquisa e pelas contribuições ao longo do processo de construção do trabalho. Não poderia deixar de expressar minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UEPA por oportunizar nosso processo formativo, bem como aos professores do programa por todos os conhecimentos compartilhados. Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, cujo financiamento foi fundamental para nossa permanência no curso e para o desenvolvimento da pesquisa.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente com o desenvolvimento do trabalho, meu mais sincero agradecimento!

RESUMO

As ocupações precárias expressam caráter prático e simbólico da luta pela moradia em meio às desigualdades socioespaciais perpetuadas pelo processo de produção e apropriação desigual das cidades. Esses espaços surgem como forma de ação coletiva dos grupos sociais que, mesmo em meio a precariedade, encontram alternativas para sua reprodução. Com base nesse pressuposto, a presente pesquisa tem como objetivo principal compreender o processo de produção das ocupações precárias em Santo Antônio do Tauá sob a perspectiva do direito à cidade, analisando as implicações de sua inserção regional para a configuração das ocupações e as estratégias de sobrevivência dos grupos sociais inseridos nesses espaços de moradia. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em estudo de caso e teve os procedimentos metodológicos segmentados em duas etapas: a primeira contemplou o levantamento bibliográfico dos conceitos pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa e o levantamento documental sobre a cidade. A segunda fase dedicou-se à realização de trabalhos de campo nas duas áreas de estudo, as ocupações Barcelona e Sete de Setembro, nas quais foram realizadas entrevistas com os representantes comunitários e moradores. Como resultado do estudo é possível assinalar que a condição de pequena cidade inserida em um espaço urbano complexo tem um impacto significativo na dinâmica de produção das ocupações precárias. Para além de expressarem elementos intrínsecos ao próprio município, ou seja, os conteúdos sociais e as demandas internas por habitação, as ocupações também expressam a inserção regional da cidade, as quais são marcadas pela dispersão das camadas populares do espaço metropolitano da cidade-região de Belém para esta pequena cidade. Nesse sentido, evidenciou-se que a reprodução desses espaços representa a relevante estratégia de acesso à habitação e moradia dos grupos que se encontram precariamente incluídos na cidade. Isso quer dizer que em resposta às problemáticas socioespaciais que denotam o atual modo de produção das cidades, são criadas formas de sobrevivência, por vezes desgastantes, mas que são o caminho possível para a manutenção da vida para esses grupos sociais. Nesse sentido, as duas ocupações apresentam uma relação de possibilidade/negação no que concerne à garantia do direito à cidade. As barreiras que se erguem frente a reprodução dos grupos sociais evidenciam a dimensão da negação do direito à cidade, uma vez que a própria precarização da inserção das ocupações no conjunto urbano e a estigmatização de seus moradores atuam no sentido do acirramento das desigualdades e das (in)justiças espaciais e implicam em maiores desafios para a superação da condição de precariedade. Já a possibilidade está no sentido de que as práticas de apropriação do espaço, por meio da ocupação, fazem o caminho contrário à lógica do mercado e prezam pelo direito ao uso coletivo do solo urbano, pelo direito de morar e de apropriar-se do processo de produção da cidade. Assim, as diferentes estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos grupos sociais evidenciam o posicionamento ativo dos sujeitos face às desigualdades e denotam a necessidade de mudança da realidade que está posta. No plano prático, os discursos e reivindicações dos moradores das ocupações também revelam a luta cotidiana por justiça espacial, isto é, pela superação das privações, pela melhora das condições de moradia e a mitigação das problemáticas socioespaciais.

PALAVRAS-CHAVE: Santo Antônio do Tauá; Produção do espaço; Ocupações precárias; Estratégias de sobrevivência.

ABSTRACT

The precarious occupations express the practical and symbolic character of the fight for housing in the midst of socio-spatial inequalities perpetuated by the process of production and unequal appropriation of cities. These spaces emerge as a form of collective action by social groups that, even in the midst of precariousness, find alternatives for their reproduction. Based on this assumption, the main objective of this research is to understand the production process of precarious occupations in Santo Antônio do Tauá from the perspective of the right to the city, analyzing the implications of its regional insertion for the configuration of occupations and survival strategies of the social groups inserted in these living spaces. The research, of a qualitative nature, is based on a case study and had the methodological procedures segmented into two stages: the first included a bibliographical survey of the concepts pertinent to the development of the research and the documental survey about the city. The second phase was dedicated to carrying out field work in the two study areas, the Barcelona and Sete de Setembro occupations, in which interviews were conducted with community representatives and residents. As a result of the study, it is possible to point out that the condition of a small city inserted in a complex urban space has a significant impact on the production dynamics of precarious occupations. In addition to expressing elements intrinsic to the municipality itself, that is, the social contents and internal demands for housing, the occupations also express the regional insertion of the city, which are marked by the dispersion of the popular layers of the metropolitan space of the city-region of Belém for this small town. In this sense, it was evident that the reproduction of these spaces represents the relevant strategy for access to housing and housing for groups that are precariously included in the city. This means that in response to the socio-spatial problems that denote the current mode of production in cities, forms of survival are created, sometimes exhausting, but which are the possible way to maintain life for these social groups. In this sense, the two occupations present a relation of possibility/denial regarding the guarantee of the right to the city. The barriers that arise in the face of the reproduction of social groups show the dimension of the denial of the right to the city, since the very precariousness of the insertion of occupations in the urban complex and the stigmatization of its residents continue to intensify inequalities and (in)spatial justice and imply greater challenges for overcoming the condition of precariousness. The possibility is in the sense that the practices of appropriation of space, through occupation, go against the logic of the market and value the right to collective use of urban land, the right to live and to take ownership of the process of production in the city. Thus, the different strategies of survival by social groups show the active positioning of subjects in the face of inequalities and denote the need to change the reality that is set. On a practical level, the speeches and demands of the residents of the occupations also express the daily struggle for spatial justice, that is, for overcoming deprivation, for improving housing conditions and mitigating socio-spatial problems.

KEYWORDS: Santo Antônio do Tauá; Space production; Precarious occupations; Survival strategies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Fluxograma das etapas de construção da pesquisa. 2023.....	24
Figura 2 –	Santo Antônio do Tauá. Mapa do município. 2020.....	44
Figura 3 –	Localização do município de Santo Antônio do Tauá na Cidade-Região de Belém. 2023.....	47
Figura 4 –	Cidade-Região de Belém. Municípios componentes. 2023	50
Figura 5 –	Assentamentos precários da cidade de Santo Antônio do Tauá. 2023	61
Figura 6 –	Santo Antônio do Tauá. Perspectivas das habitações do PMCMV na ocupação Barcelona. 2022.....	62
Figura 7 –	Santo Antônio do Tauá. Perspectiva do loteamento Deus Proverá. 2023	64
Figura 8 –	Santo Antônio do Tauá. Residencial Laranjeiras I. 2023.....	65
Figura 9 –	Propagando do Residencial Laranjeiras II. 2022	66
Figura 10 –	Santo Antônio do Tauá. Residencial EcoPark. 2023	68
Figura 11 –	Santo Antônio do Tauá. Ocupação Zé Gordo. 2023.....	70
Figura 12 –	Santo Antônio do Tauá. Ocupação Nova Esperança. 2023	71
Figura 13 –	Santo Antônio do Tauá. Ocupação Nova Canaã. 2023.....	71
Figura 14 –	Santo Antônio do Tauá. Ocupação Sete de Setembro. 2022..	72
Figura 15 –	Santo Antônio do Tauá. Localização da ocupação Barcelona. 2023.....	111
Figura 16 –	Santo Antônio do Tauá. Paisagem da Ocupação Barcelona. 2022.....	118
Figura 17 –	Ocupação Barcelona. Perspectiva das habitações. 2022	120
Figura 18 –	Ocupação Barcelona. Precariedade das habitações do PMCMV. 2022	121
Figura 19 –	Santo Antônio do Tauá. Localização da ocupação Sete de Setembro. 2023	123
Figura 20 –	Sete de Setembro. Precariedade das ruas. 2022.....	129
Figura 21 –	Sete de Setembro. Precariedade das habitações. 2022	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cidade-Região de Belém. Produto Interno Bruto dos Municípios. 2000 e 2017	52
Tabela 2 – Cidade-Região de Belém. Deslocamentos temporários de pessoas por motivo de trabalho com destino ao Município de Belém/PA. 2010.....	53
Tabela 3 – Deslocamentos temporários de pessoas por motivo de estudo com destino ao Município de Belém/PA. 2010	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Conceitos e temas norteadores da pesquisa.....	29
Quadro 2 –	Santo Antônio do Tauá. Bairros da sede municipal em sua origem entre os anos 1898 a 1990. 2020	40
Quadro 3 –	Santo Antônio do Tauá. Ocupações urbanas da sede municipal na década de 2000. 2020	41
Quadro 4 –	Santo Antônio do Tauá. Novas áreas de moradia nos anos de 2010 e 2015. 2021.....	43
Quadro 5 –	Caracterização das principais Tipologias de Assentamentos Precários.	83
Quadro 6 –	Santo Antônio do Tauá Santo Antônio do Tauá. Escolaridade, profissão e renda dos moradores entrevistados. Ocupação Barcelona. 2022	112
Quadro 7 –	Santo Antônio do Tauá. Composição familiar e renda. Ocupação Barcelona. 2022	113
Quadro 8 –	Santo Antônio do Tauá. Escolaridade, profissão e renda dos moradores entrevistados. Ocupação Sete de Setembro. 2022	124
Quadro 9 –	Santo Antônio do Tauá. Composição familiar e renda. Ocupação Sete de Setembro. 2022	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1–	Santo Antônio do Tauá. População municipal de 1970 a 2021. 2022.....	48
Gráfico 2 –	Santo Antônio do Tauá. Caracterização das condições de moradia na Ocupação Barcelona. 2022.....	115
Gráfico 3–	Santo Antônio do Tauá. Principais problemas do local de moradia na percepção dos moradores da ocupação Barcelona. 2022.....	117
Gráfico 4–	Santo Antônio do Tauá. Caracterização das condições de moradia na Ocupação Sete de Setembro. 2022.....	126
Gráfico 5 –	Santo Antônio do Tauá. Principais problemas do local de moradia na percepção dos moradores da ocupação Sete de Setembro. 2022	127
Gráfico 6–	Ocupação Barcelona. Origem dos entrevistados. 2022.....	132
Gráfico 7 –	Santo Antônio do Tauá. Tempo de moradia dos entrevistados da Ocupação Barcelona. 2022.....	134
Gráfico 8 –	Santo Antônio do Tauá. Origem dos entrevistados. Ocupação Sete de Setembro.....	139
Gráfico 9 –	Santo Antônio do Tauá. Tempo de moradia dos entrevistados da Ocupação Sete de Setembro. 2022.....	142

LISTA DE SIGLAS

GeoPurb – Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IIDTE – Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Estudo

IIDTT – Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Trabalho

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

REGIC – Região de Influência das Cidades

UNAMA – Universidade da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA	23
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
1.3 FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS E MÉTODO DA PESQUISA.....	34
2. SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ: UMA PEQUENA CIDADE AMAZÔNICA INSERIDA EM CONTEXTO COMPLEXO	37
2.1 A PEQUENA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ E SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO	37
2.2 A INSERÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ NA CIDADE-REGIÃO DE BELÉM	46
2.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ E OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS.....	59
3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E O DIREITO À CIDADE NA AMAZÔNIA	75
3.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	75
3.2 ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, MORADIA E DIREITO À CIDADE.	86
3.3 MORADIA E PRECARIIDADE EM PEQUENAS CIDADES AMAZÔNICAS.....	94
4. OCUPAÇÕES PRECÁRIAS, ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E DIREITO À CIDADE EM SANTO ANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA	107
4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ.....	107
4.1.1 Ocupação Barcelona.....	108
4.1.2 Ocupação Sete de Setembro	122
4.2 SOBRE AS OCUPAÇÕES PRECÁRIAS E SUA INSERÇÃO NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	131
4.2.1 Ocupação Barcelona e sua inserção na cidade	131
4.2.2 Ocupação Sete de Setembro e sua inserção na cidade.....	139
4.3 AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	172
APÊNDICES	177

INTRODUÇÃO

O espaço urbano da pequena cidade de Santo Antônio do Tauá tem expressado, nos últimos anos, a presença marcante de áreas de moradia precária em sua composição. Estes espaços apresentam elementos específicos que os caracterizam enquanto assentamentos precários, sejam estes na forma de ocupações ou de loteamentos. Sua produção, no entanto, está associada a uma combinação de processos internos ao município e à influência exercida por dinâmicas metropolitanas, dada a proximidade física e relacional desta cidade com o espaço metropolitano de Belém. Para Ribeiro (2021), esta cidade compõe o entorno metropolitano da cidade-região de Belém, ratificando sua relação com a metrópole.

A cidade conta com uma malha urbana simples, na qual se observa a existência de oito bairros oficialmente reconhecidos, alguns deles originados a partir de ocupações. Para além dos espaços já institucionalizados, identifica-se a presença de oito assentamentos precários, sendo um loteamento e sete ocupações, três delas localizadas em área dispersa do núcleo urbano. Grande parte desses assentamentos foram criados a partir do ano de 2010 e, em determinados casos, ainda continuam em processo de produção. Isto é, a composição desta pequena cidade revela, logo à primeira vista, a expressividade dos assentamentos precários no âmbito da produção de velhos e novos espaços de moradia.

Desse modo, a produção do espaço urbano de Santo Antônio do Tauá está atrelada à atuação de agentes diversos, dos quais, destacam-se o Estado e os grupos sociais precariamente incluídos. O primeiro, além de ter orientado a ocupação das terras tauaenses, institucionalização e estruturação dos bairros da cidade, também atuou enquanto modelador do espaço mediante a oferta de unidades habitacionais vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida. Estas habitações, no entanto, resultaram de um processo de organização desestruturado que criou um ambiente de moradia precário.

Quanto às ocupações precárias, produzidas por meio da atuação dos grupos sociais precariamente incluídos, adquiriram grande expressividade no âmbito da expansão do espaço produzido da sede municipal. A reprodução desses espaços precários, entretanto, não está associada apenas às dinâmicas internas do município,

sendo influenciada por forças externas atreladas à inserção desta cidade na rede urbana regional.

A população municipal de Santo Antônio do Tauá passou por um crescimento significativo na última década. Nos dados do censo de 2010 foram contabilizados 26.674 habitantes (IBGE, 2010), enquanto, na estimativa para o ano de 2021, foram apontados 32.346 habitantes (IBGE, 2021). O quantitativo expressa um importante aumento no número de moradores, 21% de crescimento, especialmente quando se trata de uma pequena cidade amazônica. Nesse sentido, a hipótese inicial levantada neste trabalho é de que este incremento populacional possa ter relação com o crescimento dos assentamentos precários na cidade.

Nestes termos, um dos fatores associados ao fortalecimento das ocupações em Santo Antônio do Tauá consiste no processo de dispersão dos espaços de moradia precária do espaço metropolitano para as cidades do entorno metropolitano da cidade-região de Belém, em que se destaca o processo de dispersão das camadas populares do espaço metropolitano para as ocupações precárias desta pequena cidade. No caso em tela, a presença significativa de moradores egressos da capital e de cidades nas áreas de ocupação da cidade estudada reforça a hipótese em questão. Especialmente porque parte desses sujeitos tem atuado enquanto agentes modeladores do espaço, encarregados pelo processo de ocupação de terras e organização de novos assentamentos precários.

Diante disso, o objeto da presente pesquisa está centrado na produção das ocupações precárias na cidade de Santo Antônio do Tauá, tomando-se como referência as proposições de Pinheiro et al. (2016), que considera que os assentamentos precários são espaços cujo traço mais marcante reside nas condições de precariedade da moradia e identifica as ocupações enquanto um dos principais tipos de assentamento precário encontrados nas cidades amazônicas. Na cidade em estudo, as ocupações precárias recentes assumem os contornos daquilo que o autor supracitado chamou de ocupações de conversão de terra rural em urbana.

Assim, de forma mais específica, são apontados dois espaços de moradias para compor o estudo de caso da pesquisa: a Ocupação Barcelona e a Ocupação Sete de Setembro. Sobre a primeira ocupação, o contato inicial com a realidade empírica mostrou a existência de condições precárias de moradia e a presença/ausência do Estado em termos de melhoria das estruturas da ocupação. Além disso, observou-se que a ação deste agente materializou uma realidade ainda

mais precária que a encontrada na parte pré-existente da ocupação, isto é, a partir da produção desordenada e de baixa qualidade das habitações do PMCMV. Soma-se a isso a insegurança jurídica associada à falta de regulamentação da posse das casas e a ausência de titulação dos lotes de terras ocupadas.

Em relação à Ocupação Sete de Setembro, ressalta-se que esta se encontra entre os assentamentos precários mais recentes de Santo Antônio do Tauá e compõem uma área de expansão não contígua ao núcleo urbano da cidade. Sua produção teve início no ano de 2015 mediante a ocupação de terras ociosas, as quais se deram por meio da atuação de agentes precariamente incluídos pertencentes ao espaço metropolitano da cidade-região de Belém. A composição social deste assentamento mostra a presença de moradores do próprio município e outras cidades do espaço metropolitano, incluindo a capital Belém. Todavia, as condições de moradia observadas neste espaço estão entre as mais precárias da cidade.

Os espaços de moradia investigados nesse estudo são expressão das marcas das desigualdades socioespaciais, notada a partir da precarização do espaço e da inserção de seus moradores na cidade. Entretanto, o contato com os sujeitos da pesquisa mostrou que o posicionamento dos moradores em face a precarização não se dá de modo passivo. Em resposta a essas problemáticas são criadas formas de sobrevivência, por vezes desgastantes, mas que são o caminho possível para a manutenção da vida. Assim, neste trabalho foram identificadas algumas das principais estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos moradores das ocupações, às quais se desdobram tanto por meio de ações coletivas quanto individuais.

Problemática da pesquisa

A dimensão da moradia é um dos principais problemas enfrentados pelas populações que residem nas cidades amazônicas, sobretudo para os grupos sociais em que a renda familiar baixa somente permite o acesso às condições mais básicas de reprodução da vida. Para Oliveira e Costa (2007, p. 10), a precariedade da moradia testemunhada nas cidades não é somente a manifestação das “[...] desigualdades sociais concretizadas em desigualdades socioespaciais pela falta de serviços básicos e de direitos humanos, são também sintomas de uma sociedade urbana, em que desigualdades não apenas são toleradas, como proliferam”.

Estas desigualdades são entendidas, segundo aponta Rodrigues (2007), como um processo que expressa as formas e conteúdos da apropriação e da propriedade da cidade enquanto mercadoria, da constante exploração da força de trabalho, assim como da acumulação desigual no espaço e da contraditória presença/ausência do Estado capitalista no espaço urbano.

No caso de Santo Antônio do Tauá, a grande expressão deste processo se materializa a partir dos assentamentos precários. Nesses espaços de moradia, as condições de reprodução social são permeadas por diferentes problemáticas, desde aquelas ligadas à baixa renda e à falta de estabilidade no trabalho, até questões como criminalidade, falta de saneamento básico e superlotação das habitações. Esses elementos, que representam diferentes traços da precariedade urbana, não fazem referência somente à habitação, mas, à moradia como um todo, abrangendo desde as estruturas físicas de seus respectivos locais de moradia, até as formas de organização e de sociabilidade dos cidadãos.

No âmbito desta pequena cidade amazônica, os assentamentos urbanos com maior protagonismo em termos de produção do espaço são as ocupações precárias, comumente encontradas nos espaços urbanos metropolitanos. Todavia, nesta cidade, as ocupações assumem certas particularidades, especialmente no que concerne à presença ainda mais evidente de conteúdos urbanos entrelaçados a conteúdos e formas rurais. Dadas às condições locais, os moradores ainda enfrentam inúmeras dificuldades em relação à melhoria das condições de moradia e, em certos casos, ainda se defrontam com barreiras de inserção aos demais espaços da cidade.

O modo como a produção e a apropriação do espaço urbano tem se dado Santo Antônio do Tauá, certamente, não estão pautados em projeto de cidade e de sociedade que tenham como horizonte próximo aquele idealizado no âmbito do direito à cidade. Contudo, este conceito desenvolvido por Lefebvre nos coloca diante do dever de questionar a realidade que está posta e de pensar em uma realidade outra, em um projeto de cidade mais igualitária. Para Alves (2017, p. 169), “Lutar pelo direito à cidade é reconhecer que a segregação socioespacial existe, e que existe também a privação das riquezas socialmente produzidas, apropriadas privadamente, ou seja, é por não existir o direito à cidade que é necessário criar estratégias de luta para conquistá-lo”.

Ao atentarmos para o presente, isto é, para as questões que precisam de atenção imediata, podemos então admitir a importância de se advogar por justiça

espacial. Uma vez que, enquanto não for possível estabelecer bases sólidas que nos permitam alcançar o direito à cidade, “[...] as lutas vão ao sentido da busca pela justiça espacial que, ao menos, poderia significar uma minimização das desigualdades socioespaciais existentes” (ALVES, 2016, p.13).

Nesta perspectiva, o ato de ocupar a terra urbana e a organização em torno da autoconstrução das habitações se apresentam como algumas das dimensões da luta por direitos básicos. Essas estratégias de resistência, de permanência e inclusão à cidade nos indicam que, no plano prático, as reivindicações populares têm se voltado para a busca por justiça espacial, manifestando-se a partir das reclamações por moradia, mobilidade, lazer, por acesso à educação e saúde pública, enfim, por condições de vida digna. Os espaços de ocupação, onde as condições de moradia precária se apresentam de forma mais latente, são grandes exemplos disso e é a partir desses espaços que novas forças populares de contestação têm começado a se expressar.

Com base nesta discussão, a problemática central que norteia a presente pesquisa pode ser definida mediante o seguinte questionamento: Como se dá a produção das ocupações precárias Santo Antônio do Tauá e quais suas implicações em termos do direito à cidade?

Para responder tal problema, a pesquisa também buscará refletir sobre as questões norteadoras que se seguem:

- Como se caracterizam as ocupações precárias da cidade e as condições de vida de seus habitantes?
- De que forma se dá a inserção das ocupações precárias na cidade e como se manifesta a garantia do direito à cidade aos seus moradores?
- Quais as estratégias de sobrevivência adotadas pelos grupos sociais inseridos em ocupações precárias?
- De que modo a condição de pequena cidade inserida em espaço urbano complexo interfere na dinâmica das ocupações precárias em Santo Antônio do Tauá?

Objetivos da pesquisa

Com base na problemática anteriormente apresentada, o objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender a produção das ocupações precárias em Santo Antônio do Tauá sob a perspectiva do direito à cidade.

De modo mais específico, a pesquisa também busca verificar as principais características das ocupações precárias da cidade e as condições de vida de seus habitantes. Assim como examinar de que maneira se dá a inserção das ocupações precárias na cidade e a garantia do direito à cidade aos seus moradores. Analisar as estratégias de sobrevivência dos grupos sociais inseridos em ocupações precárias. E entender como a condição de pequena cidade inserida em espaço urbano complexo interfere na dinâmica das ocupações precárias em Santo Antônio do Tauá.

Justificativa da pesquisa

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se em uma série de elementos que partem desde o interesse particular da autora pela área de estudo em questão, até fatores de caráter científico e social.

De acordo com Ribeiro (2017), no quadro das pesquisas científicas ainda há uma grande insuficiência de estudos sobre as cidades amazônicas, principalmente quando se trata de núcleos urbanos para além das metrópoles, isto é, núcleos urbanos de médio e pequeno porte. No caso de pequenas cidades como a de Santo Antônio do Tauá, os estudos de cunho geográfico são ainda mais limitados, especialmente no que diz respeito aos temas relativos à geografia urbana. Ao considerarmos a discussão sobre os assentamentos precários, o volume de pesquisas se mostra ainda mais escasso, reforçando a relevância de um estudo que se propõe a discutir as condições de moradia e de vida daqueles que habitam e produzem tais espaços, pesquisa ainda inédita em nível de mestrado na cidade.

Desse modo, a opção por estudar especificamente a cidade de Santo Antônio do Tauá remete ao fato de que é nesse município que reside a presente autora, a partir dessa cidade foram e ainda são estabelecidos seus laços de sociabilidade e vivência. Ao longo dos anos, tivemos a oportunidade de conhecer as dinâmicas sociais que se desenvolvem na cidade, as lutas e resistências das comunidades e os desafios enfrentados pelos moradores das ocupações precárias.

Essa proximidade com a realidade nos motivou a investigar as especificidades das ocupações precárias em Santo Antônio do Tauá, bem como as estratégias de

organização e resistência dos moradores. A partir da relação de proximidade com as ocupações, advém o interesse em contribuir para a produção de conhecimento local, que valorize as vozes dos moradores e permita uma compreensão mais profunda dos processos socioespaciais que ocorrem na cidade.

Por essa razão, o contato com o local estudado não se limita apenas a uma perspectiva acadêmica, mas também pessoal. É uma cidade que faz parte de nossa história enquanto cidadina e que nos ensina a cada dia sobre as complexidades do espaço urbano. Através dessa pesquisa busca-se oferecer uma pequena contribuição à construção de um conhecimento científico local, de modo que possibilite a visibilização das vivências e lutas das ocupações.

No que se refere à temática da pesquisa, a escolha por estudar os assentamentos precários se baseia em dois fatores: o primeiro refere-se ao expressivo número de espaços que apresentam características de assentamentos precários na cidade, especialmente as ocupações ou que delas tiveram origem, indicando a relevância desse tipo de aglomeração no quadro da produção do espaço urbano e as condições de reprodução social de seus moradores.

Em segundo lugar, deve-se ressaltar que a experiência da autora no desenvolvimento de pesquisas dedicadas à investigação dos assentamentos precários na cidade de Castanhal, realizadas no âmbito dos projetos de iniciação científica e do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPurb), também foram fatores que possibilitaram um olhar mais atento à problemática em tela e fomentaram o objetivo de contribuir com a visibilização dos dramas e demandas dos sujeitos que dão forma e vida às ocupações precárias da cidade. Desta feita, a presente pesquisa propõe dar continuidade ao estudo dos espaços de moradia precária, neste caso, partindo da leitura da realidade concreta da pequena cidade de Santo Antônio do Tauá.

Estrutura do trabalho

Além da introdução, o corpo do trabalho é formado por quatro capítulos. O primeiro encarrega-se da abordagem metodológica da pesquisa e apresenta a seguinte estruturação: a caracterização da pesquisa; procedimentos metodológicos, onde são detalhados os passos desenvolvidos na pesquisa; e em seu último tópico, apresenta-se a forma de análise e o método empregados na pesquisa.

O segundo capítulo apresenta uma leitura documental e empírica acerca da produção da cidade de Santo Antônio do Tauá. A primeira parte traz a contextualização sobre o processo de formação da cidade. No segundo tópico, é desenvolvido o debate a respeito da inserção desta cidade no âmbito da cidade-região de Belém, expressando a relação desta com a rede-urbana regional. Já na última seção é discutido o processo de produção do espaço urbano de Santo Antônio do Tauá, apresentados os diferentes espaços de moradia produzidos na cidade, com foco nas ocupações precárias

Na sequência, o terceiro capítulo aborda a perspectiva teórica empregada neste trabalho, a qual se esboçou através da revisão bibliográfica dos principais conceitos e noções que norteiam a pesquisa. O primeiro tópico versa sobre a produção do espaço urbano e os assentamentos precários. Já o segundo discute sobre os assentamentos precários e a condição de moradia associada a este espaço, além de trazer a perspectiva do direito à cidade para o debate. Por fim, em seu terceiro tópico, é tratada a questão da moradia e precariedade nas pequenas cidades amazônicas.

O quarto, e último capítulo, está centrado no tratamento dos dados empíricos dos estudos de caso, no qual é realizada a caracterização socioespacial dos assentamentos precários de Santo Antônio do Tauá. O primeiro subitem desta seção aborda a caracterização socioespacial da ocupação Barcelona e o segundo subitem trata da caracterização da ocupação Sete de Setembro. Em sequências, o segundo tópico versa sobre a inserção de ocupações na cidade. Por fim, o terceiro tópico promove uma análise sobre as estratégias de sobrevivência dos grupos sociais que atuam na produção das ocupações estudadas.

1. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

No âmbito da produção científica, um dos critérios mais importantes para a validação da pesquisa está centrado na avaliação da metodologia empregada no estudo. A construção e a demonstração do percurso metodológico e dos instrumentos utilizados durante a sua execução são fundamentais para se reconhecer a forma de organização da investigação científica e assegurar maior confiabilidade aos resultados encontrados.

Desta forma, considera-se que a abordagem metodológica no âmbito da produção geográfica merece igual atenção, haja vista que as pesquisas nesta área das ciências humanas também seguem o mesmo rigor adotado em outras ciências. Assim, adiante serão expostos os caminhos metodológicos já efetivados nessa pesquisa, bem como os passos que ainda serão desenvolvidos no decorrer do estudo.

Na sequência, apresenta-se a figura 1, na qual consta o fluxograma das etapas de construção da pesquisa, ilustrando os procedimentos executados. A primeira coluna mostra as fases de elaboração do projeto de pesquisa que subsidiou a produção deste estudo. Posteriormente, a segunda coluna apresenta a estrutura metodológica propriamente dita, com o tipo de pesquisa, os procedimentos metodológicos e a forma de análise dos dados, os quais serão tratados ao longo deste capítulo. A terceira e última coluna exemplifica os produtos obtidos a partir da realização das etapas de construção da pesquisa, as quais culminaram na produção deste trabalho.

base nos elementos empíricos não pode ser traduzido em números. Neste sentido, a pesquisa qualitativa privilegia a análise do processo, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Este tipo de pesquisa tem a característica de utilizar a técnica descritiva para retratar o objeto estudado. A análise dos dados tende a ser feita de indutivamente, mediante a concepção teórico-metodológica do pesquisador. Portanto é menos formal do que a quantitativa, pois, nesta última, seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. Assim, “A análise qualitativa depende de muitos fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 113).

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se encarrega de dar respostas a questões bastante particulares. Trata de aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Isto é, esse tipo de pesquisa trabalha com “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, pp. 21-22).

Segundo esta autora supracitada, a diferença existente entre qualitativo e quantitativo está na natureza dos dados a serem coletados e nas técnicas empregadas. Enquanto os pesquisadores sociais que utilizam técnicas estatísticas captam apenas fenômenos em sua face concreta, visível, morfológica etc., os que trabalham com a perspectiva qualitativa debruçam-se sobre os significados das ações e relações humanas, essencialmente sociais. Portanto, não são perceptíveis ou representáveis em equações e estatísticas. Ainda assim, para Minayo (2001), estes dois conjuntos de dados, apesar de distintos, não se opõem. Pelo contrário, estes são complementares, pois a realidade retratada por eles interage de forma dinâmica, o que excluiria possíveis dicotomias.

Para Minayo (2012), a pesquisa qualitativa se apresenta como uma importante forma de investigação nas ciências sociais. No entanto, as formas de análise neste tipo de pesquisa precisam estar bem estabelecidas para que se tenha o rigor necessário no desenvolvimento dos estudos que a utilizam. Para tanto, a autora estabeleceu dez passos que norteiam a execução e análise na pesquisa qualitativa, os quais se apresentam a seguir:

- Primeiro: Tomar conhecimentos dos termos estruturantes da pesquisa qualitativa. A autora apresenta o seguinte conjunto de substantivos que se complementam entre si: experiência, vivência, senso comum e ação. Associados aos verbos que dão base para a análise qualitativa: compreender, interpretar e dialetizar;
- Segundo: delimitar o objeto da pesquisa a partir de uma pergunta ou de uma problematização e realizar sua teorização. O estabelecimento desta indagação orienta o desenvolvimento da pesquisa e norteia o pesquisador no decorrer do desenvolvimento do seu trabalho.
- Terceiro: Definir as estratégias a serem aplicadas no campo. De acordo com Minayo (2012), é fundamental estabelecer de forma clara os passos a serem tomados durante os trabalhos de campo. É necessário que os instrumentos operacionais utilizados tenham como base a fundamentação teórica apropriada pelo investigador. Assim, os roteiros de entrevista ou estratégias de observação de campo devem estar alinhados ao marco teórico adotado para o estudo.
- Quarto: Dirigir-se de modo informal ao local de pesquisa, visando observar as dinâmicas e processos que de fato estão ocorrendo nesse espaço. Nesse sentido, torna-se necessário dirigir-se até o campo sem grandes pretensões formais, ou cenários pré-definidos. Nesta etapa, segundo a autora em questão, é preciso alargar o nível de segurança em relação à abordagem do objeto. Se possível, fazer algumas entrevistas e realizar a reelaboração de hipóteses, pressupostos e instrumentos, com o objetivo alinhar ainda mais a relação entre arcabouço teórico e os primeiros registros da realidade estudada.
- Quinto: A ida ao campo deve ser precedida pela investigação teórica. Deste modo, o pesquisador deve ir ao campo munido de teoria e de possíveis hipóteses, porém, sempre aberto para questioná-las e até refutá-las mediante a realidade encontrada. A imersão na realidade empírica à procura de informações previstas ou não no roteiro inicial é fundamental.
- Sexto: Organizar os dados secundários e o material empírico e absorver as informações e observações obtidas no campo. Segundo Minayo (2012, p. 624) “É preciso investir na compreensão do material trazido do campo, dando-lhe valor, ênfase, espaço e tempo”.
- Sétimo: Elaborar a tipificação das informações colhidas em campo e realizar a transição entre os dados empíricos e a produção teórica. Para tanto, deve

organizar, realizar a leitura dos dados empíricos, classificá-los em subgrupos que contenham uma coesão interna e possibilite a análise das informações mais importantes coletadas durante o campo. Neste esforço de síntese deve-se buscar o sentido daquilo que foi relatado nas entrevistas, ultrapassando as “verdades” sustentadas na aparência. Portanto, a busca se voltará para compreensão não apenas do que foi dito, mas também das intencionalidades e contradições presentes nas falas dos entrevistados.

- Oitavo: Nesta etapa Minayo (2012) assinala que o pesquisador deve realizar a interpretação de segunda ordem. Nesse momento os subgrupos e categorias elaboradas a partir da leitura dos dados empíricos devem passar por um novo processo de teorização. Em certos casos, as bases teóricas que deram suporte ao início da investigação podem não ser mais suficientes para a interpretação das informações obtidas no campo, portanto, novas discussões devem ser anexadas. Deste modo, a produção da pesquisa deve superar a descrição e avançar no sentido da análise crítica.
- Nono: Trabalhar na produção de um texto que seja fiel ao que foi encontrado no campo, contextualizado e acessível. Nas palavras de Minayo (2012 p. 625) “A conclusão de uma análise qualitativa deve apresentar um texto capaz de transmitir informações concisas, coerentes e, o mais possível, fidedignas”
- Décimo: Assegurar os critérios de fidedignidade e de validade da pesquisa. Para a referida autora, na pesquisa qualitativa alguns passos devem ser seguidos para que esta tenha validade e sua fidedignidade seja resguardada, são eles: O primeiro refere-se a requisitos da pesquisa científica em geral: teoria, método e técnicas adequados, descritos e avaliáveis por qualquer outro investigador, ou seja, clareza e transparência devem compor o processo de construção da pesquisa. Em segundo lugar, uma análise qualitativa bem estruturada deve evidenciar as ações que são desenvolvidas no campo, bem como seus interesses e dificuldades enfrentadas na construção do objeto de pesquisa.

Conforme assinalado por Minayo (2012), o percurso traçado confere uma perspectiva analítica e sistemática para a pesquisa qualitativa e, nesse sentido, possibilita a “[...] objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria prima

opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade”.

Nesse caminho, segundo a autora, a análise de cunho qualitativo oportuniza a construção de conhecimento sólido e congrega todos os pressupostos e instrumentos necessários para ser considerada e reconhecida como um construto científico relevante. É na esteira deste pensamento que estão assentadas as premissas deste trabalho. Ainda que se lance mão de dados secundários para fundamentar alguns debates no decorrer da pesquisa, o foco principal é a abordagem qualitativa, tendo como base fundamental os achados do campo, o contato com os dados empíricos e a sua interpretação, mediante as bases teóricas e metodológicas adotadas.

Em virtude da natureza do objeto de estudo e da problemática estabelecida, a pesquisa se caracteriza enquanto um estudo de caso da cidade de Santo Antônio do Tauá. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa consiste no estudo aprofundado de um ou de poucos objetos, visando atingir o conhecimento amplo e detalhado acerca da realidade que se estuda. Para Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa abrangente, pautada na investigação empírica de um fenômeno atual dentro do seu contexto na vida real, cuja interpretação preserva as características significativas dos eventos estudados.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de organizar as etapas de desenvolvimento da pesquisa e alcançar a maior aproximação possível da problemática estabelecida, os procedimentos metodológicos a serem utilizados estão organizados em duas fases, a primeira dedica-se à fundamentação teórica, levantamento documental e à abordagem exploratória das áreas de estudo, os quais são expostos a seguir:

Levantamento bibliográfico

A realização desta etapa da pesquisa cumpre o importante papel de analisar materiais previamente elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos da área de interesse da pesquisa (GIL, 2008). Conforme aponta Severino (2007), a pesquisa de cunho bibliográfico deve utilizar dados e/ou categorias

previamente trabalhadas por pesquisadores devidamente registrados, ou seja, autores reconhecidos e que possuem produções científicas significativas acerca da temática em questão. Nesse sentido, os textos publicados servem de referência para os temas a serem estudados, de modo que, os pesquisadores têm como ponto de partida as contribuições dos estudos analíticos presentes nestas obras (SEVERINO, 2007).

Seguindo esta linha de pensamento, o levantamento bibliográfico desta pesquisa buscou promover a fundamentação teórica sobre os principais conceitos e discussões pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa e de sua problemática. A relação dos conceitos tidos como norteadores para o desenvolvimento do trabalho e seus respectivos autores está disposta no quadro 1:

QUADRO 1– Conceitos e temas norteadores da pesquisa.

TEMA/CONCEITOS	AUTOR	TIPO DA OBRA	ANO
Produção do espaço urbano	CARLOS, A. F. A.	Livro	2007
		Livro	2017
	CORRÊA, R. L.	Livro	1989
		Livro	2017
	SPOSITO, M. E. B.	Livro	2000
Pequenas cidades	ENDLICH, A. M.	Livro	2006
	SPOSITO, E. S; JURADO DA SILVA	Livro	2013
	OLIVEIRA, J. A.; COSTA, D. P.	Artigo	2007
Assentamentos precários e moradia	CARDOSO, A. L.	Livro	2016
	MARQUES, E.	Livro	2007
Direito à cidade e Justiça espacial	LEFEBVRE, H.	Livro	2015
	ALVES, G. A.	Artigo	2016
	BENACH, N.	Livro	2017
Cidade Região	RIBEIRO, W. O.	Artigo	2021

Fonte: Elaboração própria.

O espaço urbano, entendido enquanto condição, meio e produto das relações sociais, tem como base de sua produção as práticas humanas, haja vista que, a sociedade ao produzir sua vida na cidade produz também o espaço urbano (CARLOS, 2007). De acordo com Corrêa (2011), este processo de produção do espaço urbano é movido por agentes sociais concretos que produzem e consomem os espaços das cidades mediante interesses e estratégias próprias, são eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

A respeito dos assentamentos precários, adota-se a perspectiva de Cardoso (2016) que assinala que estes espaços são fortemente marcados pela precarização das condições de moradia. De forma mais específica, o autor apresenta as seguintes tipologias de assentamentos: as favelas e assemelhados, os loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados.

No âmbito regional, evidencia-se a produção de outros tipos de assentamentos precários que se apresentam a partir da terminologia ocupação, para Pinheiro et al. (2016), este tipo de assentamentos, presentes na região metropolitana de Belém, possuem características socioespaciais que se aproximam as das “favelas e assemelhados”. Sua produção tem como principais agentes os grupos sociais precariamente incluídos, mediante a ocupação de terras e da autoconstrução. Segundo o autor supracitado, os aspectos mais notáveis desse tipo de assentamento são: as irregularidades fundiárias, as condições precárias de moradia, pobreza e a violência.

Diante desta problemática, a pesquisa também incorpora debates sobre o direito à cidade e a justiça espacial com o intuito de promover uma análise crítica da produção do espaço urbano na cidade Santo Antônio do Tauá, especialmente no que concerne aos seus assentamentos precários. Isto porque, o direito à cidade põe em pauta a transformação da realidade que está posta, segundo Lefebvre (2015, pp. 117-18), “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. Para Benach (2017), os conceitos de direito à cidade e justiça espacial, possuem uma perspectiva transformadora e revolucionária, pois colocam as problemáticas inerentes à cidade e à sociedade que a materializa com a sua devida ênfase crítica.

Para além dos conceitos já citados, a pesquisa bibliográfica também abarcou as proposições de Riberio (2021) acerca do conceito de Cidade-Região para tratar da inserção da cidade de Santo Antônio do Tauá na rede urbano-regional. Não obstante foi realizada a periodização do processo de formação socioespacial da cidade de Santo Antônio do Tauá, tendo como base os estudos de Brioso (1976), Palheta (1980) e Penteado (1967), os quais apresentam importantes contribuições sobre a história da cidade em diferentes momentos de sua formação.

Levantamento documental

Este procedimento da pesquisa baseia-se no resgate de materiais que não receberam algum tipo de tratamento analítico ou que podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa (GIL, 2008). Trata-se, portanto, da concepção de documento no sentido amplo, não apenas os materiais impressos, “mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (SEVERINO, 2007, p. 123), que serve de base para o desenvolvimento das investigações científicas.

Nesta pesquisa, o levantamento documental foi direcionado para a compreensão da condição de inserção de Santo Antônio do contexto regional, para tanto, utilizou-se os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tanto no que se refere às informações contidas no Censos Demográficos Brasileiros, quanto no que diz respeito a estudos como os da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017), como o de Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2020), para subsidiar a discussão.

A realização da coleta de dados de base documental efetivou-se a partir de visitas a órgãos e instituições tais como: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá – PMSAT, Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, Biblioteca Municipal de Santo Antônio do Tauá. Assim como, no acervo digital de estudos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA; também serão utilizados documentos disponibilizados em sites da internet: os dados sobre o PMCVI disponíveis no Sistema de Gerenciamento da Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Trabalhos de campo exploratório

Consiste na fase preliminar de desenvolvimento da pesquisa, onde se promove um primeiro contato com a área de estudo e os sujeitos envolvidos. O objetivo deste procedimento é gerar mais informações sobre assunto que está sendo investigado, “possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). Nesta perspectiva, a abordagem exploratória da área de estudo será estruturada da seguinte forma:

Dedicou-se à identificação dos assentamentos precários presentes em Santo Antônio do Tauá, observando as indicações teóricas adotadas para a identificação das ocupações precárias da cidade. Em sequência foi realizada a escolha de duas áreas de estudo específicas, uma delas já havia sido prevista no projeto de pesquisa (Barcelona), a segunda foi escolhida a partir dos trabalhos de campo realizados na cidade, onde se verificou que a ocupação Sete de Setembro apresenta produção do espaço recente e contém fortes indícios de precarização da moradia.

Assim, no decorrer do mês de maio de 2022 foram realizadas coletas de dados por meio da observação sistemática nas duas áreas escolhidas. Para Prodanov e Freitas (2013) a observação sistemática é uma técnica de coleta de dados que exige planejamento prévio, sendo frequentemente utilizada em pesquisas que buscam descrever fenômenos com precisão. Antes da coleta de dados, o pesquisador deve elaborar um plano de observação que permita a coleta de dados em campo, os quais se farão necessários para a análise da situação. Para isso, é recomendado que sejam realizados estudos exploratórios ou desenvolvimento de instrumentos específicos para registro de dados.

Nesse sentido, a coleta de dados foi realizada através de registros de manuscritos sobre as condições vitalizadas em campo, como pelo levantamento fotográficos de ambos os espaços. Nesta fase também foi estabelecido o primeiro contato com alguns dos moradores dos espaços abarcados pelo estudo, com vista a coletar informações preliminares sobre a formação dos assentamentos presentes na cidade.

Também foram realizados trabalhos de campo exploratórios e registros fotográficos no centro da cidade e em demais bairros da cidade, com vista a obter

uma visão mais ampla sobre a produção do espaço urbano e auxiliar no reconhecimento dos assentamentos precários da cidade.

A segunda fase dos procedimentos metodológicos dedicou-se à coleta de dados em campo, abarcando as duas áreas de estudo. Essa fase da pesquisa contempla os seguintes procedimentos metodológicos:

Trabalho de campo

A pesquisa de campo tem como objetivo conseguir informações e conhecimentos sobre a problemática que o pesquisador pretende responder, descobrir novos fenômenos ou mesmo entender a relação entre fenômenos (PRODANOV; FREITAS, 2013). Segundo Severino (2007), esta forma de investigação consiste na observação dos fatos tal qual eles se apresentam em seu ambiente próprio. Abrange desde elementos descritivos característicos do levantamento, como também apresenta maior exercício analítico em relação à realidade estudada.

Portanto, conforme assinala Gil (2008), a pesquisa de campo busca o aprofundamento das questões propostas pelo pesquisador, possibilitando o estudo de um grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, onde se ressalta a interação entre os diversos elementos que os compõem. Diante disso, o trabalho de campo proposto para a esta pesquisa organiza-se da seguinte forma:

O trabalho de campo foi organizado em duas fases: na primeira foram realizados trabalhos de campo nas duas áreas que compõem o estudo de caso, Ocupação Barcelona e Ocupação Sete de Setembro. Nesse momento, empregou-se a técnica de observação sistemática do espaço, atentando para características espaciais dos assentamentos; registro das condições de habitação, das características da moradia e das infraestruturas comuns a cada uma das realidades; observação da organização interna destes assentamentos e dos serviços e comércios disponíveis no local, assim como dos espaços e equipamentos públicos ou de uso coletivo existentes. Levantamento fotográfico.

Na sequência foi realizada uma primeira rodada de entrevistas semiestruturadas com dois moradores/representantes comunitários de cada um dos espaços, com o objetivo de conhecer com maior profundidade as condições socioeconômicas, de moradia e da relação desses moradores com os demais espaços da cidade e de seu entorno espacial, tanto na esfera municipal, quanto intermunicipal.

Todas as entrevistas foram gravadas, mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, transcritas e analisadas.

O esquema de divisão das entrevistas tem por objetivo estabelecer uma maior aproximação com a realidade estudada e permitir que se tenha bases mais bem estabelecidas para o desenvolvimento das entrevistas com os demais moradores desses assentamentos. A estratégia adotada tem como base as proposições de Minayo (2012), quando esta ressalta a importância da realização de entrevistas preliminares nas áreas de estudo. Esta possibilita o refinamento do roteiro de entrevista a ser aplicado e a ampliação das possibilidades de investigação com base nas informações já coletadas em campo.

Na segunda fase do trabalho de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores da Ocupação Barcelona e da Ocupação Sete de Setembro. Foram realizadas 12 entrevistas em cada ocupação. Todas as entrevistas foram gravadas, mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, transcritas e analisadas. Os dados obtidos em campo passaram pelo processo de tabulação e foram organizados a partir de quadros e gráficos, com o objetivo de melhor ilustrar as informações coletadas nas entrevistas.

Além disso, foram realizadas entrevistas não estruturadas com os moradores das ocupações identificadas através dos trabalhos de campo, para estabelecer uma melhor caracterização desses espaços no âmbito da cidade. Também foram efetuadas entrevistas não estruturadas com representantes das imobiliárias responsáveis pela comercialização dos residenciais privados da cidade.

Ainda nesta fase, foram elaboradas representações cartográficas sobre a cidade estudada; bem como da espacialização dos assentamentos precários em Santo Antônio do Tauá e das ocupações que compõem o estudo de caso da pesquisa.

1.3 FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS E MÉTODO DA PESQUISA

Em relação ao processo de análise desses dados, cabe enfatizar que este ocorrerá como base na análise de conteúdo que, para Severino (2007, p. 121), refere-se ao grupo de técnicas voltadas para a análise das comunicações, visando compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das cominações.

Envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens. As linguagens, a

expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais. As mensagens podem ser verbais (orais ou escritas), gestuais, figurativas, documentais (SEVERINO, 2007, p. 121).

De acordo com este autor, o procedimento de análise perpassa pela descrição, análise e interpretação dos discursos, sejam eles obtidos através das diferentes formas de comunicação ou por meio de entrevistas e depoimentos. Esta forma de análise será fundamental no âmbito desta pesquisa, posto que, os trabalhos de campo, as informações coletadas diretamente com os sujeitos da pesquisa e as entrevistas em si, constituíram-se enquanto elemento essencial para a análise da produção dos assentamentos precários em Santo Antônio do Tauá.

A abordagem teórico-metodológica que norteará o desenvolvimento desta pesquisa consiste no método dialético, uma vez que, segundo Sposito (2004), os estudos pautados nesta linha de investigação buscam assumir uma postura crítica da realidade, mostrando as contradições inerentes ao objeto pesquisado (características que coadunam com o ponto de vista assumido nesta pesquisa). Para este autor, o método não pode ser tratado do ponto de vista disciplinar, “mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador” (SPOSITO, 2004, p. 23), nesse sentido o autor assinala que não há um método específico para cada ciência, do mesmo modo, não há um método exclusivo para a geografia, mas diferentes abordagens teórico-metodológicas que podem ser adotadas¹. Assim, nesta pesquisa, a escolha pelo método dialético parte do pressuposto de este expressa, de modo mais significativo, nossa forma de enxergar a realidade e o nosso ponto de vista sobre as problemáticas que cercam a pesquisa.

Destarte, Sposito (2004) aponta que no método dialético a relação sujeito e objeto se dá de modo contraditório, não ocorrendo o predomínio de um sobre o outro. Portanto, sujeito e objeto estão intrinsecamente relacionados, de modo que, o sujeito se constrói e se transforma, construindo e transformando o objeto e vice-versa. Salvador (2012, p. 103) traduz essa concepção para a geografia da seguinte forma:

[...] pode ser exemplificada pela relação homem ou sociedade (sujeito) e espaço (objeto): os homens produzem historicamente o espaço, fazendo dele um reflexo das ações humanas; contudo, enquanto produto social, o espaço condiciona a práxis dos homens, sendo, portanto, reflexo e condicionante. Assim sendo, o espaço é social, interessando ao geógrafo as diferentes e

¹De acordo com Sposito (2004), no âmbito da ciência geográfica identifica-se a aplicação dos seguintes métodos de abordagem: o hipotético-dedutivo, dialético e o fenomenológico.

desiguais produções do espaço que são colocadas em baila pelos variados agentes sociais (hegemônicos ou não).

A partir destas noções, é que se presente desenvolver o estudo proposto, utilizando-se de bases teóricas, conceitos e discussões alicerçadas na abordagem dialética. Neste sentido, o conceito de produção do espaço assume papel fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. De acordo com Carlos (2007), a noção de produção do espaço implica em pensar o espaço geográfico enquanto produção social, admitindo, portanto, a relação dialética entre a sociedade e o seu espaço. Esta compreensão concebe o ato de produção da vida enquanto um ato de produção do espaço. Nas palavras da autora, a produção do espaço pela sociedade se apresenta como “[...] momento necessário à sua reprodução (social), pressupondo a análise da realidade enquanto humana, portanto, social, em movimento de constituição, portanto histórica (em seu movimento de reprodução)” (CARLOS, 2007, p. 49).

Esta noção, também possibilita a investigação da produção das desigualdades socioespaciais, que, de acordo com Rodrigues (2007), devem ser entendidas, como um processo que expressa as formas e conteúdos da apropriação e da propriedade da cidade enquanto mercadoria, da constante exploração da força de trabalho, assim como da acumulação desigual no espaço e da contraditória presença/ausência do Estado capitalista no espaço urbano.

Portanto, a desigualdade socioespacial reflete a própria divisão da sociedade em classes sociais e a existência de diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Nesse sentido, grande parte da sociedade vivencia a impossibilidade de beneficiar-se de condições adequadas de sobrevivência (RODRIGUES, 2007).

Diante disso, os conceitos de direito à cidade desenvolvidos por Lefebvre (2015), Alves (2016) e justiça espacial trabalhado por Benach (2017), serão fundamentais nesta pesquisa, uma vez que, estes conceitos advogam pela transformação da realidade social, abordando as problemáticas inerentes à cidade e à sociedade a partir de uma abordagem crítica. Esses elementos são de grande relevância para o estudo sobre os assentamentos precários em Santo Antônio do Tauá, principalmente quando se busca compreender a realidade vivenciada pelos sujeitos que materializam estes espaços.

2. SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ: UMA PEQUENA CIDADE AMAZÔNICA INSERIDA EM CONTEXTO COMPLEXO

Considerando a importância do processo histórico de formação das cidades para a compreensão de sua realidade socioespacial no presente, este capítulo aborda o contexto de formação da pequena cidade de Santo Antônio do Tauá e suas repercussões em termos de produção do espaço urbano, no primeiro tópico. A segunda seção tratará da inserção de Santo Antônio do Tauá na Cidade-região de Belém, a partir das relações espaciais desenvolvidas entre estes centros urbanos. Também serão discutidas as imbricações entre as dinâmicas metropolitanas e a forma como tem se dado a produção desta pequena cidade. No último tópico, o capítulo traz a discussão sobre o processo de produção do espaço urbano de Santo Antônio do Tauá, apresentados os diferentes espaços de moradia produzidos na cidade, com foco nas ocupações precárias.

2.1 A PEQUENA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ E SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO

A origem do núcleo urbano de Santo Antônio do Tauá remonta ao período de colonização da Região Bragantina, desde então, esse espaço tem passado por significativas mudanças em seu quadro político-administrativo e socioeconômico que culminaram em sua atual composição.

Para efeitos de análise, organizou-se a seguinte periodização em tornos de três importantes momentos que nos ajudam a compreender o processo de formação do município e, mais especificamente, de sua sede municipal, são estes: a) a ocupação de terras no período da colonização da Região Bragantina, datada entre o final do século XIX e início do século XX, formação da colônia agrícola que deu origem ao núcleo de Santo Antônio do Tauá; b) período de criação da sede municipal e formação do núcleo urbano, a partir da década de 1961 e perdura até o final da década de 1990, marcado pela emancipação do território municipal e estruturação da sede urbana; c) fase de ampliação da sede municipal a partir das áreas de moradia precária, verificada a partir dos anos 2000, quando se observa a notória participação dos assentamentos precários na composição da cidade, principalmente por meio das ocupações.

Na década seguinte, nota-se a continuidade deste processo, somada à produção de loteamentos privados precários, a inserção das habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e, recentemente, a produção de residenciais promovidos por produtores imobiliários privados compondo o atual quadro da produção do espaço urbano dessa cidade.

A ocupação de terras no período da colonização demarca o primeiro momento de formação do núcleo que originou a cidade de Santo Antônio do Tauá. Ainda que a ocupação inicial do território tauaense tenha se dado pelos rios, no início do século XIX, o núcleo somente foi fundado em 1901, mediante a atuação de imigrantes nordestinos que se estabeleceram na colônia Santa Rosa. Esse núcleo agrícola foi criado em 1898, em função das políticas de colonização da Região Bragantina, que visavam a ocupação de terras e o desenvolvimento da agricultura para o abastecimento do mercado da capital, Belém (PENTEADO, 1967).

Santa Rosa se estendia do km 7 ao km 39 da estrada que ligava Santa Isabel à Vigia, atual PA-140 (PALHETA, 1980), e era composta por 236 lotes de 25 ha cada um, que se dividiam em 15 seções, cada uma delas contavam 16 lotes distribuídos em ambos os lados da estrada. As seções eram separadas por grandes vazios e áreas de capoeira, configurando uma disposição linear e dispersa à colônia, realidade pouco comum nos demais núcleos da Bragantina, os quais apresentavam formas mais aglomeradas (PALHETA, 1980). Segundo Penteado (1967), diante desse tipo organização “podem-se prever as consequências que tal fato teria sobre o ‘habitat’ da área do núcleo” (p. 148), marcada engenho de açúcar no local, demarcando a efetiva ocupação do núcleo. Anos depois a denominação da comunidade é simplificada para Santo Antônio do Tauá, em homenagem a seu padroeiro e ao nome de um de seus principais rios, o rio Tauá – topônimo indígena que significa “barro amarelo”.

A disposição linear da colônia orientou o crescimento da comunidade durante muitas décadas, como ratifica palheta (1980), até o ano de 1957 Santo Antônio do Tauá era um pequeno povoado rural de precárias habitações que ocupavam os dois lados da rodovia PA-16 (PA-140) no km 17, vivendo basicamente de seu comércio incipiente, um verdadeiro povoado-rua, como sublinhou Penteado (1967).

O segundo momento de formação, denominado de fase de constituição da sede municipal e formação do núcleo urbano, desenvolveu-se a partir do início da década de 1960. Um dos fatores de grande relevância naquele período foi o asfaltamento da rodovia PA-140, o que proporcionou melhor comunicação entre Santo

Antônio do Tauá e os demais municípios da Bragantina e do Salgado, além de facilitar os fluxos entre este núcleo e a capital Belém (PALHETA, 1980). A obra viabilizou a estruturação do espaço da comunidade e aumentou a atratividade desse local para a entrada de novos moradores.

A partir desta melhoria o povoado inicia seu processo de crescimento, beneficiando-se de sua posição geográfica, localizado entre os municípios de Santa Isabel do Pará e Vigia. Neste meio caminho, exatamente no ponto em que partia a rodovia para Espírito Santo do Tauá, o então distrito de Santo Antônio do Tauá transformava-se em parada obrigatória para aqueles que trafegavam naquela rodovia e, também, para os que viajavam para municípios e comunidades e outros municípios interligados pela PA-140 (PALHETA, 1980).

Diante destas condições, o núcleo passa a se estruturar através de um “centro” comercial organizado pelos próprios moradores locais: “A população, dentro de suas possibilidades, tem tirado partido de sua posição; é o que atesta a multiplicação de casas comerciais que servem lanches rápidos e petiscos regionais [...] e o pequeno posto de gasolina instalado na extremidade norte na cidade” (PALHETA, 1980, p. 80). Ainda naquela década, o desenvolvimento do cultivo da pimenta constitui-se como importante fator de atração populacional e geração de renda para o núcleo.

Como já fora citado, ao final de 1961, Santo Antônio do Tauá é elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 2460, somente sancionada em 04 de abril de 1962, data em que se comemora a criação do município (BRIOSO, 1967).

Para além da sede municipal, Santo Antônio do Tauá conta com dois distritos, cujas vilas são classificadas pelo IBGE como áreas urbanas: Espírito Santo do Tauá, pertence ao município desde sua criação, sendo elevado à categoria de distrito pela mesma lei que deu origem ao município, em 1961; e São Raimundo dos Borralhos, criado e anexado ao território tauaense pela Lei Estadual nº 3149, de 21 de dezembro de 1964 (IBGE, 2021).

Todavia, conforme indica Palheta (1980), o crescimento da cidade, que justificou a instalação do sistema de abastecimento de água pelo SESP (Serviço Especial de Saúde Pública ligado ao Ministério da Saúde) e luz elétrica pela antiga Celpa (Centrais Elétricas do Pará), assim como sua promoção à sede do município, não foi acompanhado por um efetivo processo de urbanização, de modo que a cidade apresentava diversos problemas de ordem infraestrutural, principalmente em relação

às ruas; somavam-se a este quadro as debilidades do saneamento e dos serviços de assistência básica. As problemáticas citadas continuaram a compor a realidade espacial da então cidade pelos anos seguintes.

Nos anos seguintes, com destaque para a década de 1970, Santo Antônio do Tauá adquire maior importância enquanto centro de comércio local. Isto pois, “[o crescimento] de Santo Antônio do Tauá está ligado à sua posição geográfica em relação à circulação local e regional [...] e ao maior dinamismo de sua zona rural” (PALHETA, 1980, p. 87). Em 1971, ano em que o referido autor desenvolveu pesquisas diretas no município, Palheta relatou ter encontrado um núcleo bastante crescido, apresentando sete ruas e sete travessas quase totalmente ocupadas. Na rua principal, atual Avenida Senador Lemos (trecho da PA-140), estavam concentradas as principais funções da cidade: político-administrativa, comercial e religiosa. É válido destacar que esta disposição dos principais serviços e comércios, no entorno da rodovia, se manteve com o passar dos anos e expandiu-se para ruas transversais e paralelas ao principal eixo da cidade.

Durante a década de 1970, segundo Brioso (1976), a prefeitura municipal se encarregou de abrir novas ruas na cidade, além de expedir ordem de desapropriação de terras para a promoção de loteamentos na zona urbana. Relegando ao Estado, na figura do poder público municipal, o papel de um dos principais agentes modeladores do espaço durante esse período (CORRÊA, 1995), passando a orientar o crescimento da cidade por meio dos loteamentos públicos. Nesta mesma década, 1970, são estabelecidas as conformações do bairro Centro e, também, são lançadas as bases para o surgimento de outro bairro, denominado Barro Branco (CARMO, 2020). Os bairros e demais áreas criadas nessa fase são apresentadas no quadro 2.

Quadro 2 – Santo Antônio do Tauá. Bairros da sede municipal em sua origem entre os anos 1898 a 1990. 2020

NOME DOS BAIRROS	CONDIÇÃO	DATA DE ORIGEM E EXPANSÃO
Centro	Bairro	Início em 1898 (ocupação colonial) e expansão nos anos 1960 e 1970
Santa Rita (Quinta)	Bairro	Início na década de 1960 e expansão nos anos 1980
Santos Dumont (Xurupita)	Bairro	Instalado na década de 1980
Perpétuo Socorro (Cemitério)	Bairro	Instalado na década de 1980
Moraesção	Bairro	Instalado na década de 1980 e expande-se nos anos 2000

Barro Branco	Bairro	Início na década de 1970, expansão nos anos 1980
Pina	Bairro surgido a partir de ocupação.	Início na década de 1990 e expande-se nos anos 2000

Fonte – Adaptado de Carmo (2020).

Os sete bairros elencados no quadro 2 tem sua origem datada nessa segunda fase de produção da cidade, sendo que pelo menos dois deles foram expandidos nos anos 2000. Dentre estes, apenas o Pina tem sua origem atrelada ao processo de ocupação de terras e, posteriormente, passa a ser reconhecido como bairro. Tal conjunto figura o recorte de bairros oficiais de Santo Antônio Tauá, reconhecidos pelo poder público municipal, todos localizados na área contígua da cidade (PINTO, 2017).

Um terceiro momento de formação do núcleo urbano, que na perspectiva desta pesquisa é de fundamental importância, se dá a partir dos anos 2000, aqui identificada como a fase de ampliação da sede municipal através das áreas de moradia precária. No primeiro ano desta década identifica-se o crescimento da cidade por meio da produção de ocupações precárias, marcado pela notável atuação dos grupos sociais precariamente incluídos.

Posteriormente, no ano de 2010, verifica-se outro conjunto de agentes que também manifestaram significativa importância na produção do espaço: o Estado, mediante a produção de habitações por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, em sua faixa 1. E os proprietários fundiários, identificados enquanto agentes locais que atuam na promoção de loteamentos privados para a população de baixa renda.

No estudo de Carmo (2020), é possível observar que no ano de 2000 a sede municipal apresenta quatro novas áreas, todas elas caracterizadas como ocupações urbanas, enquanto do ponto de vista da produção formal, verificou-se o crescimento de apenas dois bairros oficiais, como se verifica no quadro 3.

Quadro 3 – Santo Antônio do Tauá. Ocupações urbanas da sede municipal na década de 2000. 2020

NOME	CONDIÇÃO	ANO DE ORIGEM
Nova Esperança	Ocupação urbana no Bairro Santos Dumont.	Criada nos anos 2000
Nova Canaã	Ocupação urbana	Surge nos anos 2000 e se expande em 2010.
Barcelona	Ocupação urbana	Iniciada nos anos 2000
Marambaia	Ocupação urbana	Criada nos anos 2000 e ampliada em 2010

Fonte - Adaptado de Carmo (2020).

A localização destas ocupações em Santo Antônio do Tauá varia entre: as bordas da cidade, a exemplo da ocupação Barcelona, nos limites do bairro Moraesão; assim como, preenchendo espaços “vazios” dentro dos bairros, como ocorre com a ocupação Nova Esperança, localizada no bairro Santos Dumont (popularmente conhecido como Xurupita). Ou ainda em áreas descontínuas à malha urbana pré-existente, como ocorre com a ocupação Nova Canaã, localizada na PA-140 (sentido Santa Izabel do Pará), próximo à malha contígua da cidade; condição ainda mais expressiva no caso da ocupação Marambaia, também localizada na PA-140, acerca de 2 km de distância da área contígua da cidade.

Diante do exposto, considera-se que as ocupações precárias configuram um importante elemento para se pensar a produção do espaço de Santo Antônio do Tauá, visto que, o surgimento desses espaços está intimamente relacionado às demandas sociais por habitação que, de algum modo, não foram atendidas pelos mecanismos formais de acesso.

Desta maneira, a ocupação de terras, públicas ou privadas, revelam-se como uma estratégia que os grupos sociais precariamente incluídos encontram para efetivamente produzir um “teto” em que possam se abrigar. Isto é, recorrem ao sistema de autoconstrução de habitações para, assim, materializar um espaço que lhes é próprio (CORRÊA, 1995).

No ano de 2010, a qual representa a fase mais recente de produção do espaço urbano em Santo Antônio do Tauá, identificou-se mais um movimento de produção de novas áreas de moradia na sede municipal. Segundo Carmo (2020), são criadas mais duas ocupações urbanas na cidade: a ocupação Cruzeirinho localizada no bairro Centro e a ocupação “Zé Gordo” nos limites do bairro Santa Rita, esta última, ainda em curso. Neste mesmo ano é registrada a criação de um loteamento privado Deus Proverá, no bairro Santa Rita, promovido por proprietário fundiário local, o espaço é composto por lotes de terra esquadrihados e interligados por ruas de terra sem infraestrutura adequada.

Registra-se, também, a produção de Casas do PMCMV, promovido pelo Poder Público Federal, na modalidade de Oferta Pública. A primeira proposta de inserção do programa habitacional na sede municipal foi mediada pela Prefeitura Municipal, com a contratação de 60 unidades habitacionais em 10 de agosto de 2010; e uma segunda contratação de 50 unidades habitacionais em 25 de fevereiro de 2013. As casas produzidas obedecem ao padrão do faixa 1 do PMCMV, sendo destinadas

a população de baixa renda da cidade. Os dados sobre as áreas de moradia surgidas a partir de 2010 são elencadas no quadro 4, a seguir.

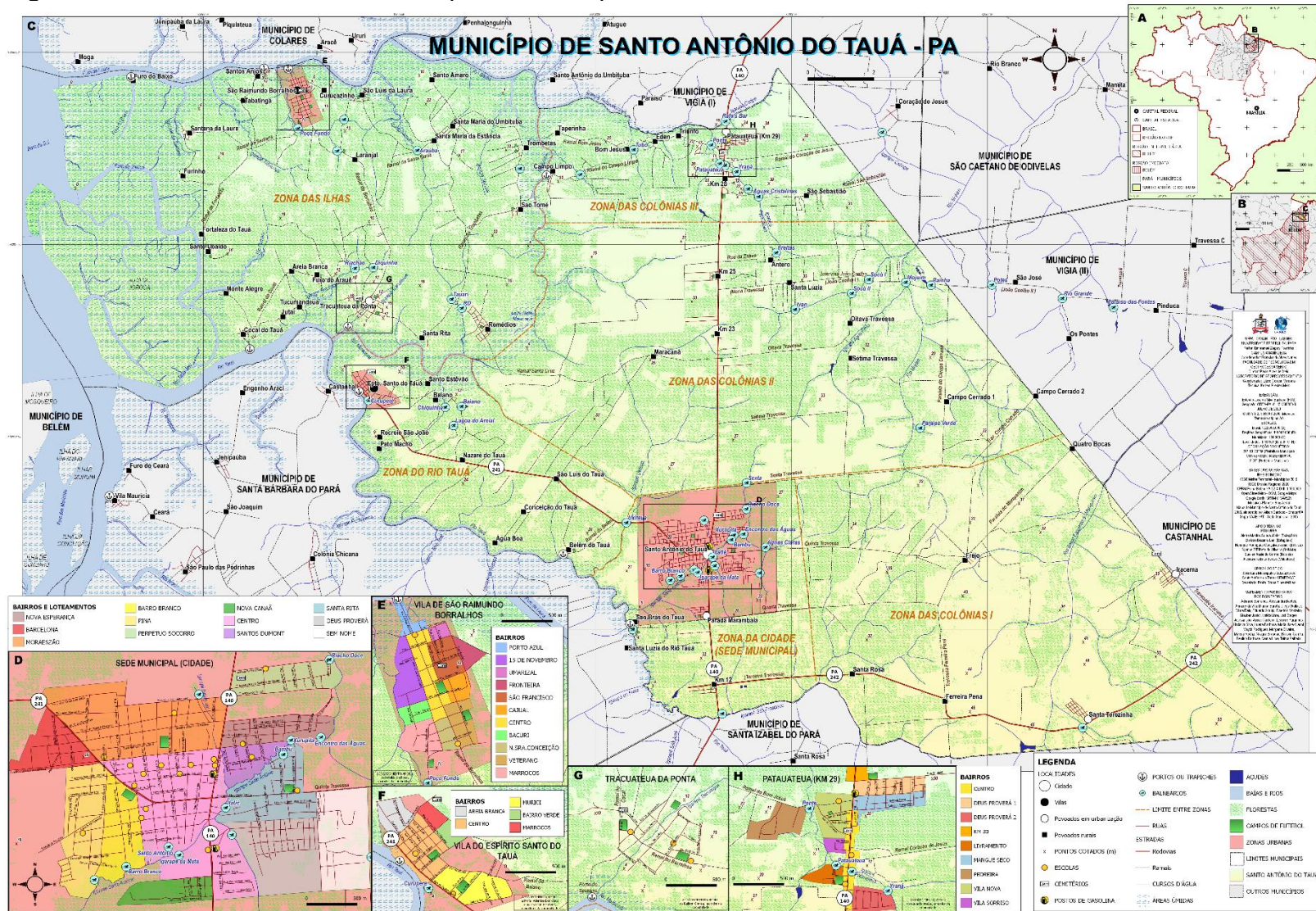
Quadro 4 – Santo Antônio do Tauá. Novas áreas de moradia nos anos de 2010 e 2015. 2021

NOME	CONDIÇÃO	ANO
“Zé Gordo”	Ocupação urbana	Iniciada em 2010, encontra-se em curso
Deus Proverá	Loteamento privado.	Criado em 2010, conta com lotes ainda disponíveis e construções recentes.
Unidades habitacionais do PMCMV, modalidade Oferta Pública (faixa 1).	Unidades Isoladas. Organizadas em terreno público, localizado nos limites da Ocupação Barcelona.	Início das obras em 22/02/2011, com entrega das habitações em 17/12/2012.
Unidades habitacionais do PMCMV, modalidade Oferta Pública (faixa 1).	Empreendimento. Produzido em continuidade às Unidades Isoladas. Localizado nos limites da Ocupação Barcelona.	Início das obras em 11/04/2013. Primeira entrega de habitações em 05/05/2015, última entrega em 31/08/2016
Ocupação Sete de Setembro	Ocupação urbana	Iniciada em 2015, encontra-se em curso

Fonte – Adaptado de Carmo (2020), com inserção de dados do PMCMV, disponíveis em Brasil (2021) e dados coletados em campo (2022).

Conforme registra os dados coletados no Sistema de Gerenciamento da Habitação – SISHAB, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional, entre 2012 e 2016, consta que, 90 casas foram entregues aos moradores de baixa renda da cidade cadastrados no programa MCMV (BRASIL, 2021). Na figura 2, pode-se visualizar o mapa do município de Santo Antônio do Tauá, onde se apresenta a delimitação da sede municipal, dos bairros e loteamentos que compõem sua área urbana, bem como das demais localidades que compõem a zona rural do município.

Figura 2 – Santo Antônio do Tauá. Mapa do município. 2020



No recorte da sede municipal podem-se visualizar os contornos de uma malha urbana bastante simples, destacadas 12 áreas distintas, entre bairros, loteamentos e ocupações urbanas. Deve-se destacar que, as vilas apresentadas na figura 2, apesar de não comporem a área urbana do município, são importantes aglomerados e concentram parte significativa da população residente na zona rural.

No caso da vila de Patauateua, conhecida como Km 29, por exemplo, identifica-se significativo adensamento dos espaços de moradia e o fortalecimento da área comercial que se estende no perímetro da PA-140. Os comércios e serviços disponíveis no local atendem tanto a comunidade quanto outras localidades próximas, o que tem favorecido o crescimento da vila nos últimos anos.

Conforme discutido no decorrer deste tópico, a produção de Santo Antônio do Tauá esteve atrelada à atuação de agentes diversos. Primeiramente, observa-se o protagonismo do Estado, que orientou a primeira fase de ocupação das terras tauaenses e permaneceu exercendo papel importante nas décadas posteriores, seja a partir da doação de terras para os moradores seja por meio da organização e reconhecimento dos bairros. Posteriormente, é observada a atuação deste agente mediante a oferta de unidades habitacionais vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida. Estas habitações, no entanto, resultaram de um processo de organização desestruturado que criou um ambiente de moradia precário.

Não obstante, as ocupações precárias, produzidas por meio da atuação dos grupos sociais precariamente incluídos, também passaram a compor o espaço urbano desta cidade e adquiriram grande expressividade no âmbito da expansão do espaço produzido da sede municipal. Foram criadas pelo menos quatro ocupações nos anos 2000 e mais quatro áreas entre os anos de 2010 e 2015, sendo mais recentes ainda permanecendo em curso. A produção desses espaços, entretanto, não estão associadas apenas às dinâmicas internas do município, sendo influenciada por forças externas atreladas a inserção desta cidade na rede urbana regional. Nesta perspectiva, a seção seguinte se dedicará à leitura da cidade de Santo Antônio do Tauá mediante a sua inserção na Cidade-região de Belém e os possíveis rebatimentos em termos de produção do espaço urbano.

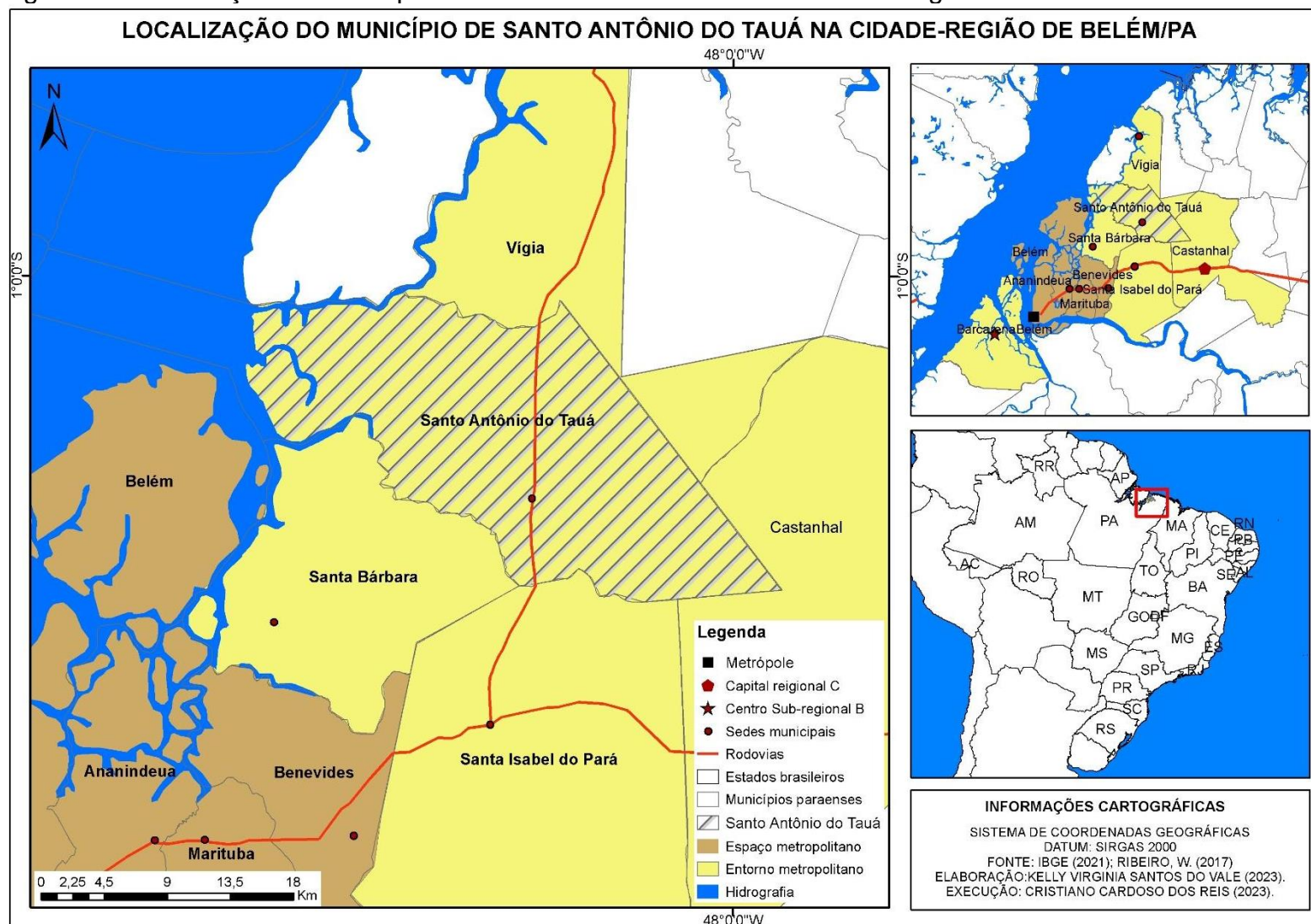
2.2 A INSERÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ NA CIDADE-REGIÃO DE BELÉM

O papel das pequenas cidades no contexto da hierarquia urbana é frequentemente influenciado por dinâmicas que se manifestam em diferentes escalas, sejam elas internacionais, nacionais, regionais ou locais. Esses espaços possuem forte imbricação com o campo e apresentam expressiva relação com os conteúdos rurais. Além disso, essas cidades possuem forte dependência em relação aos centros de maior hierarquia, o que torna possível o estudo do entorno regional para compreender o alcance de seus papéis urbanos e das dinâmicas regionais que lhes dão base.

Isto é, as pesquisas dedicadas ao estudo do espaço urbano das pequenas cidades precisam atentar não apenas para a condição espacial do município, estes devem considerar também a inserção regional destes núcleos urbanos, pois, a condição de pequena cidade as coloca em posição de dependência perante centros de maior hierarquia urbana. Nas palavras de Endlich (2006, p. 86), “O estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não pode prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos”.

Nesse sentido, essa seção tem como objetivo analisar de que modo se dá a inserção de Santo Antônio do Tauá na Cidade-Região de Belém e as implicações desse processo para na produção dessa pequena cidade. Para tanto, serão apresentados estudos que abordam a realidade desses espaços, tendo como foco a relação da cidade com a rede urbana regional. A partir da análise de informações e dados, busca-se compreender as dinâmicas que influenciam a produção do espaço urbano da cidade nos últimos anos. Na figura 3 é apresentado o recorte espacial do município e a localização deste no âmbito da cidade-região de Belém.

Figura 3 – Localização do município de Santo Antônio do Tauá na Cidade-Região de Belém. 2023

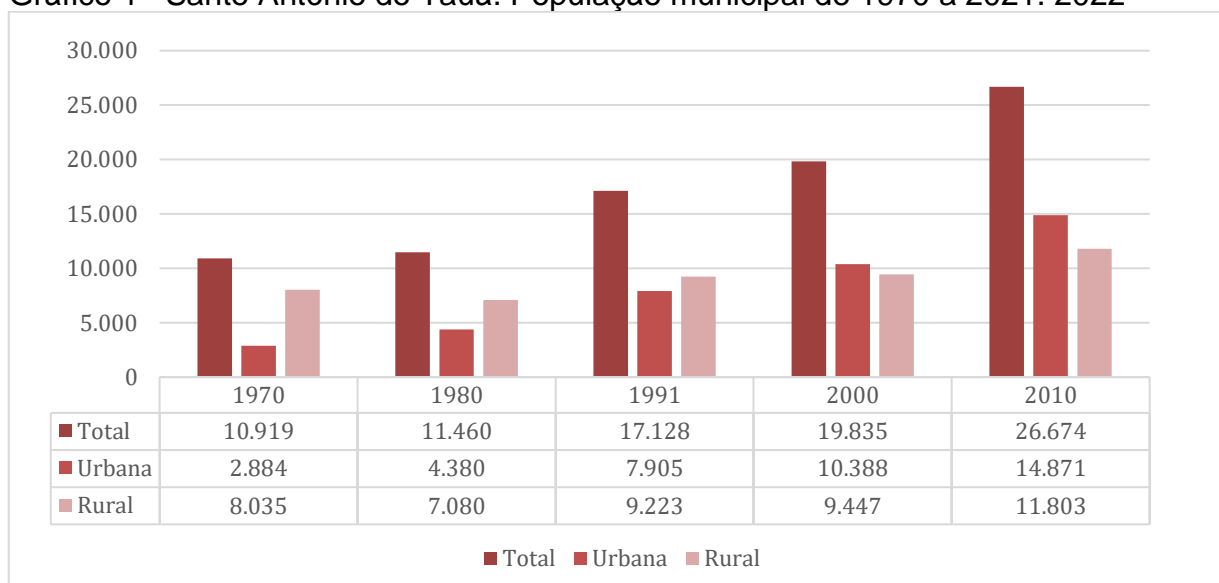


Fonte – Vale, 2023. Produzido a partir de Ribeiro (2021).

Com o decorrer das décadas, Santo Antônio do Tauá tem experimentado sensível aumento de sua população, passando de 11.460 habitantes em 1980 para 17.128 no ano de 1991. Este crescimento também se faz sentir nos anos 2000, quando são contabilizados 19.835 habitantes, e de maneira mais significativa no censo de 2010, atingindo cerca de 26.674 residentes como mostram os dados dos Censos Demográficos do IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010). Para o ano de 2021 são estipulados 32.346 habitantes, conforme a estimativa do IBGE (2021).

Junto a este crescimento população do município, também foi possível notar o incremento na população da sede municipal que, segundo os dados censitários, passou de 6.271 pessoas em 1991, para 8.375 em 2000 e, chegando a 12.594 habitantes em 2010. Desse modo, observou-se que a situação de moradia da maior parcela da população, antes rural, é superada pela população urbana, como mostram os dados do último censo demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1– Santo Antônio do Tauá. População municipal de 1970 a 2021. 2022



Fonte – Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos e Estimativa Populacional base SIDRA/IBGE (2021)

Em estudos recentes sobre a cidade, como os que já foram citados até aqui, são apontadas algumas pistas, para a interpretação sobre o crescimento da população e a expansão recente da cidade de Santo Antônio do Tauá, no sentido de que estes estariam atrelados à influência exercida por certas dinâmicas metropolitanas, dada a proximidade física e relacional desta cidade com o espaço metropolitano de Belém.

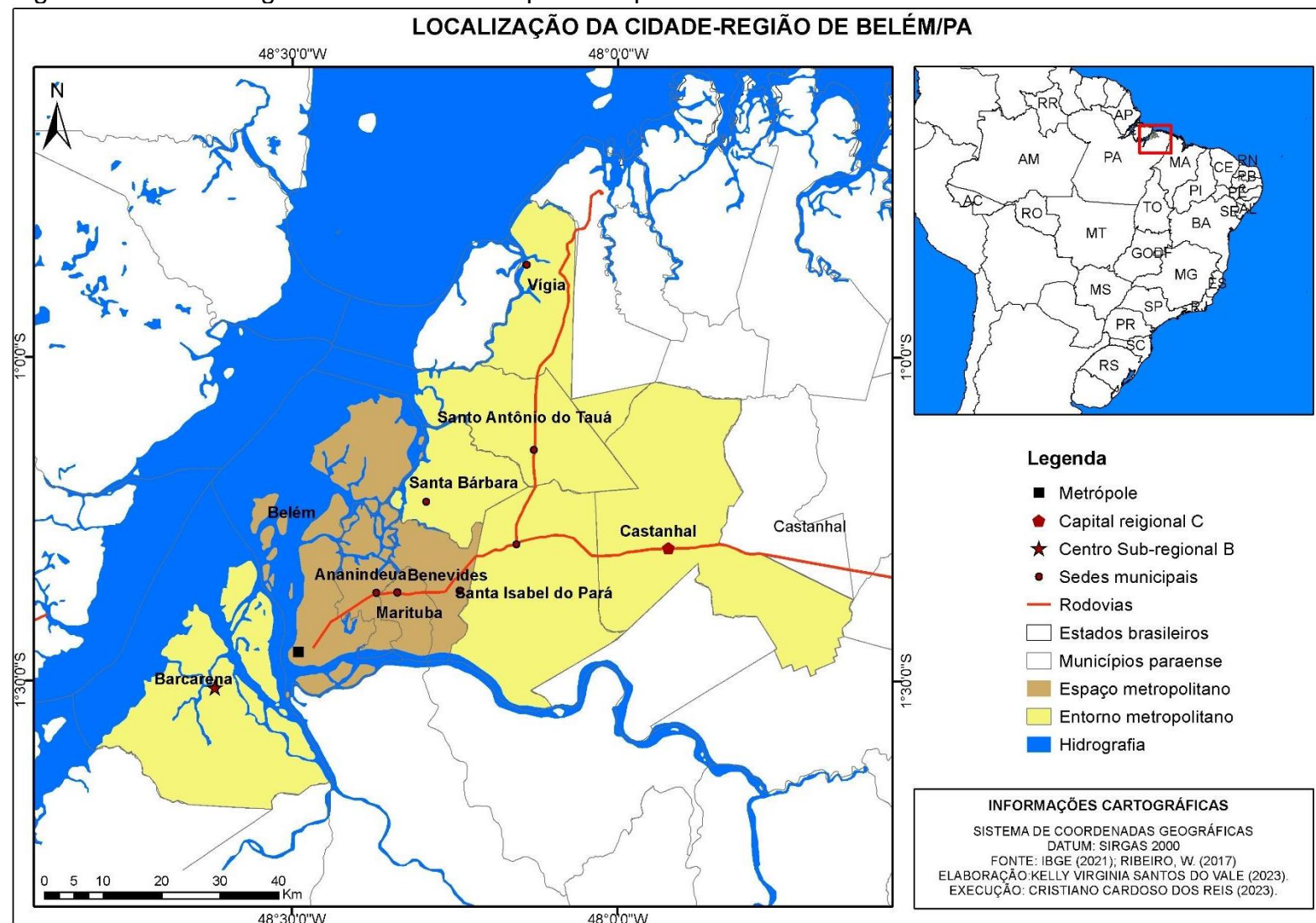
Segundo a “Divisão Regional do Brasil”, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a cidade em questão integra a Região Imediata de Belém e a Região Intermediária de Belém, pertencendo a área de influência direta da capital. O primeiro recorte corresponde têm como principal referência a rede urbana, essas regiões são estruturadas com base nos centros urbanos próximos que atendem as necessidades imediatas das populações, sejam elas ligadas às demandas por comércio, serviços, trabalho etc. Já as Regiões Geográficas Intermediárias exercem um papel de intermediação entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas, organizando estas regiões imediatas a partir de um pólo urbano de hierarquia superior (IBGE, 2017), neste caso, correspondendo à Belém.

O estudo Região de Influência das Cidades² – REGIC, em sua versão mais recente (IBGE, 2020), classifica a cidade de Santo Antônio do Tauá como um centro local, ou seja, refere-se às cidades que ocupam o último nível da hierarquia urbana, cuja influência se restringe aos limites do seu município, estas cidades possuem centralidade reduzida servindo apenas aos seus habitantes, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades de comércio e serviços mais complexos. Neste caso, um dos principais centros é a própria capital, seguida por outras cidades que compõem o espaço metropolitano.

Em Ribeiro (2021), Santo Antônio do Tauá é identificada enquanto um centro local que integra o entorno metropolitano da cidade-região de Belém. O autor define os contornos da cidade-região de Belém em dois espaços distintos, sendo eles o espaço metropolitano que incorpora Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides. E o entorno metropolitano, que abrange Barcarena, Santo Antônio do Tauá, Vigia, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal. “O primeiro, mais denso, concentrado, complexo e com maior expressão do meio técnico-científico-informacional, e o segundo, também complexo, porém, [...] menos denso, concentrado e com menor participação do novo meio geográfico associado à globalização”. A seguir é apresentada a delimitação espacial da cidade-região de Belém (figura 4).

² Neste estudo, os procedimentos metodológicos adotados são divididos em duas linhas de abordagem distintas, a primeira busca estabelecer uma classificação dos diferentes centros urbanos e a segunda visa o reconhecimento das suas áreas de influência. Nos resultados divulgados é apresentada a classificação hierárquica dos centros urbanos brasileiros, na qual se observam cinco níveis hierárquicos: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais (IBGE, 2020).

Figura 4– Cidade-Região de Belém. Municípios componentes. 2023



Os centros considerados como componente do entorno metropolitano da cidade-região de Belém, são assim classificados por estabelecerem uma forte articulação com a metrópole, a qual se manifesta através das interações espaciais mediante os deslocamentos de pessoas e mercadorias. Segundo Ribeiro (2017), ao analisar esses espaços a partir de uma certa homogeneidade relativa, nota-se que eles se distinguem consideravelmente do espaço metropolitano, pois apresentam menor densidade do espaço urbano e figuram uma concentração muito menor do meio técnico-científico-informacional.

Segundo o autor, os espaços centrais das cidades que integram o entorno metropolitano desempenham diferentes níveis de centralidade no âmbito da cidade-região de Belém, grande parte delas (Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Vigia e Castanhal) se estrutura a partir de um único centro que agrupa, principalmente, as atividades de comércio e serviços.

No caso da cidade em estudo, o centro possui estruturas simples e está localizado nas imediações da Avenida Senador Lemos (trecho da PA-140) e se estende para as ruas paralelas, com menor densidade. Este conta com a presença de comércios e serviços diversos, além de estruturas da administração pública municipal, praças e o mercado municipal. Vale destacar que este centro não possui expressividade em termos de atração para moradores de outros municípios, polarizando apenas a sua cidade e o entorno rural.

Quanto à composição do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios que integram este conjunto são variados, com municípios de destaque no cenário regional e municípios de menor expressão (como no caso da área de estudo), tal qual se apresenta na tabela 1.

Todos os municípios elencados (com exceção de Barcarena) apresentaram aumento do PIB superior ao de Belém, elemento que se “[...] coaduna com o processo de urbanização regional policêntrica e sua forma espacial cidade-região” (RIBEIRO, 2021, p. 114). No caso de Santo Antônio do Tauá, um dos municípios de menor expressão, é possível observar o ritmo de crescimento do PIB tanto no setor da indústria, quanto no de serviços, registrando um aumento de aproximadamente 1.005,9% do PIB a preços correntes entre os anos de 2000 e 2017. No âmbito dos municípios que compõem o entorno metropolitano, o PIB deste município supera apenas os quantitativos de Santa Bárbara do Pará e aproxima-se do PIB apresentado por Vigia.

Tabela 1 – Cidade-Região de Belém. Produto Interno Bruto dos Municípios. 2000 e 2017

Municípios		Valor adicionado bruto da		Valor adicionado bruto dos		PIB a preços correntes	
		INDÚSTRIA (x 1000) R\$		SERVIÇOS (x 1000) R\$		(x 1000) R\$	
		2000	2017	2000	2017	2000	2017
Espaço Metropolitano	Belém	912.775,00	3.658.234,03	4.692.473,00	17.155.769,27	6.464.402,00	30.238.483,96
	Ananindeua	185.404,00	1.099.382,07	648.637,00	3.482.314,38	962.542,00	6.979.135,03
	Marituba	19.731,00	148.231,81	74.351,00	907.907,43	101.310,00	1.787.967,21
	Benevides	7.871,00	409.696,87	39.064,00	501.371,19	53.787,00	1.393.884,54
Entorno Metropolitano	Barcarena	1.007.833,00	2.001.463,17	307.697,00	1.122.268,62	1.491.809,00	4.815.194,14
	Santa Bárbara do Pará	4.553,00	34.459,51	10.802,00	37.883,68	20.160,00	165.802,04
	Santa Izabel do Pará	7.199,00	80.693,55	49.544,00	242.925,48	70.148,00	718.727,37
	Santo Antônio do Tauá	3.824,00	30.583,08	19.429,00	65.797,65	31.103,00	343.978,54
	Vigia	3.892,00	16.177,63	35.510,00	101.954,07	48.778,00	373.285,56
	Castanhal	62.059,00	588.918,46	230.323,00	1.782.470,51	333.011,00	3.757.158,78

Fonte – Ribeiro (2021).

No que concerne às interações espaciais, Ribeiro (2021, p. 114) aponta que estas são basilares para a identificação da “natureza de cidade-região, assim como ao reconhecimento de sua abrangência [...]”. Para tanto, o autor assinala que, em estudos anteriores (RIBEIRO, 2017; 2018), foram utilizados dados de deslocamentos temporários de pessoas por motivo de trabalho e estudo, com o intuito de averiguar as intensidades das interações e, assim reconhecer os municípios que fazem parte da cidade-região de Belém. Na tabela 2 são expostos os deslocamentos de pessoas por motivo de trabalho com destino ao município de Belém. Os municípios que compõem esse recorte correspondem àqueles com maiores deslocamentos temporários para a capital.

Eminentemente, os municípios do espaço metropolitano e os do entorno metropolitano possuem níveis de intensidade de deslocamentos que se diferenciam entre si, o que justifica o reconhecimento de dois espaços distintos pelo autor, entretanto, ambos integram a cidade-região de Belém, especialmente por conta das articulações que se estabelecem (RIBEIRO, 2021).

Tabela 2 – Cidade-Região de Belém. Deslocamentos temporários de pessoas por motivo de trabalho com destino ao Município de Belém/PA. 2010

	MUNICÍPIO DE ORIGEM*	QUANTIDADE DE PESSOAS	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORIGEM	IIDTT*
Espaço Metropolitano	Ananindeua	65621	471.980	139
	Marituba	10879	108.246	101
	Benevides	3827	51.651	74
Entorno Metropolitano	Santa Bárbara do Pará	761	17.141	44
	Santo Antônio do Tauá	596	26.674	22
	Santa Izabel do Pará	1193	59.466	20
	Vigia	396	47.889	8
	Castanhal	1319	173.149	8
	Barcarena	606	99.859	6

*Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Trabalho - alcançado a partir da divisão do número de pessoas que realizaram o deslocamento por trabalho pela população total do município de origem em 2010, multiplicado por 1000.

Fonte – Ribeiro (2021).

Em relação ao IIDTT, Santo Antônio do Tauá é o segundo município com maior índice de deslocamento por motivo de trabalho no entorno metropolitano, com 596 pessoas e 22 de IIDTT, sendo superado apenas por Santa Bárbara do Pará, o que indica uma significativa articulação entre este município e Belém. Estes

municípios ocupam uma situação intermediária, expressando relevante integração com Belém e o espaço metropolitano, porém, não sendo o suficiente para reconhecê-los como parte deste espaço, ou seja, com base nos dados de deslocamento por motivo de trabalho para Belém municípios como o de Santo Antônio do Tauá se caracterizam como centros urbanos que mantêm relações importantes com a metrópole, mas que não fazem parte dela (RIBEIRO, 2017).

No que se refere aos deslocamentos por motivo de estudo Santo Antônio do Tauá mantém expressiva relação com Belém. Este centro ocupa a quinta posição em relação aos demais municípios, com deslocamento de 248 pessoas e IIDTE de 9, desta forma, no âmbito das cidades que compõem o entorno metropolitano o número de deslocamentos desta cidade é superado apenas por Barcarena (tabela 3).

Tabela 3 – Deslocamentos temporários de pessoas por motivo de estudo com destino ao Município de Belém/PA. 2010

	MUNICÍPIO DE ORIGEM*	QUANTIDADE DE PESSOAS	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORIGEM	IIDTE**
1	Ananindeua	22745	471.980	48
2	Benevides	1156	51.651	22
3	Marituba	2235	108.246	21
4	Barcarena	1125	99.859	11
5	Santo Antônio do Tauá	248	26.674	9
6	Santa Isabel do Pará	470	59.466	8
7	Castanhal	1130	173.149	7
8	Vigia	274	47.889	6
9	Abaetetuba	486	141.100	3
10	Capanema	210	63.639	3
11	Paragominas	206	97.819	2
12	Tucuruí	201	97.128	2
13	Bragança	206	113.227	2
14	Cametá	215	120.896	2
15	Marabá	234	233.669	1

* Foram considerados apenas os municípios do Estado do Pará com 200 ou mais indivíduos que realizaram deslocamentos temporários por motivo de estudo com destino a Belém.

** Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Estudo - alcançado a partir da divisão do número de pessoas que realizaram o deslocamento por estudo pela população total do município de origem em 2010, multiplicado por 1000.

Fonte – Ribeiro (2017)

De acordo com Riberio (2017), os municípios do entorno metropolitano não apresentam características metropolitanas claras, todavia, são alcançados pelo processo de dispersão metropolitana e passam a estabelecer relações estreitas com o espaço metropolitano, principalmente com Belém.

No âmbito da pequena cidade este processo se manifesta a partir de relações de dependência entre os pequenos núcleos e as cidades mais complexas. Resultando

em uma interação espacial que se dá na escala da rede urbana, conectando cidades distintas por meio dos deslocamentos por motivo de trabalho e estudo; através dos fluxos de mercadorias e de informações. Estes e outros fatores evidenciam a importância do espaço metropolitano e, sobretudo, da cidade de Belém, visto que esta exerce papéis centrais na lógica de funcionamento da rede urbana e influencia diversos núcleos urbanos circunvizinhos.

Para Soares (2007) e Sposito e Jurado da Silva (2013), às pequenas cidades costumam dispor de menores estruturas urbanas e detém uma oferta de comércio e serviços mais limitadas. Além disso, tanto a oferta de empregos quanto a disponibilidade de estabelecimentos de ensino superior são reduzidas ou até mesmo inexistentes, no caso das universidades. Essas limitações condicionam o aprofundamento das relações destes centros com outras cidades, já que estas passam a depender daquilo que é ofertado pelos centros mais equipados. Desse mesmo modo ocorre com Santo Antônio do Tauá em relação à Belém, haja vista que a cidade em questão, apesar de ter apresentado certos avanços, não dispõe de vários desses elementos.

Se de um lado esta pequena cidade cria dependências em relação à metrópole, também podemos dizer que, por outro lado, este centro tem despertado o interesse de agentes econômicos de fora da cidade. A exemplo de alguns nichos do setor de serviços, nos últimos anos, verifica-se um movimento de entrada de redes regionais de provedores de internet na cidade de Santo Antônio do Tauá. Uma delas sediada na cidade de Nova Timboteua, a empresa Halley Telecom. A Voob Telecom, com sede localizada em Marituba. E uma terceira empresa, Sea Telecom, sediada em Castanhal.

Além disso, também se observou implementação de serviços educacionais de nível superior na cidade, seja através do setor público, com a oferta de cursos por meio do Forma Pará ou por meio do setor privado. Nesse último caso, identifica-se a inserção de pelo menos dois grandes agentes na criação de polos de educação a distância na sede municipal: a Universidade da Amazônia – UNAMA e a Cruzeiro do Sul Educacional. A presença dessas redes além de promover a modernização do espaço, também representa a chegada de agentes econômicos externos na cidade, reforçando a interação deste centro com outros espaços da rede urbana.

Para Ribeiro (2017), a modernização e o crescimento das cidades que compõem o entorno metropolitano estão associados a processos mais diversificados,

onde existe a chegada de agentes da metrópole combinado a atuação importante de agentes locais na economia, isto é, o crescimento e a complexificação dos espaços urbanos dessas cidades, decorre das ações de agentes de origens variadas, mas, de imediato, não se pode negar que as dinâmicas metropolitanas atingem esses espaços de modo singular.

Sobre a perspectiva da moradia, em Santo Antônio do Tauá verifica-se a presença de novos agentes produtores do espaço, figurados por promotores imobiliários privados de origem metropolitana. A atuação desses agentes demarca uma nova tendência de expansão do espaço urbano, caracterizada pela incorporação de parte da cidade no processo de acumulação do capital imobiliário privado. Este processo tem ocorrido através da produção de residenciais de padrão mediano, mas que trazem consigo o ideário do consumo da casa própria e da valorização da moradia padronizada. Tal modelo é fomentado pela propaganda amplamente realizada pelo setor imobiliário, sob a premissa do espaço de moradia planejado e da privacidade agregada a estes espaços.

Os dois residenciais presentes em Santo Antônio do Tauá foram produzidos recentemente³, localizados no bairro Santa Rita, o Residencial Laranjeiras I e Residencial Laranjeiras II que juntos totalizam 123 unidades habitacionais construídas e ocupadas. Vale destacar que, durante a execução da pesquisa observou-se construção, ainda em andamento, de um novo residencial localizado entre o bairro Perpétuo Socorro e a ocupação Nova Esperança, sua produção também está associada a atuação de agentes metropolitanos, os quais têm influenciado a estruturação espacial do tecido urbano e implantado formas de habitar que antes não eram testemunhadas nessa pequena cidade.

Nesse sentido, a análise sobre essa cidade deve considerar sua inserção num contexto mais amplo, que não se reduz aos limites territoriais do próprio município, visto que, a urbanização contemporânea tem sido marcada pela crescente imbricação entre a escala do espaço urbano e a escala regional.

Os processos que se dão metrópole exercem influência sobre as cidades com quem mantém relação. Dentre esses, pode-se apontar a espacialização de formas de moradia comuns do espaço metropolitano em cidades do entorno metropolitano. A

³ A imobiliária responsável pela organização e venda das unidades habitacionais é a Midas Empreendimentos, que tem sede registrada em Belém. A empresa é atuante em diversos municípios, dentre eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal, Santo Antônio do Tauá, Vigia e Tomé-açu.

materialização dos espaços de moradia conduzidos pelo capital imobiliário já citada é, entretanto, apenas uma das feições do processo de produção da cidade.

Outra forma de moradia bastante presente na metrópole que tem se tornado cada vez mais expressiva nesses centros urbanos são os assentamentos precários, especialmente as ocupações. A produção desses espaços na cidade de Santo Antônio do Tauá, em determinados casos, parece estar intimamente ligada à dinâmica metropolitana de dispersão da precariedade e a configuração de novas periferias urbanas.

Nesse sentido, os processos e dinâmicas metropolitanas que se dispersam pela Cidade-Região de Belém não se referem apenas à expansão de vetores de modernização do espaço ou do avanço da atuação de agentes econômicos sobre outras frações do território, para além da metrópole. O espraiamento dos modos de vida, dos comportamentos das formas de consumo também compõem este movimento e, junto deles, as desigualdades e a precarização também se expandem e se materializam nas cidades.

As ocupações precárias passam a compor a paisagem e cotidiano de pequenas cidades como Santo Antônio do Tauá. Fatores locais e condicionantes atrelados ao movimento de dispersão metropolitana passam a conduzir a produção desses assentamentos na cidade, os quais ganham forte expressão na composição e expansão de seu espaço urbano.

Durante as entrevistas com os moradores do Barcelona e da Ocupação Sete de setembro, foi possível observar indicadores da relação da produção desses espaços com as dinâmicas metropolitanas. Dentre os apontamentos dos moradores do Bairro Barcelona foi citado a chegada frequente de novos moradores no bairro, muitos deles, egressos de municípios do espaço metropolitano como Belém, Ananindeua e Benevides.

Já na ocupação Sete de Setembro, observou-se uma relação mais forte com as cidades que compõem o espaço metropolitano da Cidade-Região de Belém. Segundo os entrevistados, o agente responsável pelo processo de ocupação e organização desse assentamento é morador da cidade de Benevides, mas tem atuação em Santo Antônio do Tauá. Além disso, também foi citado que várias famílias que hoje moram na ocupação são oriundas deste município. Deve-se salientar que, a motivação para o deslocamento dessas famílias para estes dois espaços está fortemente atrelada a busca por acesso a habitação e moradia.

Quanto aos deslocamentos motivados pela busca de serviços ou de atividades comerciais, os entrevistados alegaram realizar viagens regulares para Belém e para Castanhal, tanto a procura de serviços especializados, quanto para a realização de compras de produtos de necessidade básica em estabelecimentos que ofereçam preços mais baixos que os comércios da cidade, a exemplo das redes atacadistas.

No que tange às relações de trabalho, tanto os entrevistados do Barcelona quanto da ocupação Sete de setembro quando indagados se algum de seus familiares possuíam vínculos empregatícios em Belém ou em outra cidade do espaço metropolitano, obtivemos respostas negativas. Entretanto, ambos entrevistados apontaram conhecer um número significativo de moradores que trabalham em Belém e realizam o movimento pendular diariamente para exercerem suas atividades.

Um ponto importante salientado por esses moradores quanto a possibilidade de se estabelecimento de vínculos empregatícios em outras cidades decorre do fato de que, após a pandemia do covid-19 e altas nos preços de combustíveis fizeram com que o custo com deslocamento sofresse um aumento bastante expressivo, inclusive nas passagens de ônibus rodoviários e alternativos, meios de transporte mais utilizados pelos moradores dos dois espaços, segundo os entrevistados.

Na percepção dos moradores, o custo elevado para realizar os deslocamentos diários é um fator que tem criado barreiras para estabelecimento de vínculos de trabalho na capital ou cidades próximas, pois, para cargos onde a remuneração é de um salário mínimo, por exemplo, grande parte do salário seria revestido somente para o traslado diário.

Com base nos resultados obtidos, é possível inferir que a cidade, de modo geral, desenvolve interações importantes com o espaço metropolitano. Assim, a realidade espacial de Santo Antônio do Tauá está associada à dinâmicas e processos que se desdobram não somente na escala local, mas também na rede urbana.

As informações coletadas nas entrevistas com os moradores nos dão pistas de que a produção e expansão das ocupações precárias na cidade estariam relacionadas a este processo, tanto no que concerne a chegada de novos moradores que passam a residir nesses espaços de moradia precária, quanto no que se refere a atuação de agentes sociais metropolitanos na produção e organização inicial desses assentamentos em Santo Antônio do Tauá, tal qual será discutido no capítulo 4 deste trabalho.

2.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ E OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

A produção do espaço urbano é um processo complexo que envolve diversos aspectos, indo além do plano econômico e abrangendo a dimensão da produção da vida humana. Segundo Carlos (2007), analisar esse processo de produção implica compreender a indissociabilidade entre sociedade e espaço, já que a produção da vida humana implica na produção do próprio espaço. Nesse sentido, as práticas sociais são também práticas socioespaciais, materializadas nas relações sociais produtoras dos lugares.

Para Corrêa (1995), o espaço urbano é uma dimensão aparente da própria sociedade, materializada nas formas espaciais, que se apresenta como fragmentada e articulada, reflexo e condicionante social, além de ser um conjunto de símbolos e um campo de lutas. Assim, a análise sobre o espaço urbano pressupõe a investigação das práticas sociais que o constituem. A existência de práticas e relações produtoras dos lugares pressupõem a existência de agentes sociais, dotados de interesses e estratégias próprias, responsáveis pela organização e produção das diferentes áreas das cidades, atribuindo-lhes conteúdos e formas distintas.

Nesse contexto, esse tópico se propõe a analisar a produção do espaço urbano na cidade de Santo Antônio do Tauá e a configuração dos assentamentos precários nela presentes. Caracterizada pela condição de pequena cidade, dispõe de uma estrutura urbana relativamente simples, concentrando as principais atividades de comércio e serviços em apenas uma única área central, localizada no eixo da Avenida Senador Lemos no bairro Centro e se estende por sua paralela, a Rua Presidente Vargas; bem como nas transversais, a Travessa Magalhães Barata e Santa Rita de Cássia.

Recentemente, as atividades comerciais da cidade apresentaram incremento significativo em diversos segmentos como: mercados, lojas de roupas e calçados de proprietários locais. Bem como de loja de eletrodomésticos de atuação regional, como é o caso da Big Lar Magazine e da JM Lar Magazine, com sede na cidade de Benevides. Outro tipo de comércio que se destaca na cidade é o das agrolojas, as quais ofertam uma variedade de produtos para o campo, isso ocorre em função da

grande superfície produtiva presente na zona rural do município, com destaque para a agricultura familiar e a produção de hortifrutis.

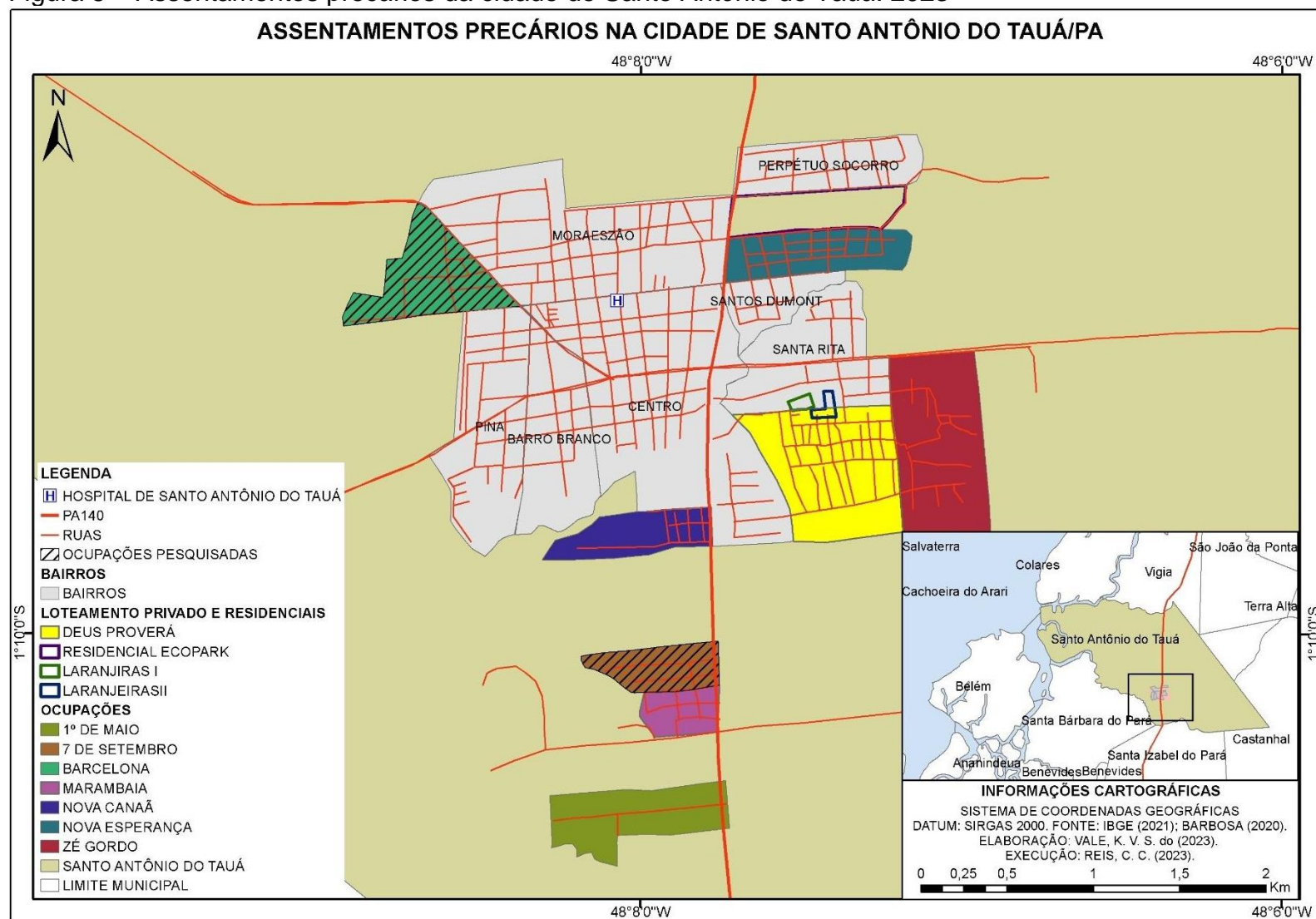
Um importante potencial deste município são as atividades voltadas ao turismo. Isto se dá em decorrência dos rios, igarapés e balneários presentes tanto na cidade quanto na zona rural. Junto a ele, destacam-se os estabelecimentos dedicados à alimentação e o comércio de produtos regionais. Há uma grande variedade de pequenos restaurantes e lanchonetes, oferecendo pratos típicos da culinária paraense aos turistas e aos viajantes que se deslocam para outros municípios da região do salgado, papel historicamente exercido por essa cidade.

O centro da cidade apresenta uma significativa variedade de serviços, como salões de beleza e centros de estética de proprietários locais, clínicas médicas e odontológicas e farmácias. No que se refere aos serviços bancários, conta com uma agência do Banco do Brasil, uma agência do Banpará, um posto de atendimento do Bradesco e uma lotérica. Deve-se destacar que os serviços ofertados são de baixa complexidade, o que justifica os deslocamentos para outros centros da Cidade-Região e para a capital em busca de serviços especializados ou de maior complexidade.

Não obstante, é perceptível que houve um aumento significativo no número de estabelecimentos voltados para o setor de venda de materiais de construção na cidade. A maioria desses estabelecimentos está concentrada na Avenida Senador Lemos, na parte sul da cidade, onde também está localizado o Loteamento Deus Proverá, recentemente desenvolvido por um empreendedor local que atua como proprietário fundiário e comerciante do setor de construção. Logo, o aumento dessa atividade comercial se justifica pela crescente demanda gerada pela produção habitacional na cidade, seja ela nos loteamentos e ocupações precárias, seja através do mercado imobiliário recém introduzido nesse centro.

Como apresentado no início deste capítulo, vários agentes desempenharam papéis significativos na produção da cidade, com destaque para o Estado e os grupos sociais precariamente incluídos. No entanto, nos últimos tempos, a produção imobiliária privada tem se tornado mais expressiva na cidade, evidenciando a participação de agentes metropolitanos no processo de urbanização da cidade, mediante a atuação do capital imobiliário privado. Na figura 5 são apresentados os recortes dos assentamentos precários de Santo Antônio do Tauá, tanto aqueles produzidos na sede municipal, quanto situados em área dispersa da cidade.

Figura 5 – Assentamentos precários da cidade de Santo Antônio do Tauá. 2023



Fonte – Elaboração própria com base em Barbosa (2020), 2023.

Na representação evidenciadas as ocupações e loteamentos que compõem a cidade de Santo Antônio do Tauá; também são apontados os principais empreendimentos produzidos pelo capital imobiliário privado na cidade. Nesses sentido, serão apresentados os diferentes espaços de moradia produzidos nesse centro urbano, os quais resultam da atuação de distintos agentes modeladores do espaço.

O Estado, conforme já apresentado, teve um papel crucial na primeira fase de ocupação das terras tauaenses, ao orientar e organizar a distribuição das propriedades rurais. Nos anos seguintes, o Estado continua a exercer um papel importante no processo de urbanização da cidade, através da doação de terras para os moradores e da organização dos bairros.

Entretanto, no que se refere a sua atuação enquanto promotor imobiliário, expressa a partir da produção das unidades habitacionais construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida no bairro Barcelona (Figura 6), produziu-se um espaço de moradia precário, sem um planejamento adequado para a implementação do projeto.

Figura 6 – Santo Antônio do Tauá. Perspectivas das habitações do PMCMV na ocupação Barcelona. 2022



Fonte – Trabalho de campo, 2023.

Segundo informações coletadas com residentes do local, as referidas habitações foram construídas em uma faixa de terreno público que fazia parte do lado esquerdo da Av. Juscelino Kubitschek, em sua extensão de acesso à ocupação Barcelona, acarretando o estreitamento da rua. A organização adotada pela prefeitura resultou em uma disposição linear das 90 habitações entregues no âmbito do

programa. Deve-se destacar que este foi o mais expressivo conjunto de habitações produzido na cidade pelo PMCMV e o único a ser desenvolvido através da modalidade Oferta Pública.

Apesar da construção de um número significativo de habitações, o espaço não recebeu a infraestrutura urbana e os equipamentos necessários para a estruturação da moradia. Como resultado, as condições espaciais do assentamento produzido pelo Estado se assemelham às da ocupação Barcelona, localizada do outro lado da via. Nesse sentido, a produção socioespacial do Barcelona, o qual compõem o estudo de caso dessa pesquisa, evidencia a forte atuação de dois agentes: o Estado e os grupos sociais precariamente incluídos. Embora os espaços de moradia produzidos por eles tenham formas de organização distintas, os conteúdos sociais e as condições socioeconômicas dos moradores são bastante semelhantes. Esses elementos serão discutidos com mais detalhes no capítulo 4 deste trabalho.

Outros tipos de assentamentos que têm ganhado expressividade na cidade são aqueles dirigidos pelo capital privado⁴, em que se identifica duas modalidades principais: áreas de loteamentos com venda de terrenos e os residenciais privados. No primeiro caso, destaca-se a atuação de agentes locais, geralmente, proprietários fundiários que realizam a conversão de terrenos em loteamentos, mediante a demarcação e comercialização de lotes.

Seguindo esse padrão, o loteamento mais expressivo da cidade é o Deus Proverá, situado entre o bairro Centro e o Santa Rita. A produção desse assentamento teve início no ano de 2010 mediante a venda de lotes de terra, promovido por um agente local. Atualmente o loteamento encontra-se ocupado por diversas famílias, no entanto, as condições de infraestrutura e moradia encontradas no local são muito precárias. Na figura 7 pode-se observar as condições de estruturação espacial do loteamento.

Nesse assentamento a ausência de infraestrutura é latente, principalmente no em relação às condições das ruas, algumas delas intrafegáveis. Durante os trabalhos de campo observou-se que as casas produzidas no loteamento possuem características de incompletude e baixo padrão construtivo, indicando o processo de

⁴ Definição desenvolvida por Santos (2019) para tratar dos diferentes tipos de assentamentos produzidos através da atuação do capital privado na cidade de Castanhal. Dentre eles: os bairros planejados, residenciais, grandes condomínios fechados, áreas para loteamento e venda de terrenos. No caso de Santo do Tauá, identificou-se a presença de residenciais e áreas de loteamento.

autoconstrução. Assim, é possível notar que o loteamento é voltado para o atendimento de um público de baixa renda da cidade de Santo Antônio do Tauá.

Figura 7 – Santo Antônio do Tauá. Perspectiva do loteamento Deus Proverá. 2023



Fonte – Trabalho de campo, 2023.

De outro modo, os residenciais privados têm se mostrado como uma das mais recentes formas de moradia na cidade. A produção desses espaços revela a inserção do capital imobiliário privado nessa pequena cidade a partir da atuação de agentes metropolitanos. No bairro Santa Rita, estão localizados o Residencial Laranjeiras I e Residencial Laranjeiras II que juntos totalizam 123 unidades habitacionais (Figura 8). A imobiliária responsável pela venda das residências é Midas Empreendimentos, com sede Castanhal, com filiais em Santa Izabel do Pará e Belém⁵.

O ambiente construído nesses empreendimentos difere significativamente dos espaços de moradia tradicionalmente produzidos na cidade. Caracterizado por um padrão construtivo homogeneizado, é comum a replicação de habitações com características físicas e estéticas padronizadas; representam, portanto, a inserção de

⁵ A imobiliária Midas Empreendimentos atua em diversas cidades da região, tais como: Belém, Ananindeua, Benevides, Santa Izabel do Pará, Vigia, Santo Antônio do Tauá, Castanhal, Salinas e Tomé-Açu.

outras formas habitar nessa pequena cidade, a qual está associada a lógica de produção do espaço conduzida pelo mercado imobiliário.

Figura 8 – Santo Antônio do Tauá. Residencial Laranjeiras I. 2023



Fonte – Trabalho de campo, 2023.

De acordo com as informações disponibilizadas no site da Midas Empreendimentos, a imobiliária é responsável pelo processo de financiamento dos imóveis através dos benefícios da modalidade fracionada do PMCMV, proporcionando maior facilidade no processo de aquisição das residências. O funcionamento dessa modalidade ocorre a partir do subsídio para o financiamento de habitações não inseridas nas faixas de salário dos conjuntos tradicionalmente produzidos pelo programa (Faixa 1, Faixa 1,5, Faixa 2 e Faixa 3)⁶.

Os imóveis fracionados do programa Minha Casa Minha Vida são financiados de acordo com as possibilidades financeiras do cliente e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. O valor do financiamento pode variar de acordo com a renda do comprador e com as condições oferecidas pelo FGTS, ou seja, as taxas de juros e descontos oscilam de acordo com esses dois fatores.

Em geral, o valor do benefício é maior para quem se enquadra nas faixas de menor renda, o que torna a aquisição do imóvel mais acessível. Além disso, o parcelamento do valor do imóvel pode ser feito em até 35 anos. Em termos de acesso à habitação pelo setor formal, o financiamento dos imóveis fracionados do PMCMV é

⁶ Com a retomada do PMCMV em 2023, as faixas de renda passaram a ser definidas da seguinte forma: a) Faixa Urbano 1 - renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640; b) Faixa Urbano 2 - renda bruta familiar mensal de R\$ 2.640,01 a R\$ 4.400; c) Faixa Urbano 3 - renda bruta familiar mensal de R\$ 4.400,01 a R\$ 8.000.

uma opção acessível para pessoas de diferentes perfis de renda, que podem contar com direitos e condições especiais para a compra da casa própria. No flyer divulgado pela imobiliária são apresentadas as condições de venda das residências do Laranjeiras II (Figura 9).

Figura 9 – Propagando do Residencial Laranjeiras II. 2022

MIDAS
INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA

Residencial Laranjeira II
📍 Santo Antônio do Tauá

Cômodos:

- ✓ 2 Quartos
- ✓ Sala de estar e jantar
- ✓ Cozinha americana
- ✓ Banheiro social
- ✓ Garagem (não coberta)
- ✓ Área de serviço
- ✓ Quintal

Parcelas a partir de R\$ 550,00

WF ENGENHARIA
CONSTRUTORA & INCORPORADORA

Fonte – Página da Midas empreendimentos no Instagram⁷, 2022.

De acordo com as informações disponibilizadas pela Midas Empreendimentos, para que ocorra a comercialização dos empreendimentos são oferecidas diversas facilidades no processo de financiamento das casas. São atendidos não apenas os trabalhadores formais, com acesso ao FGTS; mas também os trabalhadores autônomos, mediante a declaração do imposto de renda.

Assim, a produção desse padrão de moradia em Santo Antônio do Tauá revela o dinamismo da inserção dos agentes incorporados na cidade, uma vez que os empreendimentos são pensados e produzidos a partir da análise da realidade

⁷ Disponível em: < <https://www.instagram.com/midasinteligenciaimobiliaria/>>. Acesso em 20 Dezembro de 2022.

socioeconômica da população local, com intuito criar uma demanda que atenda aos interesses do capital. Para tanto, o auxílio dado pelo subsídio do Estado é fundamental. No caso em tela, o agente incorporado responsável pelos empreendimentos é a WF Engenharia Construtora e Incorporadora⁸. Sua atuação na cidade está atrelada ao processo de expansão mercado imobiliário e absorção de um novo público consumidor que, já não é mais representado apenas pelas elites.

Como próprio da dinâmica dos capitais que atuam neste mercado, respondendo às lógicas mais gerais e abstratas da própria dinâmica da valorização, a concentração do mercado, a inovação nas formas de captação de recursos financeiros de curto médio e longo prazos, **a expansão e captura de novos públicos consumidores**, antes fora do mercado e criação de um mercado nacional são algumas das mudanças notáveis em andamento (MELAZZO, 2013, p. 36).

Segundo Melazzo (2013), do ponto de vista econômico, o capital incorporador é um tipo de capital especializado que controla o processo de transformação do ambiente construído urbano. Esse tipo de capital é responsável por articular sistematicamente e gerenciar a compra de terrenos ou áreas, a contratação de consultores, escritórios de projeto e planejadores, agentes da construção civil, além de agentes responsáveis pelo lançamento e recebimento do empreendimento. O capital incorporador movimenta-se espacialmente pela cidade com o objetivo de oferecer o produto certo para o segmento certo da demanda, visando maximizar o preço de venda.

Logo, o processo de incorporação de áreas na cidade de Santo Antônio do Tauá tende ao processo de valorização de determinadas parcelas do solo. No caso dos residenciais Laranjeiras I e II, localizados no bairro Santa Rita, esse processo se torna evidente, pois, até então, tratava-se de um espaço de moradia pouco valorizado e que apenas recentemente passou a receber melhorias em suas estruturas urbanas.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos de campo na cidade foi possível observar o processo de produção de um novo empreendimento, o residencial EcoPark, não concluído durante o desenvolvimento da pesquisa e cuja construção foi iniciada no final do ano de 2022. O local onde está sendo realizada a construção das unidades habitacionais era um terreno de mata, situado entre o bairro Perpétuo

⁸ Esta incorporadora é sediada em Paragominas, mas atua em cidades como: Belém, Ananindeua, Benevides, Castanhal, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá.

Socorro e a ocupação Nova Esperança. Na figura 10 pode-se visualizar a produção das residências padronizadas que atendem aos critérios de financiamento da Caixa Econômica. Dadas as dimensões do espaço produzido, esse assentamento se apresenta como um dos maiores empreendimentos já construídos na cidade.

Figura 10 – Santo Antônio do Tauá. Residencial EcoPark. 2023



Fonte – Trabalho de campo, 2023.

Além disso, a produção do espaço urbano em Santo Antônio do Tauá possui grande participação dos grupos sociais precariamente incluídos, mediante a reprodução das ocupações precárias. Essas ocupações são um dos assentamentos mais importantes da cidade e respondem a parte significativa do espaço produzido e, em certos casos, deram origem a bairros da sede municipal.

Para o reconhecimento desses espaços enquanto ocupações precárias, optou-se pela realização de trabalhos de campo nos espaços de moradia para verificar as condições de moradia, escolaridade e renda dos moradores assim como a posse da terra (PINHEIRO et al., 2016), a investigação foi aprofundada nos estudos de caso compostos pela ocupação Barcelona e Sete de Setembro. Para os demais espaços lançou-se mão do mapeamento de Carmo (2020) como base para a realização dos trabalhos de campo e reconhecimento desses espaços. Junto a isso, também foram considerados os aglomerados subnormais (IBGE, 2019).

É importante ressaltar que, em algumas situações, ocorreu a identificação de áreas como assentamentos precários mesmo que esses não tenham sido classificados como aglomerados subnormais. Isso se deve ao fato de que as condições atuais observadas durante as pesquisas de campo demonstraram elementos suficientes para caracterizá-las como espaços de moradia precária, tal qual

fora observado na ocupação Barcelona. Nesse sentido, serão apresentados primeiramente os locais identificados pelo IBGE (2019) enquanto aglomerados subnormais da cidade de Santo Antônio do Tauá. Através desse critério foram identificadas cinco áreas: a Sete de Setembro; Primeiro de Maio; Nova Canaã; Zé Gordo e Nova Esperança⁹.

Segundo as estatísticas do IBGE (2019), o quantitativo de residências em Aglomerados Subnormais em Santo Antônio do Tauá é de 719 domicílios, representando o percentual de 9,27% do percentual total de domicílios do município. A partir dos trabalhos de campo foi possível identificar que todos os espaços apontados pelo estudo refletem condições precárias de moradia, problemas relativos à posse da terra, entre outros fatores.

No entanto, entre as ocupações listadas, apenas a Primeiro de Maio foi citada enquanto assentamento destinado a moradores do campo. De acordo com a então presidente da associação de moradores da ocupação Marambaia, a qual participou do processo de ocupação da Primeiro de Maio, a organização dos lotes e sua distribuição foram feitos para abrigar produtores e trabalhadores do campo, de modo que a dimensão dos terrenos possibilitasse o desenvolvimento de pequenas produções agrícolas.

Diferentemente desse espaço, os demais assentamentos elencados no estudo são, majoritariamente, destinados à produção de espaços de moradia. Um fator relevante sobre a estruturação das áreas identificadas enquanto aglomerados subnormais nessa pequena cidade é a menor densidade da ocupação, notável através da presença de lotes maiores e maior espaçamento entre as habitações, realidade que nem sempre é possível nos aglomerados dos grandes centros urbanos.

Na prática, essa condição tende a representar um elemento positivo para a qualidade de vida dos moradores, em decorrência das amenidades proporcionadas pela existência de quintais, por exemplo. Entretanto, é importante ressaltar que a baixa densidade de ocupação também pode dificultar a oferta de serviços públicos e de transporte coletivo, implicando em deslocamentos mais longos e custosos para os moradores. Durante a realização das pesquisas de campo foi possível identificar

⁹ Este espaço teve a nomenclatura erroneamente identificada no estudo do IBGE pelo nome de Canaã. Porém, a ocupação se chama Nova Esperança.

algumas as características de estruturação das seguintes ocupações: Sete de Setembro, Nova Esperança, Nova Canaã e Zé Gordo (Figura 11).

Figura 11 – Santo Antônio do Tauá. Ocupação Zé Gordo. 2023



Fonte – Trabalho de campo, 2023.

O assentamento Zé Gordo, localizado nos limites do bairro Santa Rita, é um exemplo de ocupação ainda em curso na cidade. Sua origem se deu a partir da ocupação de terras ociosas e, o processo de organização foi realizado pelos próprios moradores da cidade, conforme constatado pelos dados coletados durante os trabalhos de campo. Porém, a ocupação não possui qualquer estrutura urbana, o que resulta em condições de moradia bastante precárias.

Além de ser um dos maiores assentamentos de moradia precária da cidade e estar localizado nos limites da sede municipal em uma área de conversão de terra rural em urbana (PINHEIRO et al., 2016), o acesso ao local é dificultado pelas péssimas condições das ruas que levam até lá, algumas das quais são intransitáveis. Devido a essa situação e à distância do local em relação ao centro da cidade, os moradores enfrentam dificuldades para acessar serviços públicos básicos, como saúde, educação e os comércios e serviços presentes no centro da cidade.

Já a ocupação Nova Esperança (Figura 12) é um espaço de moradia com produção mais antiga que o assentamento anteriormente apresentado, iniciado por volta dos anos 2000. Nele observa-se maior número de domicílios que os demais espaços caracterizados como aglomerados subnormais, totalizando 303 residências (IBGE, 2019). Por conta disso, a ocupação também expressa maior densidade habitacional em grande parte de sua extensão, todavia, as condições de infraestrutura urbana pouco diferem dos demais espaços de moradia precária da cidade.

Figura 12 – Santo Antônio do Tauá. Ocupação Nova Esperança. 2023



Fonte – Trabalho de campo, 2023.

Uma das vantagens dessa ocupação em relação às demais é a sua localização, entre o bairro Santos Dumont e a área onde está sendo produzido o novo empreendimento privado. Esse assentamento possui vias de interligação direta com a Avenida Senador Lemos, facilitando o deslocamento para o centro da cidade. Ainda assim, para aqueles que residem nas áreas mais limítrofes da ocupação o deslocamento acaba sendo prejudicado pelas condições das ruas.

No caso da ocupação Nova Canaã (Figura 13), é possível observar semelhanças com a última ocupação mencionada. Localizada às margens da Avenida Senador Lemos, no setor sul da cidade, a ocupação apresenta uma relativa facilidade de acesso ao centro urbano.

Figura 13 – Santo Antônio do Tauá. Ocupação Nova Canaã. 2023



Fonte – Trabalho de campo, 2023.

Entretanto, ao realizar trabalhos de campo, identificou-se que, internamente, a ocupação também é marcada por condições precárias de moradia. Além disso, a topografia do local, com terrenos desnivelados e ruas íngremes, agravam ainda mais

a situação em determinadas partes do assentamento. Assim como nos outros espaços, as habitações produzidas derivam do processo de autoconstrução e apresentam características inacabadas.

A paisagem da ocupação Nova Canaã retrata de forma emblemática o abandono por parte da gestão pública municipal em relação aos espaços de ocupação. Os moradores relatam que os mesmos serviços básicos, como limpeza e capinagem das ruas, dificilmente são realizados no local. Essa negligência do poder público acaba impactando diretamente a qualidade de vida dos moradores, por conta da debilidade dos serviços de saneamento básico.

No que tange a ocupação Sete de Setembro (Figura 14), a qual compõe o estudo de caso deste trabalho, pode-se afirmar que se trata de um dos assentamentos precários mais recentes de Santo Antônio do Tauá, formando uma área de expansão não contígua em relação ao núcleo urbano da cidade. O processo de ocupação começou em 2015, quando foram ocupadas terras ociosas ao lado de uma ocupação mais antiga, à Marambaia.

Figura 14 – Santo Antônio do Tauá. Ocupação Sete de Setembro. 2022



Fonte – Trabalho de campo, 2022.

Durante os trabalhos de campo realizados em ambas as localidades, os moradores apontaram que a ocupação Sete de Setembro foi iniciada por agentes sociais externos que já possuíam certa vivência na cidade. Além de desempenhar um papel crucial no acesso à moradia para os residentes de Santo Antônio do Tauá, a ocupação tem sido adensada pela entrada de moradores de cidades que compõem o espaço metropolitano da Cidade-Região de Belém, indicando a relação desenvolvida entre esses núcleos urbanos mediante a dispersão de camadas populares para

assentamentos cada vez mais distante da capital, alcançando cidades do entorno metropolitano.

As condições de moradia nesse assentamento também são marcadas pela precariedade, entretanto, a produção dessa e das demais ocupações da cidade representam estratégias de sobrevivência dos grupos sociais precariamente incluídos, pois é a partir desse processo que tais agentes produzem um espaço que lhe é próprio e que permite sua reprodução social na cidade, conforme analisado no capítulo 4.

A ocupação Barcelona, apesar de não ter sido caracterizada enquanto aglomerado subnormal, é reconhecida nessa pesquisa enquanto uma das ocupações precárias de Santo Antônio do Tauá, dadas as condições de moradia, de posse da terra e do perfil socioeconômico dos moradores, evidenciados a partir dos trabalhos de campo. Esse assentamento surgiu a partir da ocupação de lotes vendidos por um morador local e se expandiu com a ocupação de terras públicas, na extensão do bairro Moraesão.

Mesmo sendo uma ocupação mais antiga, inserida em contexto de precarização da moradia, Barcelona possui significativa relevância no que se refere a reprodução socioespacial dos grupos precariamente incluídos. seja por meio do acesso à moradia, seja por conta do estabelecimento de redes de sociabilidade e cooperação que, permitem a sobrevivência dos moradores diante das desigualdades enfrentadas em seu processo de inserção na cidade. No capítulo 4, serão abordadas as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos indivíduos para enfrentar as adversidades do contexto socioespacial e econômico em que estão inseridas.

Assim sendo, é crucial analisar como os agentes atuam na produção e organização do espaço, de modo a compreender como esta pequena cidade é estruturada. Com base nas informações levantadas é possível afirmar que a produção desses de espaços de moradia não estão associados apenas às dinâmicas internas do município, sendo influenciados também por forças externas, atreladas a inserção desta cidade na rede urbana regional.

Dentre os diferentes espaços de moradia alcançados pela investigação aqui desenvolvida, é válido inferir que as ocupações precárias ainda são os espaços de moradia mais expressivos da cidade, tanto em quantidade de assentamentos, quanto em termos de acesso à habitação e moradia para as camadas populares. A apropriação desses espaços configura-se como estratégia para a sobrevivência dos

grupos sociais precariamente incluídos em face a perversidade da lógica mercadológica que mediatiza as formas de habitar na cidade.

A luta pela habitação e moradia, portanto, também advém da constante ameaça de não ter onde morar. Desta feita, o processo de produção desses assentamentos se apresenta enquanto campo de luta por justiça espacial e fio condutor das mudanças que fomentam a busca pelo direito à cidade. Nesse viés, o próximo capítulo abordará uma perspectiva teórica acerca dos conceitos e noções que norteiam a presente pesquisa.

3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E O DIREITO À CIDADE NA AMAZÔNIA

Este capítulo parte de uma perspectiva teórica, na qual é realizada a revisão bibliográfica dos principais conceitos e noções que fundamentam este estudo. O primeiro tópico versa sobre a produção do espaço urbano e os assentamentos precários. Já o segundo discute sobre os assentamentos precários e a condição de moradia associada a este espaço, além de trazer a perspectiva do direito à cidade para o debate. Por fim, o capítulo aborda em seu terceiro tópico a questão da moradia e precariedade nas pequenas cidades amazônicas.

3.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

A investigação sobre o espaço urbano coloca-nos diante da necessidade de refletir, de antemão, sobre o conceito de espaço, categoria de análise que confere à geografia sua forma particular de entender a realidade. Nesta seção pretendemos desenvolver algumas reflexões sobre esta categoria, especialmente no que diz respeito à noção de produção do espaço, a qual assume papel central no debate proposto pela presente pesquisa.

De acordo com Corrêa (2000), o conceito de espaço passou por profunda transformação de seu significado durante a trajetória das correntes de pensamento geográfico, apresentando diferentes acepções em cada uma destas. Na abordagem desenvolvida na geografia tradicional, quando ocorre a institucionalização da geografia enquanto disciplina em 1870 até a década de 1950, a dimensão espacial fora, de certo modo, tangenciada; a partir da constituição da geografia teórica-quantitativa, fundada no positivismo lógico, essa dimensão passa a ganhar maior representatividade. Entretanto, é a partir da geografia crítica, iniciada na década de 1970 e 1980, fundada no materialismo histórico dialético, que o espaço reaparece no debate dos geógrafos como um conceito-chave da geografia.

Carlos (2011) sintetiza algumas das concepções de espaços que foram elaboradas e reelaboradas no decorrer da história do pensamento geográfico, sinalizando, por fim, um movimento de passagem da noção de "organização do espaço" para a de "produção do espaço", sob a orientação do materialismo histórico.

Na Geografia, a noção de espaço, com muita dificuldade, supera sua condição de objetividade pura. Não resta dúvida de que a evolução do conceito de espaço como localização dos fenômenos, para aquele de “produção social” é um salto expressivo em direção à compreensão do mundo através da Geografia [...] É assim que da simples constatação da localização das coisas no espaço passa-se à descoberta da “organização do espaço” pelos grupos humanos e, desta elaboração, para a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço (CARLOS, 2011, p.59).

Dentre as diversas concepções de espaço desenvolvidas pela geografia e demais ciências sociais, cabe destacar a priori, os estudos do filósofo francês Henri Lefebvre, cujas contribuições teóricas foram fundamentais para a discussão do conceito de espaço no âmbito da geografia crítica, especialmente para a construção da noção de produção do espaço. Em sua obra “Espaço e política”¹⁰, o autor destaca que o espaço não deve ser concebido como espaço “vazio e puro, lugar de números e proporções” (LEFEBVRE, 2008, p. 43), ou seja, o espaço enquanto forma pura desprovida de conteúdo. Para este autor, o espaço ultrapassa esta noção, está vinculado à reprodução das relações sociais de produção, como se verifica na seguinte afirmação:

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, um objeto ou soma de objetos, coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 2008, p. 48).

As relações sociais de produção citadas por Lefebvre (2008) incorporam e ultrapassam as relações de produção em seu sentido restrito (produção de materiais, objetos etc.) alcançando o sentido amplo da noção de produção, que, segundo a interpretação de Carlos (2011), refere-se à produção *latu sensu*, a qual contempla o processo de produção do humano em sua complexidade, abrangendo a própria produção das relações sociais, da cultura, dos modos de consumo e, também, do conhecimento, isto é, das condições de vida da sociedade em suas múltiplas dimensões.

Concordando com este raciocínio, Santos (2004, p. 202) indica que a análise acerca do espaço pressupõe a consideração da dimensão da produção, isto pois, para

¹⁰ Do original: *Le droit à la ville – suivi de Espace et politique*. Paris: Éditions Anthropos, 1972. Este livro contém uma coletânea de artigos do filósofo acerca da produção do espaço, espaço urbano e cidade.

o autor, produzir e produzir espaço são ações inseparáveis, de modo que, o espaço humano reconhecido, nos diferentes períodos históricos, apresenta-se como resultado da produção: “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”.

Incorporando as reflexões de Lefebvre sobre a produção do espaço, Carlos (2011) mostra que, para o autor, esta noção assume uma dupla determinação: por um lado, a dimensão objetiva, a qual corresponde a produção de bens materiais, objetos, mercadorias (o que implica em assumir que a produção gera uma realidade concreta) e a produção do espaço enquanto condição de reprodução da vida em sociedade. Por outro lado, a noção de produção engloba também o processo de subjetivação: representada pela produção do mundo da mercadoria, em conjunto com a linguagem e as representações que esta evoca. Cabe enfatizar que estas dimensões se realizam conjuntamente por meio das práticas socioespaciais:

Mas, ao mesmo tempo em que o homem produz o mundo objetivo (real e concreto), produz igualmente uma consciência sobre si – assim ele se produz no processo, como humano, consciência, desejos um mundo de determinações e possibilidades capaz de metamorfosear a realidade (CARLOS, 2011, p. 56).

Para Carlos (2007), a noção de produção empregada no conceito de produção do espaço urbano direciona a análise geográfica para além do plano econômico e a coloca diante da dimensão da produção da vida humana. Deste modo, a análise sobre este processo de produção conduz a concepção de indissociabilidade entre sociedade e espaço, uma vez que, ao produzir sua vida a sociedade também produz o espaço, revelando, assim, as práticas sociais enquanto prática socioespacial. Nas palavras da autora: “[...] a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática socioespacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida” (CARLOS, 2007, p. 21).

As considerações anteriormente tecidas revelam o espaço urbano não como simples base material onde a vida se dá, mas permite concebê-lo como condição, meio e produto das relações sociais, definindo-o como “processo/movimento em construção, como o da própria sociedade” (CARLOS, 2011, p. 62). Esta visão dialética do espaço demonstra a complexidade desta categoria de análise, sem a qual não seria possível compreender a realidade das cidades.

Logo, analisar a realidade das cidades requer um maior aprofundamento teórico acerca do que é o espaço urbano. Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano corresponde a um conjunto de formas distintas de uso da terra justapostas entre si. Nesses termos, diferentes usos modelam a organização espacial da cidade, definindo áreas como: centro da cidade, áreas residenciais, áreas industriais, entre outras. Possibilitando que cada espaço se distinga dos demais em termos de forma e conteúdo social. Para este autor, o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1995).

O espaço urbano enquanto fragmentado e articulado, refere-se a compreensão de que a cidade é formada por frações de espaço que apresentam formas, conteúdos e funções diferenciadas, mas cada uma destas parcelas mantém relações espaciais com as demais áreas da cidade, ainda que em diferentes níveis, promovendo a articulação da cidade através de fluxos de pessoas, mercadorias.

Assim como por meio de fluxos menos visíveis, no capitalismo, ocorre a partir de relações espaciais envolvendo a circulação de informações, de decisões, salários etc. “Estas relações espaciais são de natureza social, tendo como matriz a sociedade de classes e seus processos” (CORRÊA, 1995, p. 8). Para este autor, as áreas que formam a cidade são a expressão espacial das demandas por funções urbanas geradas pela própria sociedade e pela estrutura social capitalista, que se materializam nas formas espaciais, apresentando a cidade enquanto reflexo e condicionante da própria divisão da sociedade em classes.

Nas sociedades capitalistas, a cidade e o espaço urbano não pertencem ou são produzidos em função das necessidades e interesses de seus habitantes, ao invés disso, atendem aos interesses, por vezes contraditórios, de diversos agentes sociais (CAPEL, 1974).

Nas palavras de Corrêa (1995) e Capel (1974), estes agentes sociais são dotados de interesses próprios, através de suas práticas e estratégias, produzem e consomem o espaço, impregnando-o de materialidades, símbolos e significados, são eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Suas ações produzem conflitos e contradições entre eles mesmos e entre os demais segmentos

da sociedade, é nesse intercâmbio de relações que o espaço urbano é produzido e reproduzido.

Deve-se ressaltar que, as práticas e estratégias desenvolvidas por tais agentes não devem ser compreendidas de forma isolada, pois, seus papéis não são rigidamente delimitados, de modo que, tais agentes podem desempenhar múltiplos e/ou semelhantes papéis na produção do espaço urbano.

Estes agentes estão imersos nas temporalidades e espacialidades de cada formação socioespacial capitalista, atendendo ou criando demandas sociais, portanto, suas ações devem ser analisadas de acordo com tais fatores (CORRÊA, 2017). Dentre os agentes identificados cabe aqui destacar o papel desenvolvido por dois agentes principais: o Estado e os grupos sociais excluídos, haja vista que estes possuem papel central na pesquisa.

O Estado, conforme destaca Capel (1974), desempenha papel decisivo na produção do espaço urbano, sua atuação tem variado de acordo com o tempo e espaço em que está inserido, neste caso, consideramos o papel do Estado capitalista. Segundo Corrêa (1995) este agente atua de formas diversas na organização do espaço assumindo as funções de: grande industrial; consumidor de espaços e determinadas localizações da cidade; proprietário fundiário e promotor imobiliário; além de efetuar a regulação dos usos do solo. Atentando mais especificamente para sua atuação como promotor imobiliário, observa-se que, nesta condição, o Estado opera a partir de políticas voltadas para a provisão de habitações populares, como ocorreu com as Companhias de Habitação – COHABs e, mais recentemente, com o Programa Minha Casa, minha Vida – PMCMV.

O Estado também interfere na produção do espaço por meio da alocação de investimentos em infraestruturas e equipamentos urbanos, fator determinante para a valorização de áreas específicas da cidade. Estas estruturas, por vezes, beneficiam o estabelecimento e atuação de agentes econômicos como os promotores imobiliários, e não a população de modo geral, expressando assim o papel contraditório do Estado, isto pois, suas ações não são socialmente neutras ou imparciais, em verdade expressam uma atuação social e espacialmente desigual. Outra esfera de ação do Estado, como destaca Capel (1974), é a de mediar os conflitos e contradições que surgem entre os demais agentes sociais, assumindo assim um caráter decisório que, costumeiramente, tende a favorecer os entes econômicos.

Em relação aos grupos sociais excluídos, Corrêa (1995) afirma que estes são definidos por não possuírem condições financeiras de pagar por uma habitação de qualidade, seja pela impossibilidade de comprar uma casa ou pagar pelo aluguel de um imóvel. Segundo o referido autor, este é um dos fatores que, alinhados ao subemprego e o desemprego, problemas ligados à saúde e baixa escolaridade, esboçam o quadro social dos grupos excluídos. Para estes grupos as opções de moradia disponíveis são: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e as favelas¹¹. É a partir deste último espaço que os grupos excluídos se tornam de fato agentes modeladores do espaço, apropriando-se de terrenos públicos ou privados, com vista a ter acesso à habitação.

A partir destas estratégias, estes agentes produzem um espaço que lhe é próprio, como forma de resistência (CORRÊA, 1995) e sobrevivência frente aos obstáculos impostos pela mercantilização da terra urbana, da moradia, isto é, da mecanização do espaço, ainda que as formas de ocupação resultantes deste processo sejam marcadas pela precariedade.

Mediante a classificação e caracterização dos agentes modeladores do espaço cabe aqui fazer uma importante ressalva acerca da nomenclatura dada por Corrêa (1995) aos grupos sociais excluídos. A base teórica que fomenta esta ressalva parte da noção de inclusão precária desenvolvida por Martins (1997), a qual contribui para a elucidação das limitações que o termo exclusão pode trazer para a análise desenvolvida sobre estes agentes.

A crítica a esta terminologia (grupos sociais excluídos) funda-se no pressuposto de que esta terminologia apresenta certas limitações quando confrontada à realidade analisada e discutida pelo autor. Um grupo social que modela o espaço, ou seja, que atua no processo de produção deste, certamente não deve ser intitulado como excluído, visto que o termo excluído traz a ideia de separação total, de impossibilidade de estabelecer vínculos (MARTINS, 1997). O que não ocorre no caso dos agentes sociais excluídos de Corrêa (1995). Trata-se, portanto, de uma incoerência entre a terminologia adotada e o processo analisado.

¹¹ Conforme aponta Pinheiro et al. (2016), o termo favela trata-se de uma das formas de assentamento precário característico da região sudeste, este é reconhecido na região norte através do termo ocupação. Ainda que estes tipos de assentamentos apresentem diferenças do ponto de vista geomorfológico, as condições de precariedade são semelhantes, sejam elas em relação à irregularidade da propriedade do solo, precariedade urbanística e habitacional, falta de infraestruturas e a pobreza.

De acordo com a concepção de Martins (1997) não há exclusão social em si. O que de fato existem são contradições, processos excludentes – sociais, econômicos e políticos. Segundo o autor, as vítimas desses processos continuam participando do sistema, mesmo que de forma precária; afastando a possibilidade de uma exclusão total, identificável nas relações cotidianas. Deste modo, aquilo que outrora chamava-se de processo de exclusão, passa a criar “[...] uma sociedade paralela que é incluyente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político” (MARTINS, 1997, p. 1997).

Com estas observações pretende-se alcançar a adaptação da terminologia desenvolvida por Corrêa (1995), de modo que esta possa expressar com maior clareza a realidade socioespacial deste grupo social. Com base nisto, sustenta-se a ideia de uma nomenclatura que abarque a análise de Corrêa (1995) sobre os grupos sociais excluídos e a noção de inclusão precária de Martins (1997), tendo como resultado a terminologia: Grupos Sociais Precariamente Incluídos.

A terminologia inclusão precária permite entender que os sujeitos encontram formas alternativas de inclusão econômica, ainda que por meio do trabalho informal, permitindo sua participação no mercado, seja através da prestação de serviços e/ou como consumidor. No âmbito dos grupos sociais precariamente incluídos, soma-se seu papel enquanto agente modelador do espaço, exercido por meio da ocupação de terras e do mecanismo da autoconstrução. Desta forma, as práticas desses grupos sociais são concebidas como uma estratégia de sobrevivência e ao mesmo tempo uma forma de permanecerem incluídos na cidade, ainda que essa inclusão ocorra de modo precário.

As formas espaciais criadas por esses agentes não tornam o espaço urbano um mero fruto de suas ações, mas também um condicionante para o desenvolvimento de ações futuras e a própria reprodução da vida humana na cidade, revelando o espaço enquanto condição, meio e produto das ações destes sujeitos (CARLOS, 2017). Dentre as diversas formas de assentamentos urbanos possíveis de serem produzidos por esses agentes, evidencia-se a constituição dos assentamentos precários, uma vez que, este se caracteriza como uma das principais formas de moradia presente na realidade concreta aqui estudada.

Conforme aponta Carlos (2017), o processo de produção do espaço urbano revela profundas contradições entre “[...] um processo de produção que é socializado, e a apropriação do espaço, que é privada. Portanto, o espaço se produz, produzindo

os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade (uma sociedade hierarquizada em classes)” (p. 68).

Isto porque, dentre outros fatores que aprofundam a desigualdade urbana, destaca-se a privatização do solo que submete o ato de morar aos ditames do mercado, assim, “[...] o acesso ao espaço na cidade está preso e submetido ao mercado no qual a propriedade privada do solo urbano aparece como condição do desenvolvimento do capitalismo” (CARLOS, 2007, p. 27). A autora supracitada ainda afirma que:

[...] a divisão e parcelarização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano, fato que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano. (CARLOS, 2007, p. 27).

Deste modo, a cidade fragmentada pela apropriação do solo urbano – onde o valor de troca sobrepõe o valor de uso – carrega em sua morfologia as marcas desiguais da própria divisão da sociedade em classes. Fragmentação e articulação, este par contraditório adquire cada vez mais importância na reflexão sobre a cidade, especialmente no que tange à cidade contemporânea, como observa Sposito (2009).

Corroborando com este pensamento, Corrêa (1995) infere que em uma sociedade capitalista dividida em classes, o acesso aos bens e serviços produzidos é diferenciado socialmente. Dentre os bens e serviços, a habitação é um dos mais seletivos, pois grande parte da população não consegue ter acesso – por não ter condições financeiras de pagar por uma casa própria ou mesmo por não conseguir arcar com o aluguel de um imóvel de qualidade. Segundo o referido autor, as opções de moradia viáveis para estas pessoas são cercadas de precariedade, sendo estas: cortiços densamente ocupados próximos ao centro da cidade; a casa própria produzida através da autoconstrução em loteamentos na periferia da cidade, conjuntos habitacionais construídos pelo Estado e a favela.

Tais formas de moradia são identificadas por Cardoso (2016) como assentamentos precários, marcados pela inadequação dos padrões de ocupação e precariedade da moradia. As configurações espaciais identificadas pelo autor aproximam-se dos tipos de moradia destinadas à população pobre, anteriormente citada, elencada por Corrêa (1995), são elas: os loteamentos irregulares ou

clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados, as favelas e assemelhados.

Na Política Nacional de Habitação (PNH), adota-se a mesma classificação para identificar os diferentes tipos de assentamentos precários, sendo estes um conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados pela população de baixa renda (BRASIL, 2010). Segundo O Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários (BRASIL, 2010), os assentamentos precários apresentam características em comum, a saber:

a) São áreas predominantemente residenciais, ocupadas por grupos familiares de baixa renda;

b) Apresentam condições precárias de moradia, dentre elas, observa-se: irregularidade fundiária; infraestruturas ausentes ou precárias; falta de saneamento básico; precariedade do sistema de transporte; adensamento excessivo; habitações de baixa qualidade ou com deficiências construtivas entre outros fatores;

c) A origem histórica destes assentamentos está relacionada às diferentes estratégias adotadas pela população de baixa renda, com vista a solucionar as necessidades habitacionais destes grupos sociais que, perante as dificuldades de acesso à moradia por meio do setor formal (seja por conta da ineficiência das iniciativas públicas destinadas à habitação, seja pela disparidade entre o nível de renda desta população e os preços das habitações disponíveis no mercado imobiliário), passam a buscar formas alternativas de estabelecer suas moradias.

Este mesmo documento apresenta uma caracterização detalhada destas tipologias de assentamentos precários, considerando características físicas e locais, situação jurídica e condições de acesso à moradia, como pode ser observado no quadro 5:

Quadro 5 – Caracterização das principais Tipologias de Assentamentos Precários.

Variáveis	TIPOLOGIAS DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS			
	Cortiços	Favelas	Loteamentos irregulares	Conjuntos habitacionais
Acesso à moradia	Aluguel sem contrato ou ocupação ilegal de imóveis (público e privado).	Ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas, seguida de compra e venda informal (sem registro).	Compra e venda entre agentes privados. Sem escritura no registro imobiliário.	Compra e venda ou concessão de uso pelo poder público (sem registro). Ocupação ilegal.

Terreno	Lote regular.	Dimensões irregulares. Resultante de subdivisão informal de lote ou gleba ou área de proteção ambiental.	Lote de dimensão regular em gleba parcelada irregularmente.	Cota parte de terreno ou lote, em gleba parcelada pelo poder público, sem aprovação formal.
Localização	Áreas centrais.	Áreas centrais, intermediárias e periféricas, adequadas ou não à urbanização.	Áreas periféricas adequadas ou não à urbanização.	Áreas periféricas adequadas ou não à urbanização
Traçado Urbano e infraestrutura	Inseridos em áreas consolidadas com traçado urbano regular e dotadas de infraestrutura.	Inseridos em áreas com ou sem infraestruturas. Nas áreas internas do assentamento: traçado desordenado; predominância de vielas de pedestres e escadarias; ausência ou precariedade das demais infraestruturas.	Traçado urbano regular. Viário com problemas de drenagem e trafegabilidade; precariedade das demais infraestruturas. Áreas públicas ocupadas por favelas.	Traçado urbano regular. Infraestrutura completa ou não, com problemas de manutenção. Áreas públicas ocupadas por favelas.
Condição da unidade habitacional	Cômodo resultante da subdivisão de imóveis degradados. Uso coletivo de instalações sanitárias. Hidráulica e elétrica precárias. Insalubridade.	Autoconstrução, problemas estruturais; materiais inadequados; hidráulica e elétrica precárias e irregulares, insalubridade e risco.	Autoconstrução ou mutirão; falta de acabamento; materiais de baixa qualidade; hidráulica e elétrica regulares ou não.	Construção por empreiteira ou mutirão; materiais de baixa qualidade; falta de acabamento e manutenção; áreas comuns e entorno degradado.

FONTE: Brasil (2010)

Esta caracterização constitui um importante instrumento para a identificação dos assentamentos precários, contudo, são encontrados diversos limites na aplicação destas tipologias e suas variáveis. As terminologias dadas às quatro tipologias variam de acordo com as particularidades regionais e locais. Além disto, a divisão em tipologias reflete a ideia de separação, entretanto, no espaço urbano ocorrem sobreposições de tipologias em um mesmo espaço, o que dificulta esta categorização (BRASIL, 2010). No âmbito da região Norte, por exemplo, estas tipologias são de difícil aplicação, pois, a realidade presenciada nas ocupações, mesmo com alguns elementos semelhantes como a precariedade, difere-se de forma considerável da realidade das favelas da região sudeste, tanto por questões geomorfológicas, estruturais, sociais e culturais.

No caso da região norte, evidencia-se a produção de outros tipos de assentamentos precários que se apresentam a partir da terminologia ocupação. Este

termo refere-se a espaços produzidos pelos grupos sociais precariamente incluídos mediante a ocupação de terras e da autoconstrução. Os elementos mais marcantes deste tipo de assentamento são as irregularidades fundiárias, as condições precárias de moradia e a pobreza.

Segundo Pinheiro et al. (2016), as ocupações enquanto tipo de assentamento precário presentes na região metropolitana de Belém dividem-se em dois tipos, a saber: ocupações irregulares, e ocupações de conversão de terra rural em urbana. A primeira refere-se a ocupações de terra com irregularidade fundiária, localizadas em áreas urbanas periféricas da região metropolitana de Belém. Um dos elementos centrais deste tipo de assentamento é a ocupação de terras de forma juridicamente irregular, onde se constatou a ociosidade ou subutilização do terreno. Para além disso, as ocupações são marcadas pela precariedade das habitações e dos sistemas de fornecimento de água e energia, falta de infraestruturas urbanas entre outras problemáticas.

As ocupações de conversão de terra rural em urbana, por sua vez, conservam os mesmos elementos de precariedade das ocupações irregulares somados a outro fator ainda mais complexo: o maior distanciamento da cidade. Este tipo de ocupação é marcado pelo “[...] isolamento espacial relativamente maior e, em paralelo, a acentuação da segregação, combinada a formas agudas de carência infraestrutural e informalidade econômica, com a presença frequente de algum nível de criminalidade interna [...]” (PINHEIRO, et al., 2016, p. 212). De acordo com os autores supracitados, a localização desses assentamentos situados nas zonas rurais dos municípios tem reforçado a situação de segregação e de isolamento espacial desses espaços. Estas práticas apontam a demanda popular por acesso à terra e à moradia, além das estratégias de criação de alternativas de busca por acesso ao solo urbano.

Com base nos estudos de Pinheiro et al. (2016) acerca das ocupações e nos estudos Marques (2007), o presente estudo propõe a utilização do termo ocupações precárias para caracterizar este tipo de assentamento presente na região norte, comumente conhecido como ocupação. O adjetivo precário utilizado nesta terminologia parte do entendimento de este é um dos traços mais marcantes deste tipo de assentamento.

Deste modo, a produção destes espaços representa uma forma de resistência e até mesmo estratégia de sobrevivência destes agentes, visto que a produção e apropriação destes espaços tem como objetivo solucionar o problema habitacional

desta parcela da sociedade (CORRÊA, 1995). Contudo, a precariedade da habitação e da moradia são traços marcantes nestes espaços, caracterizados como ocupações precárias. Partindo deste pressuposto, a próxima seção deste capítulo abordará a discussão sobre a precariedade da moradia nos assentamentos precários, além de promover um breve resgate sobre o direito à cidade e potencial deste conceito para o estudo das problemáticas urbanas.

3.2 ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, MORADIA E DIREITO À CIDADE

Nas cidades brasileiras um dos traços que se apresentam de modo latente é desigualdade socioespacial, cujos rebatimentos podem ser facilmente percebidos nas condições de habitação e moradia das camadas mais populares da sociedade. Estas desigualdades são entendidas, segundo aponta Rodrigues (2007), como um processo que expressa as formas e conteúdos da apropriação e da propriedade da cidade enquanto mercadoria, da constante exploração da força de trabalho, assim como da acumulação desigual no espaço e da contraditória presença/ausência do Estado capitalista no espaço urbano.

Nesta perspectiva a desigualdade socioespacial reflete a própria divisão da sociedade em classes sociais e a existência de diferentes formas de apropriação da riqueza produzida, chamando atenção para a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em beneficiar-se de condições de vida adequadas (RODRIGUES, 2007), sejam elas em relação aos vínculos de trabalho, ao acesso à habitação e à moradia, ao usufruto dos serviços básicos e dos espaços coletivos.

Nos espaços de moradia, a exemplo dos assentamentos precários anteriormente apontados, as condições de reprodução social são permeadas por diferentes problemáticas, desde aquelas ligadas à baixa renda e à falta de estabilidade no trabalho, até questões como criminalidade, falta de saneamento básico e superlotação das habitações. Esses elementos que, representam diferentes traços da precariedade urbana, não fazem referência somente à habitação, mas, à moradia como um todo, abrangendo desde as estruturas físicas de seus respectivos locais de moradia, até as formas de organização e de sociabilidade dos cidadãos.

No que se refere aos assentamentos precários presentes nas cidades amazônicas, pode-se destacar o representativo papel das ocupações, às quais se fazem presente tanto nas metrópoles, quanto nas médias e pequenas cidades da

região. Segundo Oliveira e Costa (2007), estes espaços se materializam como estratégias usadas pela população para ter acesso à moradia, mediante organização de movimento de ocupação de terrenos vazios. Os quais tem característica ações rápidas, com acesso imediato ao lote, oportunizando a construção de casas de modo contínuo, seja por meio da autoconstrução ou de mutirões.

Ainda que estas práticas socioespaciais possuam caráter de estratégia, não se deve esquecer que, por trás de suas ações, o motor que impulsiona tais práticas são as desigualdades sociais e espaciais, a falta de acesso à moradia e a ausência de condições dignas de reprodução da vida aos grupos mais pobres. Nas palavras de Oliveira e Costa (2007), os problemas relativos à habitação ajudam-nos a enxergar as contradições oriundas da produção da cidade numa sociedade desigual.

Para os autores supracitados, a relevância de analisar a cidade através da produção das habitações e da dimensão da moradia decorre da capacidade que estas possuem em unificar as diversas áreas de análise urbana, sobretudo quando se observa que as problemáticas contemporâneas da sociedade parecem estar cada vez mais associadas como problemas de ordem espacial, uma vez que eles são explicados por meio das desigualdades socioespaciais (OLIVEIRA; COSTA, 2007).

Ao se abordar a realidade dos assentamentos precários, esse potencial se torna ainda mais nítido. Para os sujeitos que moram nesses espaços, elementos como a localização da casa podem implicar em dificuldades de acesso aos demais espaços da cidade, alguns desses locais também são afetados pelos estigmas e preconceitos atrelados aos seus locais de moradia precária. Não obstante, o que se observa é que a habitação e a moradia contêm um potencial de gerar diferentes reverberações sobre a vida do cidadão, se apresentando como possibilidade de acesso ou de negação aos espaços e dinâmicas sociais presentes na cidade.

Portanto, o que se busca não é apenas o acesso à habitação, mas também a possibilidade de alcançar uma moradia digna e adequada. Para Rolnik (2011), a moradia adequada se definiria nos seguintes termos:

Uma moradia adequada tem que oferecer uma proteção contra o frio, a neve, as intempéries, as chuvas e o calor excessivo: tem que proteger a pessoa. Mas também, uma moradia adequada é aquela que está ligada a uma infraestrutura. Portanto, tem que necessariamente oferecer para quem mora nela, condições de acesso a água segura, esgoto e de lixo. Ao mesmo tempo, não pode estar num sítio numa situação contaminada, poluída, ou seja, tem que estar num lugar limpo, com ar limpo, etc. A partir dela deve ser possível, também, acessar uma rede de equipamentos de saúde, de educação, de

cultura, que permita à família que mora ali naquela moradia as possibilidades de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social. Além disso, e aí eu já vou entrar nesse outro elemento - que é a própria localização - ela tem que permitir o acesso aos meios de vida (ROLNIK, 2011, pp. 38-39).

Diante deste contexto, torna-se pertinente estabelecer algumas diferenciações entre os termos habitação e moradia. A habitação, associada à necessidade humana de ter um abrigo, é o espaço da vida privada, o local onde um indivíduo e/ou grupo familiar possa residir e estabelecer suas primeiras relações de sociabilidade entre si e com o mundo exterior.

Um local essencial para o homem, a habitação, é, por conseguinte, um espaço para o mesmo realizar suas atividades do dia-a-dia, um refúgio às intimidades, proporciona maior segurança e sensação de bem estar, possibilitando aos indivíduos e aos grupos sociais desenvolverem suas capacidades e realizarem seus mais diversos anseios (MONTEIRO; VERAS, 2017, p. 8).

O termo moradia, entretanto, envolve a habitação e a insere em um contexto mais complexo, vinculando-a ao solo, as infraestruturas, equipamentos e serviços que podem ser acessados a partir destas, ou seja, refere-se às amenidades e às condições de acessibilidade possibilitados através desta.

Portanto, pode-se considerar que a moradia envolve os diferentes espaços em que se desenrola a vida cotidiana, desde a casa ou o apartamento até a rua, momento em que o privado se depara com o público e o conjunto de outros espaços que a habitação em si possibilita ou nega [...] A moradia, então, envolve os modos de apropriação dos lugares que a habitação possibilita a partir da casa (CRUZ, 2019, p. 47).

Compreender esta diferenciação permite-nos observar com maior clareza a problemática vivenciada pela população mais empobrecida das cidades brasileiras, revelando que dificuldades se erguem sobre estas duas perspectivas: a da habitação e da moradia. Em termos habitacionais observa-se limites impostos pelo mercado imobiliário, onde os preços das habitações tendem a se tornar mais elevados por conta da especulação e em função de sua localização na cidade, assim como pela insuficiência de oferta de habitação pelo setor público (CARDOSO, 2016).

No que se refere às condições de moradia, também são encontrados níveis elevados de precariedade, tanto no que concerne a disponibilidade de infraestrutura nos bairros populares, quanto à acessibilidade reduzida e precariedades construtivas no caso dos conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado.

Neste sentido, Sampaio (2011) incorporando as noções de habitar e habitat desenvolvidas por Lefebvre em *A Revolução Urbana*, estabelece a seguinte análise acerca da provisão de moradias por meio de projetos habitacionais do Estado que visam minimizar as problemáticas habitacionais:

[...] o setor técnico-especializado-administrativo, ligado ao âmbito do planejamento urbano – operando por sobre um espaço aparentemente geométrico e abstrato – produziu por toda parte uma profunda redução: transformou uma qualidade (a do habitar) em uma quantidade e em uma função – a do habitat, mesmo quando não soube que o fez. Apresentado como um problema administrativo, técnico e orçamentário, a questão da moradia foi colocada de maneira generalizada como “o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível”. Ignorando a prática social e o sentido mais qualitativo do que seria morar ou habitar, em função de uma justificada urgência, os planos e projetos direcionados a questão da habitação voltaram-se à produção de espaços simplificados, funcionais e homogêneos. A consequência mais diretamente perceptível foi a redução e a funcionalização da vida privada “a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se (SAMPAIO, 2011, p. 110).

Nestes termos, a precarização da moradia tem sido perpetuada pelas ações do setor público, no caso dos conjuntos habitacionais do Estado a qualidade da moradia é tangenciada nos projetos urbanísticos e suprimida pela quantidade (produção de casas em massa). Deste modo, o habitar enquanto qualidade de moradia é substituído pelo que Lefebvre (2002) chama de habitat: a redução da vida privada a atos básicos de sobrevivência, negligenciando o caráter social da moradia que se manifesta a partir das condições de sociabilidade e acessibilidade propiciadas a partir da habitação.

O Estado também interfere na qualidade da moradia mediante a implantação de infraestruturas na cidade, já que a moradia não se reduz a casa enquanto estrutura funcional, mas também inclui a rua e seus arredores, assinalando que esta precarização também está fortemente vinculada a ação do Estado enquanto um agente que produz e organiza o espaço (CORRÊA, 1995). O Estado “[...] é ainda, em geral, o agente regulador da terra, das relações trabalhistas, das regras do financiamento privado, além de poder promover a implantação da infraestrutura e abrir novos espaços para o investimento imobiliário privado [...]” (MARICATO, 2009, p. 42). Portanto, o Estado também mediatiza a ação de outros agentes sobre o espaço, seja por meio da regulação da terra ou da implantação de infraestruturas.

Este contexto demonstra o caráter contraditório da questão da moradia no Brasil, pois, mesmo sendo a moradia um direito social previsto na Constituição Federal

de 1988, regulamentado pela Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, que objetiva a regulamentação da função social da cidade e da propriedade, as dificuldades de acesso à moradia são alarmantes. De acordo com Maricato (2009), “[...] a implementação da lei está enfrentando muita dificuldade, reafirmando uma característica da sociedade brasileira: de que a lei se aplica de acordo com as circunstâncias” (p. 44).

Ainda que a questão da provisão de habitações por parte do Estado não seja o foco deste trabalho, a reflexão de Sampaio (2011) permite-nos uma visão mais ampla acerca da precariedade da moradia, visto que, os dramas vividos no cotidiano da população mais empobrecida da sociedade envolvem as mais diversas dificuldades de acesso à habitação.

Conforme aponta Maricato (2009), a provisão de habitações se dá de forma interdependente entre o setor privado, público e informal, portanto, deste modo, compreender a precariedade habitacional quer considerar este quadro geral da provisão de habitações no Brasil, a saber:

As diversas formas de provisão da moradia (o que inclui a moradia de aluguel, obviamente) constituem um conjunto contínuo e interdependente: se o mercado é muito restrito às camadas de mais altas rendas, como acontece no Brasil, e o investimento público é escasso, a produção informal fatalmente se amplia, pois, como já foi destacado, todos moram em algum lugar (MARICATO, 2009, p. 37).

A problemática da habitação, portanto, não deve ser explicada como um simples fruto da falta de poder aquisitivo que impede uma pessoa de pagar por uma habitação de qualidade. Deve-se considerar este elemento a partir da inserção da terra urbana e da habitação na lógica do mercado capitalista, transformando-os em mercadoria, isto restringindo o acesso a este bem a quem possui condições financeiras para pagar por ele.

Nesse sentido, a propriedade privada se ergue como elemento fundador das desigualdades, pois, como argumenta Singer (1982, p.33) “a propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos” esta lógica de funcionamento, segundo o autor, tem a propensão de manter uma parcela da força de trabalho em reserva, isto significa que parte da população não terá condições de pagar pelo direito de ocupar

uma fração da terra urbana, apresentando a propriedade privada enquanto privação e negação da própria condição de reprodução da vida humana (CARLOS, 2017).

Diante desta problemática que se manifesta no bojo da produção do espaço urbano da cidade capitalista, recuperamos os conceitos de direito à cidade e justiça espacial, com o intuito de desvelar os conteúdos das contradições e desigualdades que se manifestam na cidade como condição necessária para a reprodução do capital (CARLOS, 2017). Isto pois, como ressalta Benach (2017), o conceito de direito à cidade, bem como seu correlato, a justiça espacial, tem um caráter transformador, uma vez que coloca os problemas relativos à cidade e à sociedade ênfase crítica.

O conceito de direito à cidade elaborado por Henri Lefebvre ainda na década de 1960, possui caráter transformador e revolucionário. A teoria fundada por este autor preconiza a transformação profunda da cidade, que somente seria possível por meio da busca pela constituição de uma outra sociedade, para além do capitalismo e da sociedade do consumo. No cerne de seu debate, o conceito de direito à cidade é concebido enquanto um projeto utópico de sociedade, tendo como elemento principal a luta pela superação das contradições engendradas pela lógica capitalista de produção do espaço. Nas palavras de Lefebvre:

[...] o direito à cidade se afirma como um apelo, uma exigência. Se anuncia indiretamente como tendência de fugir da cidade deteriorada e não renovada, a vida urbana alienada antes de existir “realmente”. O direito à cidade não pode ser concebido como um simples retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana transformada, renovada [...] (LEFEBVRE, 2015, p.117-118).

O debate desenvolvido por Lefebvre acerca do direito à cidade coloca-nos diante da necessidade de questionar a realidade desigual e contraditória que está posta, de pensar uma nova realidade, que não admita o capitalismo como a lógica que rege a sociedade, ou seja, o desafio de pensar possível-impossível, a utopia. Segundo Carlos (2017, p. 58), Lefebvre debruça-se sobre as “condições de construção de um projeto de mudança radical da sociedade neoliberal; mas que se mostra impossível hoje. Todavia ele é necessário para orientar o caminho da ação que não se fecha num projeto realizável por dentro do Estado, [...] retomando a utopia”.

Em releitura à obra de Lefebvre, Verdi e Nogueira (2017) mostram que o conceito de direito à cidade elaborado pelo autor seria a exigência das reivindicações pelo uso da cidade da riqueza socialmente produzida, este seria o caminho possível para a sua realização, no entanto este processo é dificultoso e lento. Nesta direção a

luta pelo direito à cidade não se configura como um simples direito ao conjunto de bens, equipamentos e serviços presentes na cidade, esta se configura como luta pelo espaço, pelo direito de apropriação da cidade para o uso e não como mercadoria cambiável.

As lutas pelo espaço (não apenas no espaço) apontam para os limites da propriedade privada, emergindo justamente como o negativo desta [...] A contestação da realidade urbana atual poderia, então, voltar-se para a possibilidade da transformação radical a partir da apropriação para o uso, vinda das relações cotidianas que passam cada dia a ter mais consciência da privação do espaço, dos bens necessários à vida e dos desejos (VERDI; NOGUEIRA, 2017, p. 110).

Na perspectiva dos referidos autores, o direito à cidade se manifesta enquanto um direito que abrange o demais direitos, individuais e coletivos, tendo este maior nível de complexidade por se tratar de uma perspectiva de transformação da vida em sociedade, tal qual se observa no trecho a seguir:

[...] O direito à cidade contém os outros direitos sociais, concretos e coletivos (à instrução e à educação, ao trabalho, à cultura, ao repouso, à habitação), esse manifesta como a forma superior de tais direitos, mas este só pode se realizar – completar o seu devir – a partir da transformação completa da produção social da cidade, ou seja, da sociedade (VERDI; NOGUEIRA, 2017, p. 99).

Outra forma de interpretação do conceito de direito à cidade foi desenvolvida por Edward Soja (2009; 2010) e David Harvey (2012). Para estes autores, o conceito de direito à cidade se relaciona com duas perspectivas diferentes, que se articulam entre si, a primeira se refere às demandas práticas dos movimentos sociais urbanos, já a segunda dedica-se a uma proposta filosófica fundada na utopia da transformação da sociedade.

A análise desenvolvida por Harvey (2012) tem como base a articulação entre a expansão do capitalismo e o processo de urbanização, segundo o autor, as cidades nascem enquanto resultado da acumulação de mais produto e a urbanização é a forma de absorver o excedente produzido no processo de produção do capital. Nestes termos, não haveria cidade sem mais valia e sem classes sociais distintas.

Tal argumento indica que o processo de urbanização capitalista está constantemente produzindo cidades que polarizam e direcionam a distribuição da riqueza e de poder, moldando o conteúdo espacial e social destas cidades. Deste

modo, aprofundam-se as desigualdades, a segregação, os quais se tornam aspectos centrais da produção e urbanização fundada na injustiça. Logo, este processo de urbanização tem sido constante motivo de revoltas populares e alvo das lutas por justiça (VERDI E NOGUEIRA, 2017).

Na concepção de Soja (2010), às lutas e reivindicações promovidas pelos movimentos sociais urbanos é um dos elementos que demonstram o caráter urbano da sociedade. De tal modo, observa-se que as condições da vida urbana estão intimamente relacionadas às lutas por melhorias de vida nas cidades. Para o referido autor, a busca por justiça espacial se apresenta como um modo de atualização do conceito de direito à cidade, tendo como base a reivindicação por melhores condições de vida aos cidadãos, portanto, teria uma utilidade prática aos movimentos sociais. Em análise a obra do autor supracitado, Verdi e Nogueira (2017) apontam os seguintes elementos sobre a justiça espacial:

Assim lutar por mais justiça espacial significaria lutar pelo fim da segregação, da formação de guetos, do *apartheid*, por maior participação nos fóruns políticos de decisão, pela ampliação dos espaços públicos e dos debates democráticos sobre as decisões que dizem respeito à vida nas cidades (VERDI; NOGUEIRA, 2017, p.106).

Soja propõe que a luta por justiça, atualmente, tende a se direcionar para as condições atuais de quem as reivindica, e visam criar um senso de coletividade, pautado num acesso mais equitativo à riqueza produzida. Diante disso, pode-se inferir que nas proposições de Harvey e Soja as lutas protagonizadas pelos movimentos sociais urbanos e suas reivindicações por direitos na cidade é um caráter central na análise.

De acordo com Verdi e Nogueira (2017) a imbricação entre essa dupla dimensão de análise do direito à cidade, tanto prática quanto filosófica, mostra sua potência explicativa, pois esta não separa da luta atual, da luta teórica e utópica, a qual está projetada para o futuro enquanto possibilidade de uma sociedade outra. Os autores argumentam que, para Harvey, o direito à cidade representa uma pauta revolucionária, por se tratar de uma outra forma de produzir a cidade e o espaço.

No entendimento do autor o direito à cidade é um direito coletivo, não exclusivamente aos recursos e à infraestrutura da cidade, mas ao exercício coletivo do poder sobre o processo de urbanização. Nessa concepção, percebe-se que o direito a cidade é uma utopia, mas que contém a

possibilidade da sua realização no presente, aponta o devir, e disso surge o seu caráter revolucionário (VERDI E NOGUEIRA, 2017, p.105).

Já Alves (2017, p. 176) argumenta que a luta pelo direito à cidade é gerada por meio da consciência da privação da riqueza socialmente produzida. Para a autora em questão, a privação é resultado da “negação real do ‘direito à cidade’, o que faz com que essa população lute pelas condições mínimas de sobrevivência”. Entretanto esta luta, que deveria ser direcionada pelo direito à cidade, transforma-se em luta pela justiça espacial, visto que um dos fundamentos da reprodução capitalista, a propriedade privada do solo urbano, não é contestada (ALVES, 2017).

Conforme explica Alves (2016, p.13) “uma vez que a propriedade privada limite/restrição ao direito à cidade, as lutas vão ao sentido da busca pela justiça espacial que, ao menos, poderia significar uma minimização das desigualdades socioespaciais existentes”.

Nestes termos, argumentar em prol de justiça espacial e direito à cidade tem como fundamento a busca por melhores condições de vida para estes sujeitos. Além da minimização das desigualdades socioespaciais existentes (ALVES, 2017), significa advogar pela apropriação das riquezas socialmente produzidas (LEFEBVRE, 2015). Lutar por direito à cidade e justiça espacial tem como fundamento a busca pela melhor distribuição e acessibilidade dos serviços e equipamentos urbanos, da cultura, da educação, assim como o direito à mobilidade urbana ao lazer e a centralidade, envolve também a luta por acesso à habitação e à moradia, enfim, significa lutar pela superação das desigualdades socioespaciais.

3.3 MORADIA E PRECARIIDADE EM PEQUENAS CIDADES AMAZÔNICAS

A dimensão da moradia é um dos principais problemas enfrentados pelas populações que residem nas cidades amazônicas, sobretudo para os grupos sociais em que a renda familiar baixa somente permite o acesso às condições mais básicas de reprodução da vida. Para Oliveira e Costa (2007, p. 10) a precariedade da moradia testemunhada nas cidades não são somente a manifestação das “[...] desigualdades sociais concretizadas em desigualdades socioespaciais pela falta de serviços básicos e de direitos humanos, são também sintomas de uma sociedade urbana, em que desigualdades não apenas são toleradas, como proliferam.”

Os estudos sobre espaços de moradia precária podem ser reveladores de dinâmicas e processos que, constantemente, não são notados à primeira vista nas pequenas cidades. Nestas urbes a precarização da moradia raramente se manifesta por meio da composição de grandes favelas, extensos conjuntos habitacionais degradados ou cortiços, ao menos não com a mesma abrangência e complexidade evidenciada nas média e grandes cidades. Nesses espaços a precarização da moradia parece se expressar a partir de um combinado de elementos, alguns mais gerais e comuns aos diversos tipos de cidades e, outros mais característicos dos pequenos centros urbanos.

Apesar de representarem grande parte do quantitativo de núcleos urbanos do território nacional, as pequenas cidades ainda são as menos estudadas pelos geógrafos e demais pesquisadores interessados no temário urbano. No âmbito da Geografia, mais especificamente, a investigação sobre as pequenas cidades não compõe o leque de temas prioritários na gama de conhecimentos produzidos acerca da cidade (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

Conforme ressaltam os autores supracitados, a atenção dos pesquisadores tem se voltado para a discussão sobre as grandes e médias cidades, qual seja por conta da magnitude dos processos econômicos, políticos que se apresentam de forma mais latente nesses núcleos, o que de fato possui menor expressão nas pequenas cidades.

Somente nos últimos anos foi possível observar certa valorização da temática das pequenas cidades, ensejada pelo desenvolvimento de pesquisas em nível de mestrado e doutorado, assim como outras produções de cunho teórico. Dentre os trabalhos mais expressivos desenvolvidos no âmbito na da Geografia brasileira destacam-se: o de Santos (1979) acerca das cidades locais, dedicado a uma discussão teórica do tema; Bernardelli (2004) sobre a reprodução social e produção da moradia; Endlich (2006) dedicado ao debate sobre os papéis e significados urbanos das pequenas cidades; Melo (2008) a qual busca sistematizar uma noção de pequena cidade a partir da realidade abarcada em sua pesquisa; Jurado da Silva e Sposito (2013) dedicado ao debate conceitual sobre as cidades pequenas, os mesmos autores trabalham a perspectiva teórica e as transformações socioespaciais nas cidades pequenas em trabalho mais recente. No âmbito da produção científica amazônica encontramos pesquisas de destaque como as de Trindade Jr. (2013),

Oliveira e Costa (2006) e Schor (2013) entre outros autores que têm dedicado estudos à essas cidades.

No entanto, a conceituação das pequenas cidades se apresenta enquanto uma difícil tarefa. Pois, conforme comenta Endlich (2006), as diversas realidades encontradas nessas localidades apresentam aspectos que permitem discutir não apenas o conceito de pequenas cidades como também o conceito de cidade, uma vez que nesses espaços são avaliados os elementos que congregam o limiar entre a cidade e aquelas localidades que não se configuram enquanto cidades. Para a autora, as pequenas cidades correspondem aos locais em que estes requisitos se manifestam, mesmo com patamares mínimos.

Para se entender os processos e dinâmicas que ocorrem no espaço urbano e os papéis assumidos pelas pequenas cidades, faz-se necessário discutir, de antemão, a própria condição de cidade, isto é, sobre os elementos que qualificam a cidade como tal. Em resumo, Endlich (2006) assume que as pequenas cidades devem apresentar um quantitativo demográfico mínimo, porém, afirma que este número varia conforme as particularidades da realidade estudada. Ressalta-se que, o caráter demográfico deve servir como ponto de partida.

Corroborando com este pensamento, Sposito e Jurado da Silva (2013) apontam que fator demográfico, mesmo não sendo definidor das cidades pequenas, deve ser considerado no debate. Para tanto, o primeiro aspecto a ser ponderado neste critério é o número máximo de habitantes, que segundo os autores, estaria em torno de 50 mil habitantes no município. Quanto ao número mínimo de habitantes, Endlich (2006) indica um quantitativo de 2.500 habitantes.

No entanto, esses números não representam um padrão que deve ser rigidamente seguido, devem ser entendidos como um panorama norteador que permita pensar a dimensão demográfica das pequenas cidades, já que a própria conotação dada a esses centros indica uma noção de tamanho, tanto territorial quanto populacional, pressuposto pelo termo *pequena cidade*.

Neste íterim, reforçamos que a caracterização da pequena cidade não se resume a identificação de um número de habitantes, mas a uma situação em que o seja possível consumir, portanto “[...] implica não só em uma aglomeração espacial de pessoas, mas no grau de acessibilidade e demanda destas em uma economia de mercado. A divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são indispensáveis nestas análises” (ENDLICH, 2006, p. 87).

Por comporem o menor nível da hierarquia urbana, as pequenas cidades são influenciadas pelas dinâmicas que se manifestam nas mais diferentes escalas, seja internacional, nacional, regional ou local. Os estudos que se debruçam sobre a realidade dessas cidades assumem o esforço de analisá-las a partir de diferentes contextos, tanto no que concerne ao município, uma vez que, estes espaços costumam manter forte imbricação com o campo e expressiva relação com os conteúdos rurais. Quanto à rede urbana a qual essas cidades fazem parte, visto que elas apresentam forte dependência em relação aos centros de maior hierarquia. Assim, o estudo das pequenas cidades não pode prescindir do entorno regional, uma vez que este permite identificar o alcance de seus papéis urbanos e das dinâmicas regionais que lhes dão base (ENDLICH, 2006).

Sob outra perspectiva interpretativa, Santos (1979) argumenta sobre o conceito de cidade local, pautada em uma tarefa de classificação que parte do alcance dos papéis dessas cidades na rede urbana. Esta forma de conceituação enfoca o conteúdo das atividades presentes nesses núcleos e lhes agregam certos papéis na divisão espacial do trabalho (ENDLICH, 2006).

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço. [...] poderíamos então definir a cidade local como uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações (SANTOS, 1979, pp. 70-71). Seriam, portanto, aquelas cidades cujo conjunto de equipamentos e serviços atenderam somente as necessidades mais básicas de sua população. Partindo desse pressuposto, os centros urbanos que possuem influência sobre outros municípios não se caracterizariam apenas enquanto cidades locais.

Sem dúvidas a concepção de cidade local contribuiu para o avanço nos estudos dedicados à interpretação dos menores núcleos urbanos, entretanto, alguns limites são apontados em seu uso. Segundo Fresca (2001) este conceito possibilita a caracterizar a dimensão mínima de um centro que de fato se apresenta enquanto cidade, neste caso, as cidades locais.

Todavia, na prática encontra-se expressiva variedade de cidades que detêm níveis de complexidade que ultrapassam o limiar mínimo, mas que, no entanto, não congregam elementos suficientes para que possam ser consideradas cidades de porte

médio, ou seja, ainda que estas cidades detenham atividades urbanas de maior envergadura, não deixam de ser pequenas cidades (FRESCA, 2010). É neste sentido que autora supracitada defende uso da expressão pequena cidade para aquelas aglomerações que não se configuram como centros locais, visto que, nesse grupo de cidades é possível identificar centros com baixos níveis de complexidade em termos de atividades urbanas, até aqueles de maior complexidade, expressando realidades distintas dentro de uma mesma categoria de cidade.

Seguindo esta perspectiva, Fresca (2010) reitera que para caracterizar uma cidade como pequena é preciso apreender sua situação no âmbito da rede urbana ou região, pois, uma pequena cidade inserida na realidade da região Norte, por exemplo, pode apresentar características muito distintas de pequenas cidades da região Sudeste do país.

Resguardadas essas diferenças, de modo geral, as pequenas cidades apresentam menor quantitativo demográfico e aspectos econômicos menos expressivos que os demais centros urbanos. Desta forma, elas possuem bens e serviços menos complexos e que são consumidos com maior frequência pela população local. Em certos casos, os centros locais possuem maior dificuldade em ofertar serviços mais diversificados e sofisticados, disponibilizando aqueles de uso mais rotineiro (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013). Como consequência disso, o alcance espacial destas atividades se torna reduzido, geralmente atendendo a população municipal e, por vezes, a outras pequenas cidades próximas.

As limitações presentes nas pequenas cidades passam a implicar em uma maior relação com as cidades de maior porte no âmbito da rede urbana, dada a necessidade de suprir as demandas que não foram atendidas nesses centros locais. Desta feita, as pequenas cidades “[...] são dependentes dos grandes centros, melhor equipados e com uma gama muito mais ampla de serviços e mercadorias” (SOARES, 2007, p. 481).

A integração dessas pequenas cidades a redes mais complexas e de escala mais abrangente também tem permitido sua maior dinamização, especialmente por meio do crescimento do acesso à tecnologia e à comunicação. As chamadas redes móveis apresentadas por (SATHLER et al., 2009), as quais correspondem as redes de informação, tornam-se um fator importante para o atendimento das demandas nesses núcleos urbanos, uma vez que serviços como: atendimento bancário, serviços

de venda em geral, serviços de educação, podem ser acessados a partir de plataformas virtuais.

De certo modo, a composição destas redes passa suprir a ausência de diversos serviços na cidade e possibilita o acesso a outros que somente seriam ofertados nas grandes cidades. A importância desse tipo de rede também fora identificada por Sposito e Jurado da Silva (2013, p. 41) ao assinalarem que “[...] a internet pode facilitar a vida daquele consumidor das pequenas cidades, visto que pode comprar produtos sofisticados de várias partes do mundo sem sair de sua casa, bastando que se tenha recursos financeiros a serem disponibilizados numa transação virtual”.

A flexibilização e o encurtamento das distâncias proporcionados por tais redes, no entanto, se apresenta de maneira desigual no território, no caso da Amazônia, o que se observa é a presença de avanços e atrasos no que diz respeito às inovações e as tecnologias que compõem esta esfera da rede urbana, tal qual enuncia Sathler et al. (2009, p. 17).

Mesmo que as distâncias para os diversos tipos de fluxo ainda continuem especialmente grandes na Amazônia brasileira, percebe-se que muitas das mais recentes inovações do mundo desenvolvido chegam, com simultaneidade, nas maiores cidades da região. Esse mix de avanço e atraso pode ser percebido muito fortemente nas maiores cidades amazônicas e, até mesmo, nas médias e nas pequenas cidades do interior da região.

Conforme anunciam Sposito e Jurado da Silva (2013), estes limites encontrados não nos autorizam a inferir que as pequenas cidades não tenham complexidade, pelo contrário, “Na cidade pequena o urbano está presente – enquanto conteúdo – há complexidade, há vida. [...] Cidades dessa magnitude também abrigam funções político-administrativas, residências, econômicas (serviços, industriais, comércio, etc) e sociais [...]” (p. 39). E ao admitirmos as particularidades regionais, a diversidade de conteúdos presentes nessas cidades ganha amplitude ainda maior.

Partindo para o contexto da região Amazônica, mais especificamente, alguns estudos se encarregam de abordar a temática das pequenas cidades, como foi realizado por Trindade Jr. (2013) ao propor os termos: “cidade *da* floresta” e “cidades *na* floresta”. As cidades **da** floresta remetem as aglomerações mais comuns na Amazônia até a década de 1960, caracterizando-se como cidades pequenas vinculadas à circulação fluvial e à dinâmica dos rios, fator que lhes proporciona fortes

relações com a natureza, com o modo de vida rural não moderna. Estes espaços também desenvolviam importantes interações com seus entornos e com localidades próximas.

No que se refere às cidades *na* floresta, no entanto, são identificadas àquelas cidades produzidas na região mediante ao processo de modernização regional, estas tendem a se articular com demandas externas à região. Estas cidades são notadas como espaços de exploração econômica, tendo a floresta como elemento de pouca participação, onde são incorporados novos valores da vida urbana.

Não obstante, o autor em questão ressalva que estes tipos de cidades são apresentados como referenciais analíticos e que, na prática as duas realidades descritas podem coexistir em um mesmo espaço, demarcando a existência de temporalidades distintas que compõem a complexidade do processo de urbanização das cidades Amazônicas, inclusive as pequenas cidades.

Por esse motivo não se pode entendê-las como sendo excludentes e duais. Pelo contrário, a convivência de relações, de temporalidades, espacialidades e de padrões territoriais, nos fazem reconhecer a complexidade do processo de urbanização na região, remetendo-nos à coexistência de diversas temporalidades e espacialidades, marcadas por uma e por outra, notadamente em realidades relativamente mais transformadas pelos novos processos (Trindade Jr., 2013).

Outro conjunto de estudos sobre as cidades Amazônicas fora desenvolvida por Schor (2013), a partir da análise das cidades localizadas ao longo da calha do rio Solimões-Amazonas, neste estudo foram identificados dois grupos distintos de cidades, voltadas para a construção de uma tipologia e hierarquização urbana. O primeiro grupo corresponde às cidades médias e o segundo abrange as pequenas cidades. A análise do conjunto dos arranjos institucionais, o qual possibilitou a elaboração da tipologia apresentada, permite que se possa compreender melhor as articulações desenvolvidas entre estas e as demais cidades da calha do rio Solimões-Amazonas.

O primeiro conjunto de cidades apresentada por Schor (2013) são denominadas de “cidade pequena de responsabilidade territorial”, dentre as características citadas pode-se destacar o importante papel que estas aglomerações desempenham em relação a manutenção da rede urbana, mediante ao exercício de uma função intermediária, promovendo a interligação dos fluxos tanto de transporte,

quanto de comercialização, entre as cidades médias e as demais cidades pequenas de sua região.

Quanto às "cidades pequenas com dinâmica econômica externa", pode-se identificar que esses núcleos possuem pouca relevância para dinâmica da rede urbana estudada pela autora. Sua economia está fortemente atrelada à exportação de produtos minerais, agropecuários, extrativistas etc., para a cidade de Manaus.

Já o terceiro grupo de cidades, intitulado de "cidades especiais", são caracterizadas pela falta de infraestrutura, elemento que torna inviável o exercício completo das funções urbanas por essas pequenas cidades; além disso, suas localizações tornam ainda mais difíceis suas relações com a calha central do rio, tornando-as muito dependentes das cidades médias e pequenas de responsabilidade territorial.

A tipologia apresentada por Schor (2013) se constitui como importante ferramenta para os estudos sobre as cidades Amazônicas, principalmente aquelas situadas no estado do Amazonas, uma vez que esta possibilita o resgate da importância do urbano em cidades que, caso julgadas através dos critérios correntes, sua importância e particularidade não seriam notadas.

Para Oliveira (2014) a abordagem desenvolvida por Schor, tem como mérito o fato de tornar visíveis cidades pouco estudadas pela geografia, estes estudos possibilitam uma maior diversificação do olhar sobre a realidade urbana da Amazônia, especialmente do Amazonas, demonstrando o entendimento acerca da "urbanodiversidade" (TRINDADE JR., 2013) que demarca as cidades amazônicas. Diante deste panorama, pretendemos enfatizar que as pequenas cidades amazônicas são diversas, possuem características específicas que as diferenciam umas das outras. Multiplicidade essa que, sem dúvidas, uma leitura homogeneizadora não nos deixaria enxergar.

Em termos de moradia, as cidades amazônicas a precariedade se manifesta enquanto elemento marcante, presente nas mais diferentes aglomerações sejam elas pequenas, médias ou grandes cidades. Em estudos sobre a cidade, Oliveira e Costa (2006) aponta que moradia oportuniza o entendimento sobre as distintas relações presentes na cidade, as quais emergem da diferenciação socioespacial existente entre as diversas Zonas Administrativas da cidade, entre os vários bairros e até mesmo nas partes específicas de determinados bairros. Diante disso, o autor indica que a precariedade ou a ausência da moradia é uma paisagem concreta e que, no

caso de Manaus, se materializa nas ocupações às margens dos igarapés na área central e nas ocupações presentes na franja da cidade.

A presença de assentamentos precários, sobretudo na figura das ocupações, é amplamente conhecida no espaço das grandes e médias cidades. No contexto do espaço metropolitano de Belém, por exemplo, essas aglomerações são reconhecidas e possuem um considerável número de estudos ao seu respeito. Todavia, o mesmo não ocorre em relação às pequenas cidades.

Diante disso, chegamos às seguintes indagações: no espaço urbano das pequenas cidades amazônicas também são produzidas ocupações precárias? Como estes espaços se apresentam no contexto da pequena cidade? Se essas cidades possuem menor complexidade e, os processos socioespaciais nelas presentes tendem a ser menos expressivos, como se deve realizar a leitura da moradia precária e os seus rebatimentos socioespaciais nesses locais?

Para algumas dessas perguntas, somente conseguiremos encontrar respostas com o desenvolvimento do trabalho, porém, certos direcionamentos já podem ser estabelecidos a partir daqui. Em primeiro lugar, consideramos que alguns cuidados devem ser tomados para realização do estudo sobre os assentamentos precários nesses espaços.

Um dos mais importantes talvez seja a de não buscar nessas cidades a materialização de assentamentos precários iguais aos presentes nas cidades maiores. Melo (2008) já indica esta assertiva ao afirmar que formas espaciais e os processos socioespaciais que se desenrolam nas grandes e médias cidades não possuem exemplos equivalentes nas pequenas cidades.

Haja vista que as particularidades locais acrescentam diferentes características a essas aglomerações, tanto em termos positivos (as amenidades proporcionadas pela maior proximidade com a natureza), quanto negativos (o aumento das distâncias em relação aos centros mais equipados; os elevados custos com deslocamento; deficiência das infraestruturas). Embora os elementos citados anteriormente possam ser verificados em outros centros urbanos, eles não são generalizáveis à realidade de todas as cidades deste porte, mas são elementos relevantes para entender a realidade empírica da cidade em estudo.

De modo mais geral, Oliveira e Costa (2016) apontam que nas pequenas cidades, resguardadas as particularidades regionais e os elementos que atingem escalas mais elevadas, nota-se a presença de alguns aspectos que se fazem

presentes nas pequenas cidades de diferentes regiões do país, entre elas pode-se assinalar as limitações vinculadas à oferta comércio e serviços, as problemáticas referente a infraestruturas local. Não obstante a precariedade da moradia parece compor a realidade de grande parte dessas pequenas cidades, refletida a partir de aspectos físicos das habitações e das condições locacionais de onde estão inseridas, os quais são intensificados em virtude das limitações anteriormente citadas.

A produção desses espaços, como já fora abordado no primeiro tópico deste capítulo, está diretamente ligada à busca dos grupos sociais por moradia. A impossibilidade de conseguir ter acesso a terras e a habitação pelo mercado formal, isto é, de consumir tais bem transformados em mercadoria, faz com que as alternativas de moradia possíveis sejam as ofertadas pelos programas de habitação social, as ocupações ou mesmo o mercado de terras informal derivados das próprias ocupações ou de loteamentos irregulares. É comum encontrarmos condições de precariedade em todos estes espaços citados, no âmbito da pequena cidade, resguardadas as especificidades de cada um.

No tocante às ocupações, estas são popularmente conhecidas na região como “invasões”, termo que faz referência (pejorativa) ao processo de ocupação de terra. Pinheiro et al. (2016) ressalta que essa denominação pressupõe a criminalização do processo de ocupação de terras, tendendo a desmobilização e despolitização dos movimentos de luta pela moradia, portanto, deve-se afastar sua utilização.

Para estabelecermos alguns pontos para a análise dos espaços de moradia precária podemos ter como base a leitura realizada por Pinheiro et al. (2016) sobre assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém. Em sua pesquisa são destacados aspectos importantes para a identificação das ocupações enquanto espaço de moradia precária característico das cidades Amazônicas. A seguir são apresentados indicadores utilizados pelo autor supracitado em conjunto com a possibilidade de leitura da pequena cidade mediante tais bases:

- Instabilidade da posse da terra ocupada. De modo geral, os assentamentos precários se caracterizam por ocupação juridicamente irregular de terra ou em situação juridicamente regular, porém, sujeita a outras instabilidades relacionadas ao mercado de terras, a conflitos com outras atividades ou perante ações do Estado. A irregularidade urbanística e, principalmente, a fundiária, são elementos

centrais para a definição das ocupações, mas não são os únicos. Ainda que este seja um critério utilizado para o reconhecimento dessas aglomerações na metrópole, é possível utilizá-lo para a identificação das ocupações nas pequenas cidades já que esta é uma característica comum às diversas cidades.

- A renda familiar. De acordo com Pinheiro et al. (2016) a renda baixa e situação de pobreza em seus diversos graus estão associados ao perfil socioeconômico dos grupos que compõem os espaços de moradia precária. São essas pessoas as mais atingidas pelos processos de diferenciação e segregação socioespacial, tendo como desdobramento a reprodução e a manutenção de assentamentos precários, sejam eles em áreas centrais, periféricas ou de conversão rural/urbana. Diferentemente da metrópole, na pequena cidade torna-se mais difícil identificar setores com maior ou menor concentração de renda, isto é, identificar áreas da cidade que se diferenciam a partir do nível de renda de seus ocupantes e grau estruturação do espaço produzido. Todavia, nos espaços de ocupação precária a renda familiar baixa é preponderante, podendo ser facilmente identificada a partir de dados secundários ou investigações empíricas nas áreas de estudo. A condição econômica também se manifesta no padrão das habitações, quase sempre com aspectos de inacabada, derivadas ou não da autoconstrução.
- Nível de escolaridade. Nos assentamentos precários o grau de escolaridade dos moradores costuma acompanhar o fator da baixa renda, uma vez que, a carência educacional e de qualificação profissional tendem a reforçar a baixa remuneração dos trabalhos exercidos. Haja vista que, em certos casos, a formação necessária para o ingresso no trabalho formal de melhor remuneração exige maior capacitação profissional. Nas cidades de menor porte as ofertas de empregos (tanto no setor público, quanto no privado) podem ser ainda mais reduzidas, o que explica a forte relação das pequenas cidades com outros centros. A exemplo do que ocorre no espaço metropolitano de Belém, onde cidades como Santa Bárbara destacam o número de deslocamento de seus moradores para a capital Belém, por motivo de trabalho (RIBEIRO, 2021). Nas cidades onde há baixa oferta de emprego, a existência de pequenas indústrias e outras atividades econômicas ligadas ao campo, localizadas nas proximidades da sede municipal, oportunizam o acesso dos moradores da cidade ao mercado de trabalho e resultando no movimento pendular de trabalhadores da cidade para a zona rural, intensificando a relação entre estes espaços.

- A carência de infraestrutura. Este é um dos aspectos determinantes para o reconhecimento dos assentamentos precários, principalmente das ocupações. As infraestruturas degradadas ou a ausência destas qualificam a tanto a situação precariedade dessas aglomerações, tanto no sentido materialidade do espaço, quanto na reprodução das condições de moradias e de sociabilidade. Assim como em espaços urbanos mais complexos, a pequena cidade também possui inúmeras problemáticas ligadas a falta de infraestruturas. Estas se tornam ainda mais tangíveis no âmbito das ocupações, sobretudo naquelas que se encontram em áreas distantes, cujos problemas não são percebidos pelos demais cidadãos; e as demandas permanecem à margem das prioridades de atuação da gestão municipal.

Além disso, há outros fatores que devem ser considerados quando tratamos das ocupações nesses pequenos centros, qual seja a relação com o campo e com os conteúdos rurais. Segundo Sposito (2009), a intensificação das relações entre o urbano e o rural, propiciada pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção, está acompanhada de interpenetrações entre espaços urbanos e rurais, assim como da ampliação dos valores, práticas e tempos urbanos, sobre as práticas e valores rurais.

Para a autora em questão a concepção de unidade espacial da cidade em contraponto ao campo está em processo de dissolução, nesse sentido, tem se tornado cada difícil observar com nitidez onde termina a cidade e começa o campo. Os fluxos de pessoas e de mercadorias entre estes espaços tornam-se cada vez mais intensos e “[...] o uso do tempo social cotidiano está se dividindo entre ambientes e paisagens que poderiam ser considerados, segundo enfoques conceituais correntes, como campo e como cidade” (SPOSITO, 2009, p. 42).

Esta mesma compreensão pode ser aplicada à realidade das ocupações precárias, nas quais se observa uma miscelânea de conteúdos urbanos e rurais em diferentes cidades. Na pequena cidade amazônica, essas relações tendem a se aprofundar ainda mais. O primeiro fator a ser notado nesse sentido é a paisagem das ocupações: as ruas quase sempre sem pavimentação; este tipo de assentamento precário costuma ser menos denso do que em outras cidades, assim como o próprio espaço urbano da pequena cidade em geral também tende a ser menos denso, observando-se a presença de casas com quintais maiores. Deste modo, em certos

casos, a estética desses espaços nos remete à combinação da paisagem do campo e da periferia urbana.

No cenário amazônico outro fator que intensifica a precarização do espaço são as distâncias, principalmente quando se fala naquelas pequenas cidades localizadas em áreas afastadas, com poucas conexões com cidades de maior nível hierárquico. A insuficiências das estruturas locais e a distância dessas cidades em relação a outros centros obrigam os moradores a percorrerem grandes percursos em busca de serviços e comércios (SATHLER et al., 2009), afetando de forma significativa a vivência dos cidadãos e qualidade da moradia nas cidades amazônicas. Em outras cidades, por mais que a distância em relação aos centros de maior envergadura não sejam extremamente significativas, o custo com o deslocamento pode significar uma barreira para a mobilidade de parte dos moradores, sobretudo, aos de baixa renda.

Nesse sentido, pode-se inferir que, sob determinados aspectos, os assentamentos precários produzidos nas pequenas cidades podem ter a precariedade da moradia acirrada, seja pela falta de estruturas adequadas, seja pela intensificação das distâncias e a privação imposta à parte dos moradores da cidade.

A produção e reprodução das ocupações precárias são, em primeiro lugar, componente da lógica de produção socioespacial urbana fundada no âmago de uma sociedade desigual, onde morar na cidade pressupõe conseguir pagar por isso, mesmo que as condições econômicas individuais ou dos núcleos familiares sejam insuficientes.

Portanto, a condição de existência de espaços como as ocupações, por vezes criminalizada e estigmatizada, é na verdade a concretização da luta por moradia, da resistência social. As condições construtivas das residências, quase sempre inacabadas, estampam na paisagem das ocupações as marcas da autoconstrução.

A partir dela a produção de habitações para população de baixa renda é viabilizada, mediante ao trabalho dos componentes do núcleo familiar, de mutirões e/ou cooperação. Em diversos casos a autoconstrução também se estende a outras estruturas do espaço de moradia, como a produção de igrejas, centros comunitários e outras infraestruturas mais simples, a esta organização em torno da produção da moradia Maricato (1982) chamou de arquitetura possível.

4. OCUPAÇÕES PRECÁRIAS, ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E DIREITO À CIDADE EM SANTO ANTONIO DO TAUÁ - PA

O presente capítulo dedica-se à investigação empírica sobre as ocupações precárias em Santo Antônio do Tauá, estando organizado em três seções. A primeira trata da caracterização socioespacial das ocupações precárias estudadas, Barcelona e Sete de Setembro, por meio da qual foi possível identificar características proximidades entre o perfil socioeconômico dos moradores de ambos os espaços, bem como elementos que caracterizam a precarização das áreas de moradia ocupadas por eles. Já no segundo tópico buscou-se examinar como se dá a inserção dessas ocupações e de seus moradores na cidade de Santo Antônio do Tauá; para tanto, foram abordados os diferentes aspectos da acessibilidade à cidade, permitida ou negada, a partir desses espaços de moradia. Para finalizar o capítulo, a última seção traz a discussão sobre as diferentes estratégias de sobrevivência desenvolvidas por aqueles que produzem e dão vida às ocupações. Esse tópico faz parte de um esforço empírico de reconhecimento das práticas socioespaciais de enfrentamento das desigualdades vividas pelos grupos sociais e busca tecer um paralelo com as implicações de tais práticas para luta por direito à cidade.

4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ

Esta seção tratará da caracterização socioespacial das ocupações precárias de Santo Antônio do Tauá, mais especificamente, das ocupações Barcelona e da ocupação Sete de Setembro. Para tanto, teve-se como base empírica os trabalhos de campo e as entrevistas preliminares com os representantes locais e o levantamento documental acerca das áreas de estudo. Os assentamentos em questão, apesar de apresentarem contexto de produção e organização espacial distintas, possuem certa proximidade no que se refere às condições de moradia.

4.1.1 Ocupação Barcelona

Assim como outros bairros da cidade, o Barcelona se origina de uma ocupação de conversão de terra rural (PINHEIRO et al., 2016), as quais são anexadas às áreas periféricas da cidade mediante a ocupação de terras ou de loteamentos clandestinos. Neste caso, observa-se a ocorrência das duas modalidades de expansão do tecido urbano, ambas resultando em formas precárias de ocupação do solo.

Existe, porém, um impasse quanto ao reconhecimento deste espaço enquanto bairro oficial de Santo Antônio do Tauá. Para a gestão municipal Barcelona é efetivamente um bairro da cidade, para parte dos moradores também. Contudo, parcela significativa dos entrevistados dizem que este ainda faz parte do bairro Moraesão, sendo, portanto, uma extensão deste bairro produzido por meio da ocupação de terras.

Para efeitos de análise, trataremos este espaço enquanto uma ocupação precária, pois, ainda que ele tenha sido formalmente reconhecido como bairro, as estruturas espaciais e sociais que de fato representam a realidade vivenciada, permaneceram iguais ou pouco mudaram. Nesse sentido, a mera institucionalização do espaço não o transformou em algo diferente da ocupação precária já existente e, tão pouco mudou as condições de moradia e de sociabilidade anteriormente presentes.

Com base nas informações coletadas em campo, foi possível verificar que a produção espacial da ocupação Barcelona está atrelada à atuação de dois agentes distintos, suas atuações se deram em tempos diferentes e resultaram em formas também distintas de organização do espaço. Em um primeiro momento, surge a ocupação urbana, produzida pela ação dos próprios moradores, posteriormente, observa-se a produção de habitações no formato do Programa Minha Casa Minha Vida, na modalidade Oferta Pública, conduzido pela ação do Estado. Nesse sentido, será apresentado um breve contexto da produção destes dois espaços de moradia que estabelecem forte relação e, que, hoje respondem por um recorte espacial em comum.

A ocupação Barcelona, segundo os moradores entrevistados, tem início com a ocupação de pequenos lotes vendidos por um morador local e se expande com a ocupação de terras da prefeitura, conforme atesta a Moradora A: “Uma parte [da

ocupação] foi do terreno do Daniel, que ele foi vendendo. Já onde o papai morava era tudo invasão mesmo, que era o terreno da prefeitura que o pessoal foi invadindo. Aquelas ruas lá da Pedro Bentes, era terreno da Emater, que foi invadido, aí depois a prefeitura foi dando” (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Maio de 2022). A ocupação se estendia ao longo de um caminho de terra e em suas proximidades encontravam-se diversos terrenos vazios. Desde então, o assentamento já figurava como espaço periférico da cidade, condição esta que se mantém até o presente momento.

Mesmo tendo sido iniciada há cerca de vinte anos, este assentamento ainda conserva características que remetem ao rural e, ao mesmo tempo, expressa elementos próprios das ocupações urbanas. Uma dessas características é expressa a partir da forma como foram delimitados os terrenos da ocupação, quase sempre priorizando áreas para quintais. As dimensões dos terrenos são, quase sempre, mais amplas que o padrão normalmente encontrado em ocupações localizadas, por exemplo, no espaço metropolitano de Belém, onde a densidade demográfica é maior.

Este fator acaba sendo uma vantagem das pequenas cidades em relação a outros centros urbanos, pois mesmo sendo um espaço com menor densidade de equipamentos urbanos, a organização interna das ocupações permite maiores amenidades para seus moradores, especialmente no que tange a existência de quintais espaçosos e com arborização.

Apesar de não estarem diretamente associadas à composição da ocupação, o espaço de produção das **habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida** no bairro Barcelona reflete uma realidade tão precária quanto a da ocupação. Sua condição espacial se assemelha ao que Cardoso (2016) chama de conjuntos habitacionais degradados, entretanto, as irregularidades da posse das habitações e processo de ocupação clandestina de diversas casas também remetem a situação de uma ocupação precária. Esta realidade complexa se coaduna com a já existente na ocupação e se manifesta através da intensificação da precariedade da moradia neste assentamento.

Como já citado no capítulo 2 deste trabalho, no espaço foram produzidas 90 casas deste padrão em um único espaço da cidade, a ocupação Barcelona. A qual se encontrava sem qualquer estrutura urbana adequada para a moradia e que já figurava enquanto espaço de moradia precária de Santo Antônio do Tauá. De acordo com uma das representantes entrevistadas, que é moradora desta parte da ocupação, a

produção das habitações se deu de modo irregular e a permanência dos moradores nestas casas passou por uma série de ameaças.

As casas foram construídas no meio da rua. Aí era continuação da rua, só que a prefeitura não comprou um terreno pra fazer as casas e decidiu fazer aí mesmo. Tanto que disseram que iam tirar a gente daqui que ia acabar com isso novamente, porque era feito no meio da rua e isso não era o certo, sempre tinha essa ameaça. Mas aí, graças a Deus, a gente tá aqui (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Maio de 2022).

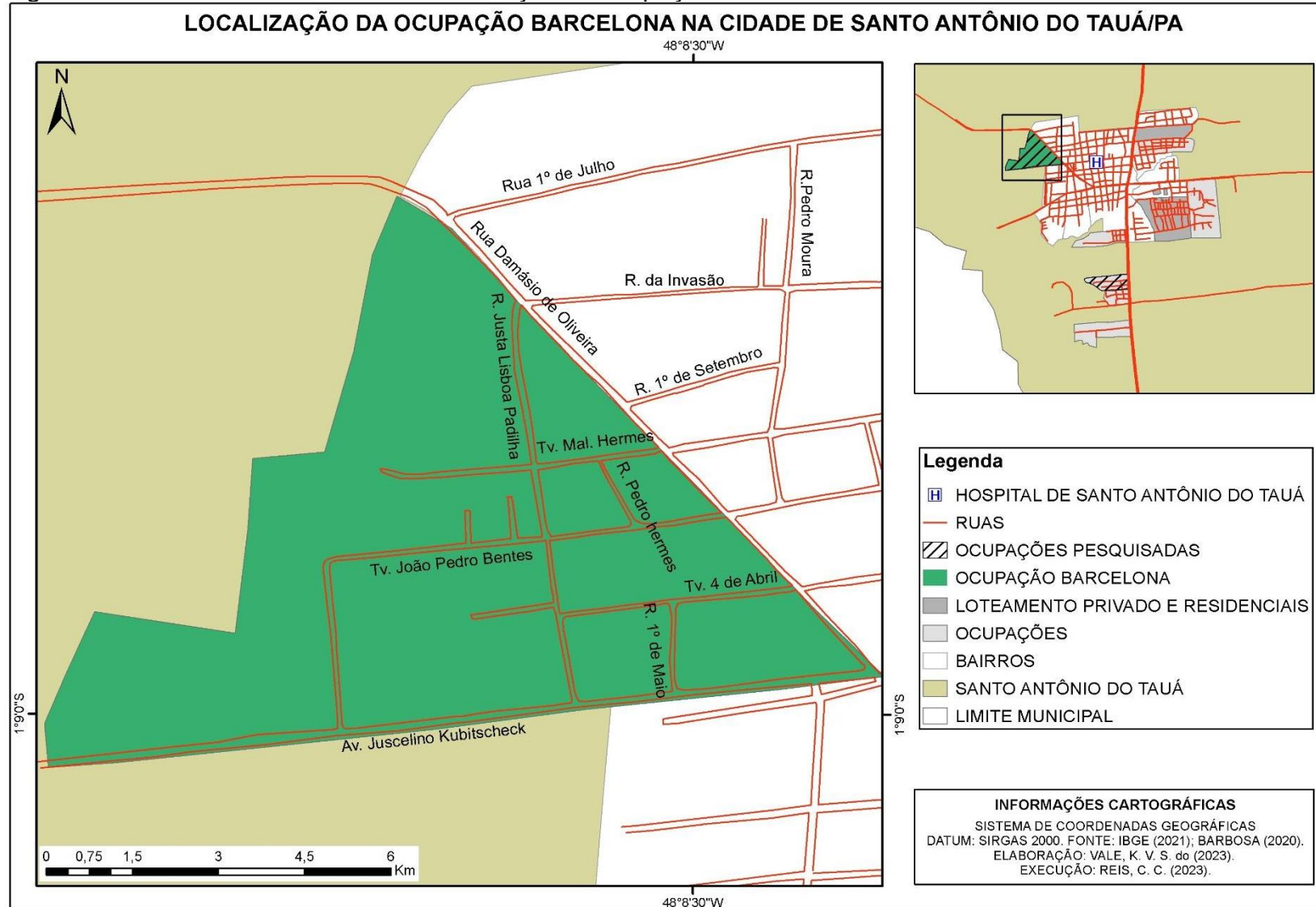
No caso em tela, a precariedade é reforçada pela forma de organização linear das habitações em uma área inadequada, isto é, em um espaço que deveria ser destinado para o prolongamento da Avenida Juscelino Kubitschek. Além de comprometer a amplitude da via de principal acesso para a ocupação, a ação do Estado teve como resultado a produção de um espaço de moradia totalmente precarizado.

Um dos fatores que corroboraram com esta situação foi o fato de que a modalidade Oferta Pública do PMCMV não se destina à produção de conjuntos habitacionais, apenas de casas fracionadas. Todavia, a prefeitura de Santo Antônio do Tauá dispôs todas as habitações em um único espaço sem implantar a infraestrutura necessária; as casas construídas foram de baixa qualidade e com quintais reduzidos.

Atualmente, o recorte oficial do Barcelona é composto pela ocupação em si e pelo conjunto de casas produzidas pela prefeitura através do MCMV, dispostas ao longo da Avenida Juscelino Kubitschek. Na figura 15 a seguir pode-se visualizar a localização da ocupação e disposição das habitações em questão.

Como se pode notar, a ocupação Barcelona está situada em uma das extremidades da sede municipal, no sentido noroeste. Nos limites da ocupação estão situados os bairros Moraesão e Pina, com os quais são mantidas significativas relações, devido a existência de comércio e estabelecimento de saúde em tais bairros. Por conta de sua localização limítrofe, a ocupação é cercada por uma grande propriedade rural que demarca o limite da área urbana da cidade. Vale ressaltar que tal propriedade é ladeada por muros, parte dele localizado aos fundos das casas do MCMV. Segundo os moradores, a proximidade das unidades habitacionais com a propriedade já motivou situações de conflito entre o proprietário e os moradores, entretanto, não foram fornecidos maiores detalhes sobre a questão.

Figura 15 – Santo Antônio do Tauá. Localização da ocupação Barcelona. 2023



Fonte: Elaboração própria, 2023.

No quadro 6 apresenta-se o perfil socioeconômico de 14 moradores¹² entrevistados no bairro Barcelona, 7 residentes da ocupação e outros 7 residentes das habitações do programa MCMC. As informações coletadas em campo indicam que o baixo nível de escolaridade, baixa renda e trabalho informal são os fatores de maior representatividade entre os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Quadro 6 – Santo Antônio do Tauá Santo Antônio do Tauá. Escolaridade, profissão e renda dos moradores entrevistados. Ocupação Barcelona. 2022

ESCOLARIDADE	Nº	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	Nº	RENDA FAMILIAR	Nº
Não possui escolaridade	1	Desempregados	3	Meio salário mínimo	7
Ensino fundamental incompleto	6	Trabalho informal	6		
Ensino fundamental completo	2	Beneficiário/Aposentado	2		
Ensino médio completo e incompleto	4	Técnico de enfermagem	1	Um salário mínimo	7
Formação técnica	1	Comerciantes	2		
TOTAL	14				

Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Barcelona – Santo Antônio do Tauá. 2022

O resultado encontrado a partir das entrevistas mostra que o perfil socioeconômico dos moradores da ocupação e os residentes das casas do PMCMV encontram-se em situação bastante semelhante, de modo que não se observam diferenças significativas entre as condições sociais dos envolvidos.

Dos entrevistados, apenas quatro pessoas chegaram a cursar o ensino médio, enquanto os demais encerraram seus estudos ainda no ensino fundamental, seis deles não concluintes. Apenas um morador indicou ter cursado ensino técnico após a conclusão do ensino médio.

Quando questionados se desenvolviam alguma atividade remunerada, parte significativa dos moradores disseram enfrentar dificuldades para conseguir oportunidades de trabalho na cidade, principalmente, emprego formal com carteira assinada. Dentre eles, três encontravam-se desempregados e os outros seis desenvolvendo trabalhos informais classificados pelos próprios moradores como

¹² O conjunto de dados exposto engloba as duas fases da pesquisa empírica, divididas da seguinte forma: duas entrevistas com os representantes comunitários; doze entrevistas com os moradores locais.

"bico". Apenas uma das entrevistadas relatou possuir vínculo de emprego formal como técnica de enfermagem, vinculada à prefeitura do município, em caráter de trabalho temporário.

No caso dos dois comerciantes entrevistados, ambos classificaram a prática como a principal fonte de renda da família. Ambos são pequenos comércios improvisados nas residências dos próprios moradores, cujas atividades se concentram em atender as necessidades imediatas de quem mora na ocupação.

A respeito da condição de trabalho dos demais integrantes do núcleo familiar observou-se que metade dos entrevistados alegaram existir pelo menos mais uma pessoa contribuindo com a renda familiar, seja parceiro conjugal ou filhos dos entrevistados. Em quatro dessas famílias há uma pessoa exercendo trabalho informal; nas outras três famílias há uma pessoa com vínculo de trabalho formal com carteira assinada. As demais famílias dependem exclusivamente do trabalho desempenhado pelos entrevistados.

Assim, das 14 famílias envolvidas na pesquisa da ocupação Barcelona, apenas sete apresentavam renda de um salário mínimo, quatro delas por meio de trabalho assalariado; duas através de benefício social; e uma por meio da soma de ganhos entre atividade de comércio e trabalho informal.

De modo geral, todas as famílias consultadas durante a pesquisa se caracterizam como baixa renda¹³, pois o rendimento assinalado por todos os entrevistados não ultrapassa a marca de um salário mínimo mensal. Se associarmos este dado ao número de membros que compõem cada núcleo familiar é possível ter uma melhor dimensão das condições financeiras dos moradores (quadro 7).

Quadro 7 – Santo Antônio do Tauá. Composição familiar e renda. Ocupação Barcelona. 2022

Número de famílias	Quantidade de pessoas por família	Renda
2	2	Meio salário mínimo
2	4	Meio salário mínimo
2	4	Um salário mínimo
3	5	Meio salário mínimo
3	5	Um salário mínimo

¹³ Considerando os critérios adotados pelo Governo Federal através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto n. 6.135/2007, são consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal per capita de até meio salário mínimo, isto é, R \$606,00 ou famílias com renda total de até três salários mínimos mensais, R \$3.636,00 (salário mínimo válido até o ano de 2022).

2	6	Um salário mínimo
---	---	-------------------

Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Barcelona – Santo Antônio do Tauá. 2022

O comparativo exposto no quadro 7 mostra que, nas famílias entrevistadas, o rendimento por pessoa alcança valores consideravelmente baixos. Ao tomarmos como exemplo a condição financeira das famílias compostas por seis pessoas e com rendimento de um salário mínimo (R\$ 1.212,00),¹⁴ é possível inferir que a renda por pessoa não ultrapassa o valor de R\$ 202,00¹⁵ mensais. Quanto às demais famílias, foi possível notar que o rendimento por pessoa não alcançou valores superiores a R\$ 303,00.

Ainda que este seja valores aproximados, baseados nas informações coletadas em campo, são expressivos das circunstâncias em que vivem as famílias consultadas se encontram. Tendo em vista que a maior parte dos bens e serviços consumidos pelas famílias são mediados pelo sistema de compra e venda, vários são impostos limites àquilo que pode ou não ser acessado por esses sujeitos. Segundo o relato dos moradores, o rendimento mensal é direcionado somente para o sustento do grupo, especialmente para a compra de alimentos, pagamentos de conta de energia elétrica e água, isto é, aos itens e serviços mais essenciais para manutenção da vida, como indica a moradora A:

A maioria é um salário e às vezes nem chega a ser isso. E assim, a pessoa que recebe um salário pra sustentar uma família, não dá pra nada. Tu tem que pagar a energia, a água, a comida. A pessoa tem que pagar a dívida que ficou do mês passado no mercadinho, todo mundo tem fiado, porque nunca dá pra pagar tudo; fora as outras contas. Então não sobra nada. No final do mês a pessoa tá trabalhando pra tentar pagar a dívida que ele fez no mês (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Maio de 2022).

O recorte da entrevista é possível identificar a percepção da moradora em relação às condições socioeconômicas dos moradores da ocupação. Em sua fala fica basto perceptível alguns dos dramas vivenciados pelos sujeitos que fazem parte desse assentamento, o cotidiano destes moradores se perfaz mediante lutas diárias,

¹⁴Salário vigente até o ano de 2022, quando foram realizadas as entrevistas.

¹⁵ Valor proveniente da divisão dos rendimentos totais mensais pelo número de pessoas que integram o núcleo familiar. Os valores são referentes aos dados coletados durante as entrevistas com os moradores, portanto, servem de base para ilustrar somente a condição financeira dos entrevistados.

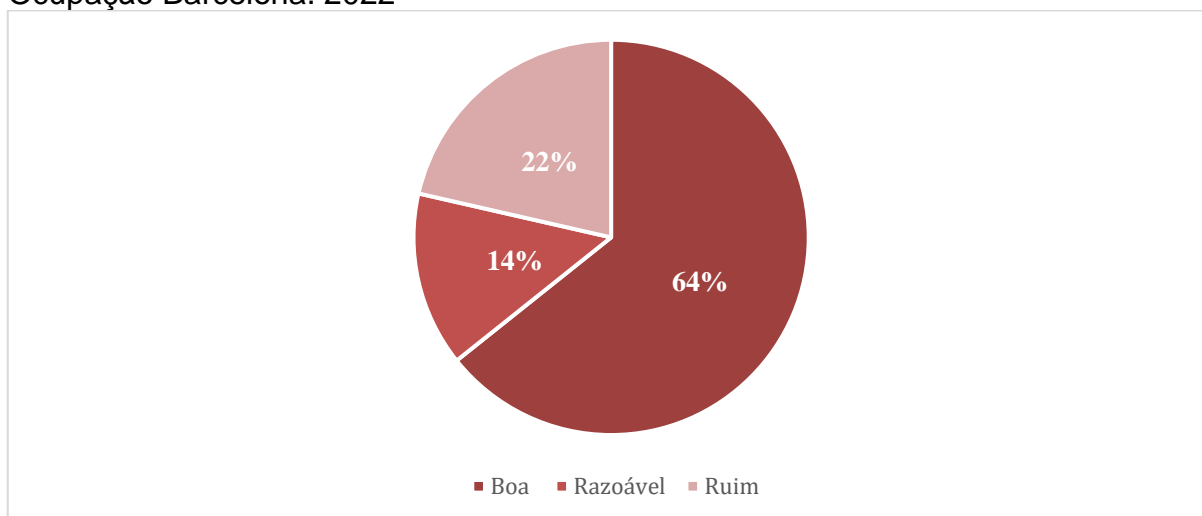
lutas essas que não são apenas por habitação, mas também pela própria reprodução da vida, por condições de viver dignamente.

Evidentemente, as desigualdades socioeconômicas que atingem essas pessoas não são uma exclusividade da cidade em questão, pelo contrário, como sublinha Carlos (2011) às desigualdades sociais, transformadas em desigualdades espaciais, são frutos de uma sociedade também desigual, dividida em classes, em que as riquezas socialmente produzidas são apropriadas de forma desigual.

Nesse sentido, entende-se que as problemáticas encontradas na escala local não estão desvinculadas de processos mais amplos. Como destaca Rodrigues (2007), as desigualdades sociais colocam em evidências as formas e conteúdos da apropriação e da propriedade da cidade enquanto mercadoria, tornando perceptível a exploração da força de trabalho das classes sociais e a acumulação desigual no espaço que deriva deste processo. Não obstante, permite-nos perceber a contraditória presença/ausência do Estado capitalista sobre o espaço urbano, cujas ações, por vezes, acabam reafirmando as desigualdades.

Indagados sobre como percebem as condições de moradia no assentamento, 22% caracterizaram a moradia no local como ruim, outros 14% dos entrevistados disseram que a moradia na ocupação é razoável e maior parcela dos moradores disseram que a moradia é boa, 64% (gráfico 2).

Gráfico 2 – Santo Antônio do Tauá. Caracterização das condições de moradia na Ocupação Barcelona. 2022



Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Barcelona – Santo Antônio do Tauá. 2022

Na visão deste último grupo de moradores, o elemento tomado como primordial para qualificar a moradia foi a conquista da casa própria, assim, mesmo

reconhecendo os diversos problemas existentes na ocupação, os moradores relatam que a moradia no local é boa, pois foi neste espaço que eles conseguiram produzir suas habitações.

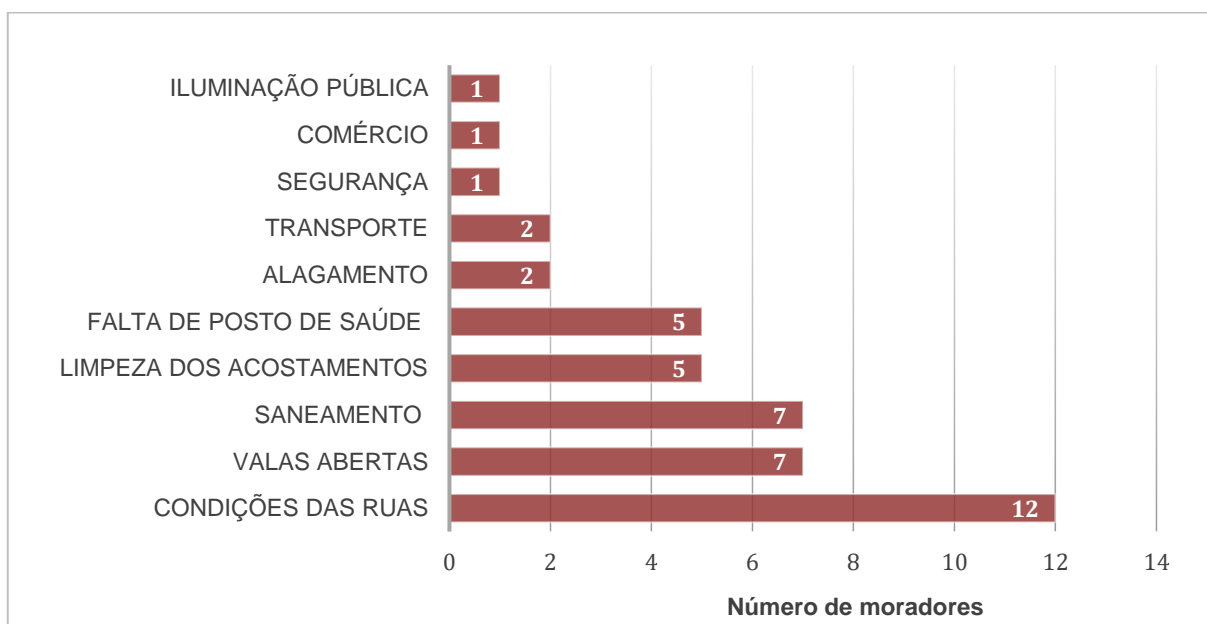
No caso dos residentes das habitações produzidas pelo Estado esta condição foi ainda mais expressiva, pois o fato terem deixado de morar em casas alugadas ou compartilhando da casa de parentes garante maior segurança do ponto de vista da permanência desses sujeitos, uma vez que a renda familiar nem sempre consegue cobrir as despesas com a habitação, assim, o valor que seria empregado no custeio do aluguel pode ser direcionado para outras atividades. Ainda segundo essa parcela de moradores, o assentamento é um local tranquilo para morar.

Em contrapartida, as pessoas que caracterizaram a moradia como razoável ou ruim disseram que os problemas enfrentados por quem vive no assentamento interferem bastante na qualidade da moradia. Um dos pontos de discordância entre estes dois grupos de moradores se refere a condição dos espaços de convivência da ocupação, na percepção de alguns dos moradores a sensação de quem vive no Barcelona é que este assentamento é esquecido pelo poder público.

A respeito dos principais problemas do assentamento (Gráfico 3), foram relatados diversos fatores que influenciam o cotidiano dos moradores. Entre os mais citados está a condição das ruas da ocupação, dos 14 entrevistados, 12 apontaram a situação de precariedade das vias da ocupação. Este foi, inclusive, um fator enfatizado pelos entrevistados que caracterizaram a moradia como ruim.

Não obstante, percebe-se que a precarização da moradia na ocupação acaba se intensificando pela falta do serviço de esgotamento que, inclusive, é uma demanda dos moradores. Valas a céu aberto e o despejo de resíduos domésticos são cenas comuns na ocupação. “A nossa rua era pra ser melhor, deveria ter valas estruturadas, com canos e tubos para o esgoto, porque aqui não tem. Então quando chove, tem casa que a água invade. Lá na frente da minha casa fica só um lago, a gente fica isolado dentro de casa” (MORADORA B. Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Maio de 2022).

Gráfico 3– Santo Antônio do Tauá. Principais problemas do local de moradia na percepção dos moradores da ocupação Barcelona. 2022



Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Barcelona – Santo Antônio do Tauá. 2022

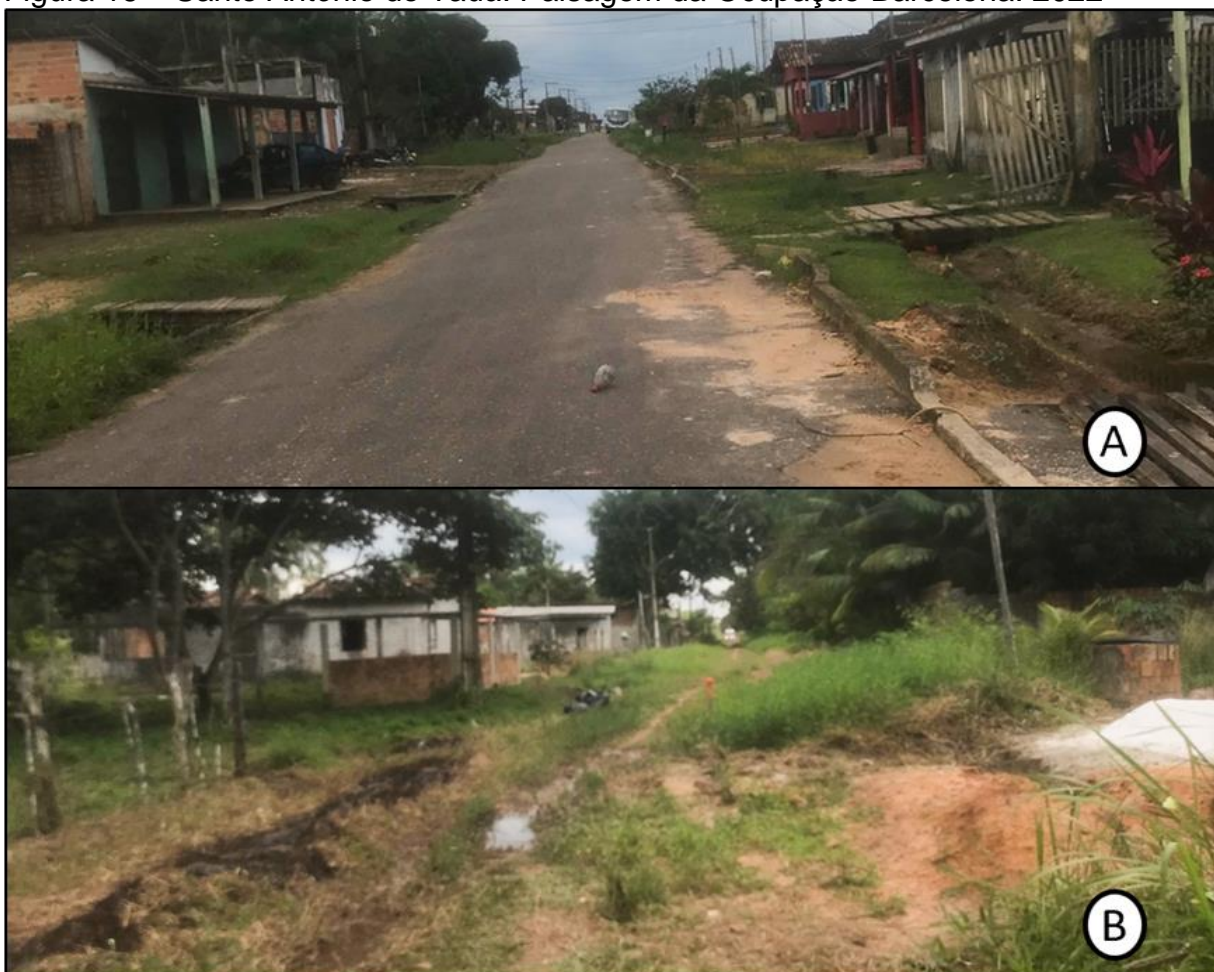
A falta de tratamento adequado destes resíduos oferece riscos à saúde desta população, que fica exposta a todo tipo de contaminação e doenças passíveis de serem transmitidas pelo contato com a água. O problema atrelado a isso se refere aos danos causados ao meio ambiente, isto pois, nas proximidades da ocupação, assim como em diversas partes da cidade, existem diversos igarapés nos quais os resíduos domésticos acabam sendo despejados de forma intencional, ou pelo escoamento superficial de águas pluviais contaminadas com resíduos domésticos. Vale destacar que estes mesmos igarapés são utilizados como balneários pela população.

A falta de posto de saúde no Barcelona também foi citada como uma demanda dos moradores do local, tendo em vista que estes são atendidos somente no posto de saúde do bairro vizinho, o Pina. No caso dos núcleos familiares compostos por muitas crianças ou por idosos, o deslocamento até o estabelecimento de saúde acaba sendo mais dificultoso, pois grande parte dos moradores não possuem meio de transporte particular.

No âmbito da organização espacial da ocupação é possível identificar diferenças significativas entre as condições de moradia experienciadas pelos moradores conforme a localização de suas habitações. As famílias localizadas nas imediações da via principal mostraram-se muito mais satisfeitas com a moradia na

ocupação, enquanto os moradores das demais ruas demonstraram grande insatisfação em relação às condições em que se encontra a ocupação. Um dos principais fatores apontados pelos entrevistados é a precariedade das ruas, algumas delas quase intrafegáveis. Na figura 16 faz-se um comparativo entre Avenida Juscelino Kubitschek (imagem A) e sua paralela, a Travessa Quatro de Abril (imagem B).

Figura 16 – Santo Antônio do Tauá. Paisagem da Ocupação Barcelona. 2022



Fonte – Trabalho de campo, 2022.

Na imagem A, é possível perceber que mesmo não seguindo padrões adequados, a rua ainda permite um melhor deslocamento dos moradores. A questão mais preocupante se refere ao estreitamento da rua e a ausência de acostamentos, tornando o tráfego de pedestres mais perigoso. Deste modo, os moradores das habitações do MCMV e os moradores do assentamento que residem nesta parte da ocupação são os únicos a dispor da via que recebeu pavimentação.

Por outro lado, na imagem B tem-se uma situação completamente diferente, as péssimas condições desta e de outras ruas da ocupação geram inúmeros transtornos para os moradores, inclusive impedindo-os de se locomover com segurança após episódios de chuva.

Nas palavras da Moradora F fica evidente que a precariedade das vias é uma condição permanente e motivo de descontentamento para aqueles que residem nas proximidades, “Nunca mais vieram capinar aqui. Quando chove aqui fica cheio, não passa ninguém. Quer ver aqui no canto da rua, fica igual um lago. Essa água que escorre aqui, faz anos que tá assim.” (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Maio de 2022). Para além de um componente da paisagem da ocupação, a rua é também um local de sociabilidade, é por meio dela que os deslocamentos são possibilitados ou não, logo, a rua também possui papel significativo na forma como os moradores iram se apropriar do restante da cidade.

No que se refere às habitações, observa-se que nesse tipo de assentamento as dimensões físicas das unidades, quase sempre com tamanhos muito pequenos para comportar a quantidade de pessoas que nelas habitam. Esta condição é descrita por uma das representantes entrevistadas, a qual aponta os seguintes fatores: “A casa é pequena, como só é dois quartos, não é suficiente pra todo mundo. No caso mora eu, o meio filho mais velho com a esposa e filho deles, e ainda tem o meu filho mais novo. Então, fica bem apertado mesmo” (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Maio de 2022).

As habitações construídas pelos moradores possuem estruturas precárias, aspecto de inacabadas e, em alguns casos, apresentam sérios sinais de deterioração das estruturas físicas. No interior da ocupação observa-se diversas casas autoconstruídas e que ainda estão passando por etapas de construção, dada a dificuldade financeira dos proprietários para conseguir finalizar as casas. Na figura 17 é possível identificar algumas dessas habitações.

A produção das casas, organizadas a partir de etapas com longos períodos de espera são indicativos da estratégia empregada pelos grupos sociais que produzem as ocupações. Por meio desse padrão de atuação é garantido o acesso à moradia.

Figura 17 – Ocupação Barcelona. Perspectiva das habitações. 2022



Fonte – Trabalho de campo, 2022.

No caso das habitações do PMCMV, as unidades entregues em 2012 possuíam uma série de problemas estruturais (Figura 18). De acordo com os entrevistados as casas foram entregues de forma inacabada e os próprios moradores tiveram de realizar melhorias nas habitações. “As nossas casas, que foram as primeiras, vieram sem acabamento, não veio lajotado. Eu tive que trocar a porta que era aquelas de ferro e tava toda soltando. Era pra ter a nossa caixa d' água, mas não fizeram. Só as casas da segunda remessa que já teve isso” (MORADORA A. Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Maio de 2022).

Os problemas relativos às condições físicas de suas casas foram apontados por grande parte dos entrevistados. A impossibilidade de realizar melhorias nas casas, dadas as restrições do ponto de vista financeiro, implicam em situações de desconforto para as famílias, pois, nem sempre é possível solucionar problemas a curto prazo. Para boa parte dos moradores, até pequenas reformas na habitação requerem planejamento e esforço conjunto da família para conseguir arcar com os custos dos materiais.

Figura 18 – Ocupação Barcelona. Precariedade das habitações do PMCMV. 2022



Fonte – Trabalho de campo, 2022.

Para além das problemáticas físicas, os moradores ainda enfrentam a insegurança quanto à posse das casas. Nas entrevistas, os moradores relataram que as habitações foram entregues para seus respectivos proprietários sem nenhuma documentação que comprovasse a propriedade do imóvel. Recentemente alguns dos títulos de posse foram entregues aos moradores dessas habitações, todavia, parte significativa dos residentes ainda não tiveram acesso a documentação. Ainda assim, os entrevistados ressaltam que o fato de terem conseguido acessar uma habitação própria supera qualquer aspecto negativo da moradia.

Nestes termos, o contato com a realidade empírica do Barcelona indica a existência de condições precárias de moradia e a presença/ausência do Estado em termos de melhoria das estruturas físicas da ocupação. E ainda revela que a ação deste agente materializou uma realidade tanto quanto ou ainda mais precária que a encontrada na parte pré-existente da ocupação, isto é, a partir da produção desordenada e de baixa qualidade das habitações do PMCMV. Assim como pela insegurança jurídica associada à falta de regulamentação da posse das casas e a ausência de titulação dos lotes de terras ocupadas.

4.1.2 Ocupação Sete de Setembro

A ocupação Sete de Setembro está entre os assentamentos precários mais recentes de Santo Antônio do Tauá e compõe uma área de expansão não contígua do núcleo urbano da cidade. Sua produção teve início no ano de 2015 mediante a ocupação de terras ociosas, localizadas ao lado de uma ocupação mais antiga, à Marambaia. Durante os trabalhos de campo desenvolvidos nas duas localidades os representantes entrevistados relataram as seguintes informações acerca da produção deste espaço:

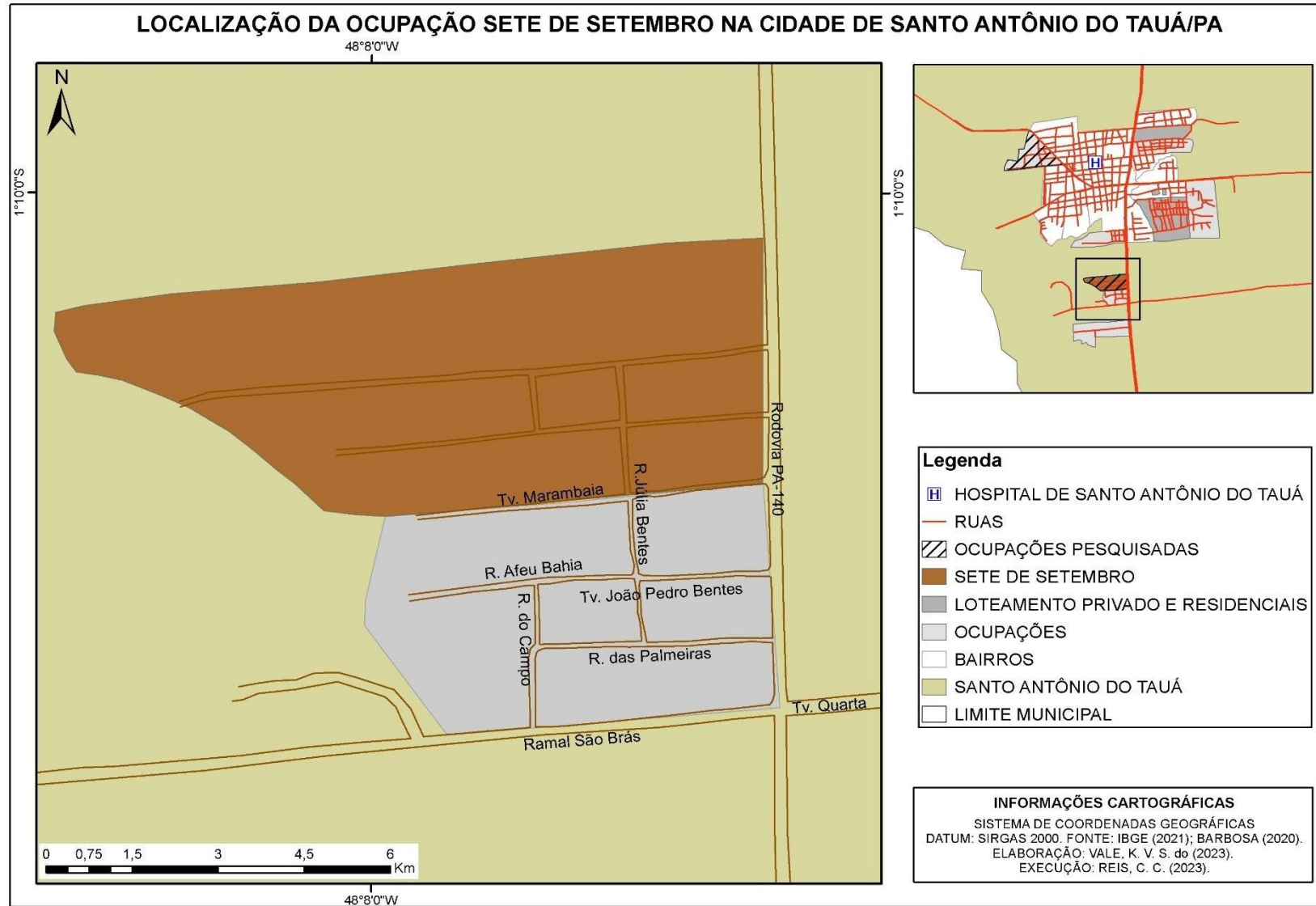
A Sete de Setembro ainda é chamada de invasão. Lá foi invadido em 7 de setembro de 2015. Lá era uma granja que faliu e ficou devendo pro banco, aí eles foram e invadiram [...] o organizador da ocupação Sete de Setembro é de Benevides, ele que veio e organizou aí a ocupação do terreno (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Junho de 2022).

De acordo com os moradores, a ocupação Sete de Setembro foi iniciada pela atuação de agentes sociais externos, mas que já possuía certa vivência na cidade. A partir daí foi organizada a ocupação das terras mediante a doação de lotes para diferentes famílias, assim como, a comercialização irregular de determinadas áreas do assentamento. Mesmo após sete anos de sua criação, a ocupação continua a ser adensada por novos moradores, egressos de cidades próximas como Santa Izabel do Pará, Benevides, Ananindeua e da capital Belém.

Todavia, as estruturas do local e situação jurídica da ocupação da terra permanecem inalteradas, ou seja, a ocupação continua sem quaisquer regularizações dos títulos de posse ou de qualquer documentação de reconhecimento perante a prefeitura municipal. Motivo pelo qual uma série de situações conflituosas tem se dado entre os moradores e o agente responsável pela criação da ocupação.

Na figura 19 é apresentado o recorte espacial da Sete de Setembro. Como pode-se observar, o assentamento faz parte de uma área dispersa da malha urbana de Santo Antônio do Tauá, na extensão da PA-140, fazendo limite com a ocupação Marambaia, com quem mantém forte relação de dependência em relação aos serviços disponíveis neste assentamento.

Figura 19 – Santo Antônio do Tauá. Localização da ocupação Sete de Setembro. 2023



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Em relação ao perfil socioeconômico dos entrevistados, encontramos uma situação semelhante à ocupação Barcelona. Dos moradores envolvidos na pesquisa é notória a predominância de um padrão de baixa escolaridade, instabilidade dos vínculos de trabalho e baixa renda, como mostra o quadro 8.

Quadro 8 – Santo Antônio do Tauá. Escolaridade, profissão e renda dos moradores entrevistados. Ocupação Sete de Setembro. 2022

ESCOLARIDADE	Nº	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	Nº	RENDA FAMILIAR	Nº
Ensino fundamental incompleto	7	Desempregados	4	Meio salário mínimo	6
		Trabalho informal	6		
Ensino médio incompleto	3	Trabalho formal	1	Um salário mínimo	7
		Beneficiário/Aposentado	2	Dois salários mínimos	1
Ensino médio completo	4	Comerciante	1		
TOTAL			14		

Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Sete de Setembro– Santo Antônio do Tauá. 2022

O nível de escolaridade exibido no quadro 8 mostra que dos quatorze entrevistados, sete possuem apenas o ensino fundamental incompleto e somente quatro chegaram a concluir o ensino médio. A condição de baixa escolaridade de parte dos moradores foi justificada pelo fato de que, muitos deles, tiveram de deixar a escola e se dedicar ao trabalho para complementar a renda familiar.

No tocante ao tipo de trabalho desenvolvido pelos moradores, observou-se que o trabalho informal é a principal fonte de renda de grande parte dos entrevistados. Essa condição, assim como foi visto na ocupação Barcelona, submete os sujeitos a uma forte insegurança financeira, já que, nesses casos, não existem vínculos de trabalho. Dada a inconstância dos “bicos” desenvolvidos no decorrer do mês, alguns dos moradores relataram que, nem sempre, os valores arrecadados são suficientes para cumprir com as despesas mensais da família.

O mesmo ocorre com aquelas pessoas que alegaram estar desempregadas, uma vez que, a fonte de renda destas famílias decorre de auxílios governamentais ou de trabalho informal desempenhados por outro membro da família. Deste modo, apenas quatro entrevistados apresentaram renda mensal fixa auferida através de: emprego com carteira assinada; aposentadoria; ou pequeno comércio.

Diante disso, observa-se que metade dos entrevistados apresentou renda de um salário mínimo e, outras 6 pessoas apontaram que a renda familiar alcançava apenas meio salário mínimo por mês. Ao compararmos este dado com o número de integrantes de cada núcleo familiar, podemos ter uma dimensão mais clara da situação econômica e social desses grupos (quadro 9).

Quadro 9– Santo Antônio do Tauá. Composição familiar e renda. Ocupação Sete de Setembro. 2022

Número de famílias	Quantidade de pessoas por família	Renda
3	1	Um salário mínimo
2	3	Meio salário mínimo
3	4	Meio salário mínimo
3	5	Um salários mínimo
1	5	Dois salário mínimos
1	6	Um salário mínimo
1	10	Meio salário mínimo

Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Sete de Setembro– Santo Antônio do Tauá. 2022

Diferentemente da ocupação Barcelona, a renda por pessoa dos entrevistados na Sete de Setembro apresenta grande variação. As três primeiras famílias apresentadas do quadro 9 apresentam apenas um integrante e possuem renda de aproximadamente um salário mínimo. No extremo oposto, encontra-se uma família formada por dez pessoas – dois pais e oito filhos menores de idade – neste exemplo a renda familiar gira em torno de meio salário mínimo, correspondendo a uma renda mensal de R\$ 60,60 por pessoa. A respeito desse último caso, os rendimentos mensais são compostos por benefício governamental e pelo trabalho informal desenvolvidos pelo marido da entrevistada da Moradora H², esta conta que as condições de sobrevivência da família são bastante difíceis por conta da baixa renda:

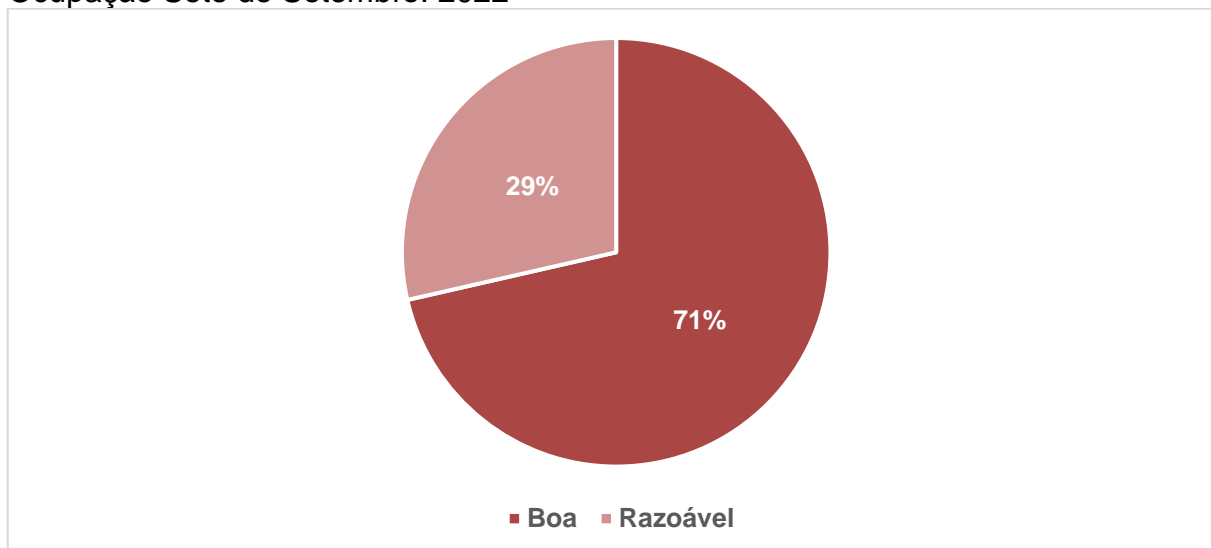
Agora eu tô recebendo R\$ 440,00 do bolsa família, né. Aí eu faço uma comprinha né, pra tentar passar o mês todo, mas as vez não dá. Olha que eu sempre tento comprar umas coisas, assim, tipo feijão, arroz que é o mais importante, as outras coisas as vezes acaba. E quem tem criança sabe como é (Moradora H². Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Dezembro de 2022).

Durante as entrevistas na ocupação Sete de Setembro foi possível identificar que a grande maioria dos envolvidos na pesquisa enfrentam dificuldades do ponto de vista financeiro. Um ponto importante para entender a situação é, justamente, o baixo

nível de escolaridade, fator que prejudica a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho formal. A fala dos moradores ratifica as dificuldades para se conseguir oportunidades de emprego no município, principalmente para quem não possui determinado nível de qualificação profissional, restando a essas pessoas a alternativa do trabalho informal.

Acerca da percepção dos entrevistados sobre as condições de moradia na ocupação, pôde-se notar que a grande maioria dos envolvidos considera que a Sete de Setembro é um bom local de moradia, além de oferecer tranquilidade aos moradores, como expressa o gráfico 4.

Gráfico 4– Santo Antônio do Tauá. Caracterização das condições de moradia na Ocupação Sete de Setembro. 2022



Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Sete de Setembro– Santo Antônio do Tauá. 2022

Nas respostas dos moradores identificou-se que a caracterização da moradia como boa se deve, principalmente, à condição de conquista da casa própria no assentamento. Outro elemento enfatizado foi a tranquilidade do local e o tamanho dos lotes de terra ocupados. Na Sete de Setembro os moradores dispõem de lotes urbanos até mais espaçosos que na ocupação Barcelona, qual seja pela própria dimensão territorial da ocupação que possibilita tal divisão da terra. Assim, até o presente momento, há a conservação de frações da vegetação e de árvores frutíferas que garante maiores amenidades ao local de moradia.

A presença de uma paisagem rural exemplifica a condição deste assentamento enquanto ocupação de transformação de terra rural em urbana. Neste

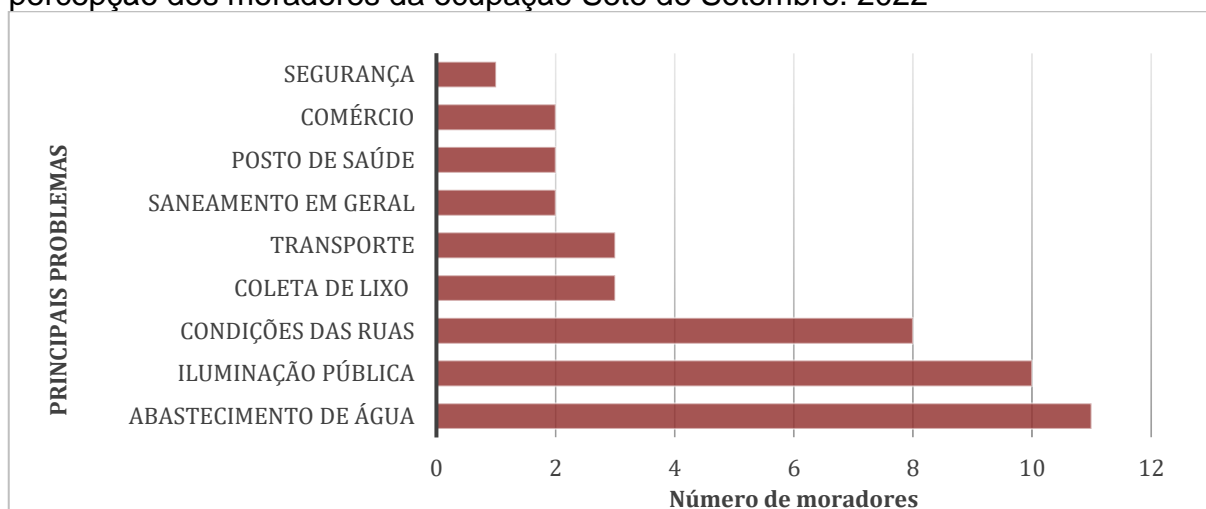
tipo de ocupação e até mesmo em espaços produzidos na metrópole, é comum a coexistência de conteúdos urbanos e rurais na composição espacial dos assentamentos.

Para Sposito (2009) esta imbricação entre campo e cidade, rural e urbano são cada vez mais notórios no atual processo de urbanização, tornando não apenas mais difícil a identificação de que onde começa um espaço e onde termina outro, como também se manifesta enquanto um exercício pouco significativo, já que a realidade aponta para um processo de intensificação das relações, principalmente no caso das ocupações.

Se nas grandes cidades os conteúdos rurais são marcantes nas ocupações, nas pequenas cidades amazônicas, como a de Santo Antônio do Tauá, está condição ganha ainda mais representatividade. Uma das características notadas na Sete de Setembro é a menor densidade de habitações na ocupação, se comparada as ocupações encontradas em cidades de maior porte, onde a disputa de diversos agentes pelo solo urbano se mostra ainda mais acirrada.

Em contraponto às amenidades proporcionadas pela condição de ocupação do solo, os moradores levantaram certas problemáticas que atingem significativamente a qualidade da moradia na Sete de Setembro. Os principais problemas apontados pelos moradores foram: a precariedade das ruas; ausência de iluminação pública e problemas ligados ao saneamento básico. No gráfico 5 estão dispostos os diferentes problemas percebidos pelos moradores do assentamento.

Gráfico 5 – Santo Antônio do Tauá. Principais problemas do local de moradia na percepção dos moradores da ocupação Sete de Setembro. 2022



Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Sete de Setembro– Santo Antônio do Tauá, 2022.

A questão mais citada pelos entrevistados da Sete de Setembro se refere ao abastecimento de água na ocupação. Segundo as informações coletadas em campo a ocupação não usufrui do sistema de abastecimento de água da cidade, mas de um sistema de abastecimento local que conta com um poço artesiano da comunidade. Entretanto, este não possui capacidade para atender a todos os moradores, de modo que, foi necessário entrar em acordo com a associação da Marambaia para que a Sete de Setembro pudesse receber uma extensão da rede de abastecimento daquela ocupação.

Segundo eles, durante os períodos de estiagem é necessário racionar o uso da água, “Quando a gente chegou aqui, a uns sete meses, nem tinha água na torneira, só pingava água naquela torneira lá de fora, então foi sufoco pra gente se virar aqui” (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Junho de 2022). Sendo este, portanto, um importante fator de precarização da moradia nesta ocupação.

Outro ponto levantado é a inconstância dos serviços de coleta de lixo que, de acordo com os entrevistados, não possui regularidade “Tem semana que eles passam aqui, tem semana que não, aí fica lixo acumulado de uma semana pra outra. Pode ver como tá aí na rua cheio de lixo pendurado, eles não passaram aqui essa semana. Aí os bichos rasgam as sacolas e fica lixo espalhado pra todo lado” (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, Junho de 2022). Vale destacar que a roda de coleta de lixo não contempla toda a ocupação, obrigando os moradores a se deslocarem a outras áreas do assentamento onde o serviço possa ser efetivado.

A precariedade das ruas e ausência de iluminação pública em grande parte da ocupação também são fatores que afetam o cotidiano de quem vive no assentamento, imputando obstáculos à locomoção dos moradores, especialmente no período da noite. A paisagem da ocupação ilustra a falta de estruturas urbanas e de manutenção das ruas no local. Nenhuma das ruas da Sete de Setembro possui pavimentação e encontram-se em situação de conservação extremamente precária (Figura 20).

Na imagem A, observa-se a rua Marambaia que separa as duas ocupações, sendo esta uma das vias mais precárias do local. Na imagem B temos a rua Vitória Régia, uma das principais vias da ocupação Sete de Setembro, onde também se verifica a falta de pavimentação e de estruturas adequadas. Segundo os

entrevistados, a manutenção das vias é realizada apenas pelos moradores, pois, em termos de melhoria das infraestruturas, nenhuma assistência da prefeitura municipal é recebida.

Figura 20 – Sete de Setembro. Precariedade das ruas. 2022



Fonte – Trabalho de campo, 2022.

No âmbito dos assentamentos que compõem o espaço urbano de Santo Antônio do Tauá, essa ocupação é, sem dúvidas, um dos espaços com maior ausência de estruturas e de atuação do serviço público. Para os moradores, o assentamento é desprivilegiado em face de outros espaços da cidade que sempre receberam maior assistência, enquanto a Sete de Setembro continua a expressar as mesmas carências em termos de infraestrutura e saneamento.

Nos relatos dos moradores também foi possível identificar problemas associados à criminalidade. Ainda que o assentamento tenha sido caracterizado como um local de moradia tranquilo, diversos entrevistados falaram sobre episódios de furto

de residências na Sete de Setembro. Estes alegam que é preciso tomar certos cuidados em relação aos pertences particulares, pois já sofreram algum tipo de furto.

Outro ponto observado durante o trabalho de campo é a presença predominante da autoconstrução das habitações. Diversas casas da ocupação, apesar de serem erguidas em alvenaria, possuem dimensões muito pequenas e sem qualquer acabamento. Diversas casas encontram-se em processo de construção, o que indica a entrada de novos moradores no local.

Entretanto, o que chama a atenção é a quantidade de habitações autoconstruídas com materiais precários, como madeira de reutilização, chapas de metal, entre outros recursos. Identificou-se o uso de lonas e papelões para tentar solucionar a ausência de materiais adequados para a construção, o que de fato não oferece qualquer segurança para os moradores, mas são os recursos possíveis de serem alcançados por eles, como se observa na figura 21.

Figura 21 – Sete de Setembro. Precariedade das habitações. 2022



Fonte – Trabalho de campo, 2022.

A figura 21 mostra as condições de precariedade notadas em diversas casas da ocupação. Se considerarmos este aspecto, a moradia na Sete de Setembro expressa-se ainda mais dramática que na ocupação Barcelona. A forma física das casas, além de não fornecerem a proteção ou conforto necessário, exprimem um pouco das socioeconômicas de seus moradores e as dificuldades associadas à reprodução social desses indivíduos. Ainda assim, a marca da autoconstrução nos aponta a luta por permanência e as estratégias dos grupos sociais quanto ao acesso à moradia, mesmo que este se dê em contornos precários.

4.2 SOBRE AS OCUPAÇÕES PRECÁRIAS E SUA INSERÇÃO NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

Na cidade de Santo Antônio do Tauá, a produção do espaço urbano está comumente associada a reprodução de assentamentos precários, sobretudo na forma de ocupações e loteamentos irregulares, sendo estes alguns dos principais espaços de moradia produzidos nas áreas de expansão da sede municipal. No que concerne às ocupações, ressalta-se a importância que tais espaços apresentam em termos de acesso à moradia para as camadas sociais não atendidas pelos mecanismos formais de habitação.

Entretanto, a condição de moradia testemunhadas nos assentamentos estudados indicam sensível nível de diferenciação em relação a outros bairros da cidade. Por mais que se trate de uma pequena cidade, onde as distâncias em centro e os espaços periféricos são menores, outras barreiras são enfrentadas no sentido da apropriação da cidade pelos grupos sociais precariamente incluídos. Esta seção tratará sobre a inserção das ocupações Barcelona e Sete de Setembro no espaço urbano da cidade de Santo Antônio do Tauá.

4.2.1 Ocupação Barcelona e sua inserção na cidade

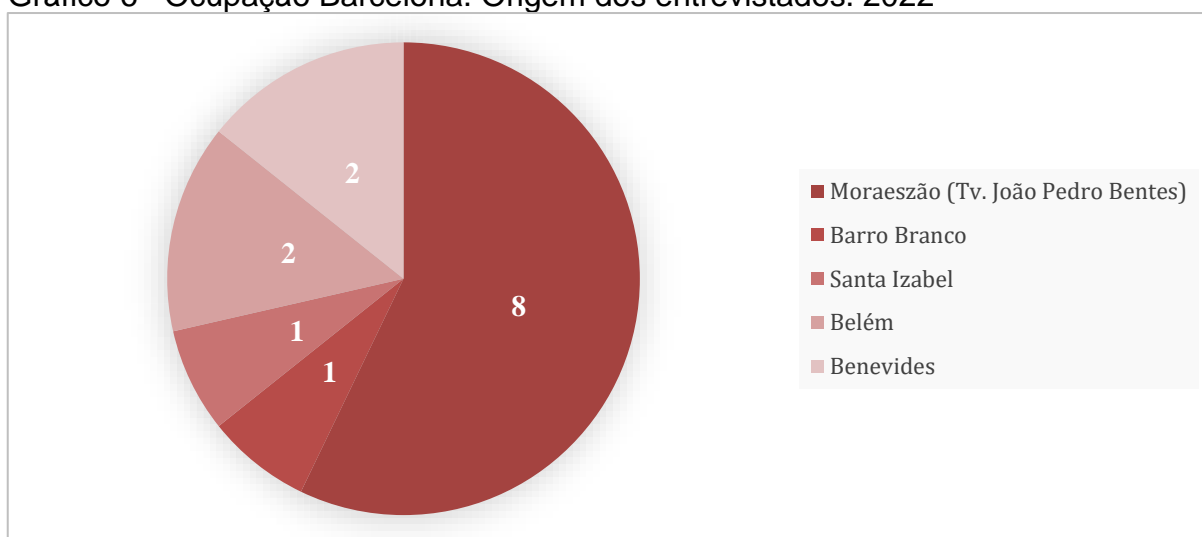
O contexto de produção da Ocupação Barcelona no âmbito da cidade de Santo Antônio do Tauá sempre esteve atrelado à demanda popular por moradia. Todavia, sua inserção no espaço urbano possui diversas contradições. De um lado, o assentamento se apresenta como alternativa às problemáticas habitacionais locais,

por outro lado, as condições de moradia e de conexão deste espaço com o restante da cidade permeada por múltiplas dificuldades e barreiras.

Desde o início de sua produção o assentamento desenvolve forte relação com o bairro Moraesão, inclusive relação de dependência aos serviços presentes no local. Atualmente, os moradores do Barcelona ainda se articulam com o bairro vizinho em busca de serviços que não são encontrados na ocupação. Todavia, no tocante à moradia, observou-se que nos últimos anos tem ocorrido o movimento inverso, ou seja, o de deslocamento de residentes do Moraesão para o Barcelona em virtude das habitações produzidas pelo Estado, como mostra o gráfico 6.

As entrevistas revelaram que, das quatorze famílias elencadas na pesquisa, oito moravam na Tv. João Pedro Bentes, bairro Moraesão. Desse total, cinco deixaram a antiga moradia para residir nas unidades do MCMV. As justificativas dadas para a mudança se resumem a três fatores principais: a) moravam de aluguel, porém o custo com habitação era um fator complicador para a família; b) moravam em casa de familiares (pais, sogros ou irmãos), ou em pequenos compartimentos anexos à casa de parentes; c) possuíam casa própria, mas as condições físicas eram muito precárias. Soma-se a isto as condições do antigo local de moradia que, segundo os entrevistados, era muito ruim e a localização causava ainda mais desgaste para o deslocamento dos moradores.

Gráfico 6– Ocupação Barcelona. Origem dos entrevistados. 2022



Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Barcelona – Santo Antônio do Tauá. 2022

No relato da moradora C é possível identificar alguns desses elementos “Lá não tinha as condições de fazer outra casa e minha casa era de madeira, já *tava* toda estragada. Então demos graças à Deus quando *viemo* pra essa casa” (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022).

Portanto, o assentamento possui forte proximidade relacional com o bairro Moraesão à medida que as habitações do MCMV desempenharam importante papel no sentido de recepcionar aqueles moradores que outrora encontravam-se em situação de precariedade no Moraesão. As falas coletadas durante as entrevistas mostram que, mesmo que as condições das habitações atuais não sejam efetivamente adequadas, a mudança para o Barcelona representa uma melhora em relação à condição de moradia anteriormente experienciada por essas pessoas.

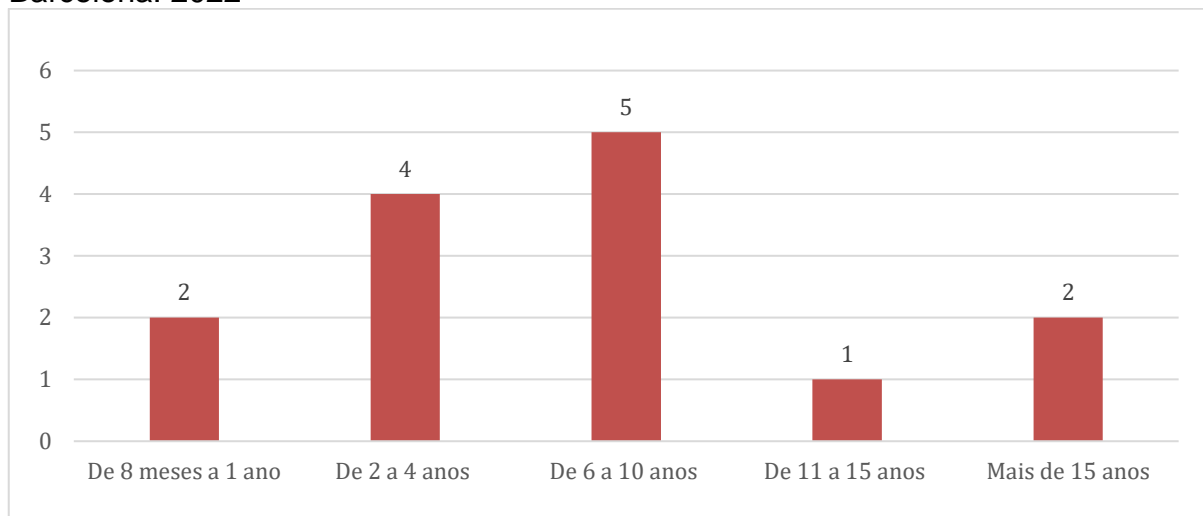
Quanto às famílias que vieram de outros municípios – Santa Izabel, Benevides e Belém – apenas uma reside em casa do MCMV, os demais se estabeleceram na ocupação. As motivações por trás da opção por morar no Barcelona foram bastante semelhantes às dos outros moradores, isto é, anteriormente moravam de aluguel ou em casa de familiares. Porém, a decisão por mudar de cidade quase sempre está associada ao custo dos aluguéis nos locais em que residiam.

Situação que, combinada ao desemprego ou trabalho informal mal remunerado, condicionam a expulsão desses sujeitos para espaços de moradia menos valorizados, nas áreas mais distantes do entorno metropolitano da cidade-região de Belém, onde a habitação seja mais viável.

Durante os trabalhos de campo alguns dos entrevistados da ocupação disseram que o movimento de chegada e de saída de moradores novatos no Barcelona é constante, isto ocorre a partir do aluguel de casas do assentamento que são mantidas para tais fins. De acordo com os moradores, o custo desses aluguéis é muito baixo, mas, devido às condições do assentamento são poucas as pessoas que permanecem morando no Barcelona na condição de locatário. Na avaliação dos entrevistados, a permanência de moradores egressos de outras cidades está atrelada a possibilidade de conseguir ter acesso a casa própria, caso contrário, logo estes deixam o local para morar em outros bairros da cidade.

Para averiguar a importância deste assentamento em termos de atendimento da demanda por moradia nos últimos anos, os entrevistados foram indagados quanto ao tempo de moradia no local e, no gráfico 7 são expostos os dados coletados em campo.

Gráfico 7 – Santo Antônio do Tauá. Tempo de moradia dos entrevistados da Ocupação Barcelona. 2022



Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Barcelona – Santo Antônio do Tauá. 2022

Do total de famílias envolvidas na pesquisa, pelo menos 11 se estabeleceram neste espaço durante o intervalo dos últimos dez anos. Os moradores mais antigos correspondem aos primeiros residentes da ocupação, enquanto os mais recentes (8 meses a 4 anos) são aqueles oriundos de outros municípios e de outros bairros de Santo Antônio do Tauá.

Durante a pesquisa no Barcelona, os moradores relataram a desvalorização dos terrenos e imóveis do assentamento, justificada por razões como: a distância; a falta de documentação de certas propriedades; e pela debilidade das estruturas urbanas. Entretanto, o mesmo quadro que fundamenta a baixa valorização do local, também possibilita o acesso para aqueles que não possuem condição de pagar pela habitação no mercado formal.

Assim, ainda que o Barcelona não tenha sido criado recentemente, a condição de inserção precária na cidade lhe atribui importante papel no que se refere à moradia para os grupos mais empobrecidos. Notou-se que este espaço assume tal responsabilidade de forma mais notória para aqueles que já residiam em Santo Antônio do Tauá. Para aqueles que viviam em outra cidade, um fator crucial é a indicação de familiares ou pessoas conhecidas que já se encontravam no assentamento. Neste caso, o processo de reprodução desse espaço de moradia continua em processo por meio do mecanismo de venda irregular, intermediada pelos próprios moradores.

Passado o momento inicial de ocupação da terra, um movimento comum nos assentamentos é comercialização irregular de terras ou pequenas habitações, por vezes criminalizada pelos demais agentes que participam da produção da cidade. Muitas são as intencionalidades por trás desta modalidade de mercado, contudo, cabe ressaltar que a informalidade é, em muitos casos, a única opção de acesso à habitação para aqueles que não dispõem de condições financeiras de arcar com valores praticados no mercado formal ou que não foram atendidos pelas políticas de habitação. Em outras palavras, as desigualdades socioespaciais que se difundem através do processo de produção e reprodução do espaço urbano enquanto mercadoria, fazem com que os espaços disponíveis para os mais pobres sejam cada vez mais distantes e precarizados.

Sobre a forma como os moradores reconhecem a inserção deste assentamento no conjunto da cidade, observou-se que estes a consideram muito precarizada, indicando até que o assentamento parece, de certo modo, esquecido pelo poder público. Para estes, o local somente é lembrado ou recebe algum tipo de atenção durante os períodos eleitorais. Desse modo, as principais demandas dos moradores nunca são efetivamente atendidas.

A exemplo disso, fora citada a pavimentação da Av. Juscelino Kubitschek, realizada de forma incompleta e sem os devidos cuidados. Bem como, a organização da titulação das casas do PMCMV, em que parte significativa dos moradores não foi devidamente informada sobre o momento de realização ou ainda não recebeu a documentação definitiva. Ambas as atividades foram realizadas em meio ao contexto de campanhas políticas, prática comumente realizada nas periferias urbanas e nos diferentes assentamentos precários, com o intuito mobilizar determinado público a favor da candidatura de agentes políticos.

Na prática, as problemáticas do assentamento continuam latentes. Quando questionados se sentiam dificuldades para acessar outras partes da cidade, como o centro, a maior parte dos moradores disseram que a localização do Barcelona torna o deslocamento bastante cansativo. Dos quatorze entrevistados, doze disseram sentir dificuldades para acessar o restante da cidade. A distância que separa a ocupação do centro comercial da cidade junto com o estado de deterioração das ruas são alguns dos elementos mais apontados pelos entrevistados.

Aí é ruim. Não passa nenhum carro por aqui [alternativos]. Se não tiver bicicleta, tem que ir andando, como é longe, cansa muito. Passa até a vontade de ir. (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022)

Olha, eu acho dificultoso. Principalmente quando eu vou lá pra unidade [Unidade básica de Saúde], aí é longe! [...] Nós vamos a pé ou de bicicleta, quando tem. (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022)

Nos relatos dos diferentes entrevistados é possível notar que a distância e a falta de meios de condução que atendam aos moradores são fatores que geram transtornos para o desenvolvimento de atividades simples do cotidiano de quem vive no assentamento. Além de comprometer o acesso aos serviços disponíveis, tais fatores se apresentam enquanto barreiras à apropriação da cidade e, implicam em privações do ponto de vista das vivências que podem ser proporcionadas a partir do livre acesso à cidade.

No que compete aos serviços mais utilizados pelos moradores constatou-se que os principais são os serviços públicos de saúde e de educação. Na visão dos entrevistados, a facilidade de acesso aos estabelecimentos escolares é relativa, pois alguns deles encontram-se distantes do assentamento, no centro da cidade. O mesmo ocorre com o serviço de saúde, já que o posto de saúde da família que atende aos moradores está localizado no bairro Pina e, o Centro Municipal de Saúde que atende os moradores da cidade e da zona rural está localizado no centro da cidade.

Esta é, inclusive, apontada como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores, o deslocamento para o centro de saúde, tal qual destaca a Moradora M: “Igual pra ir ali *pro* posto de saúde eu acho distante, né?! A pessoa pra pegar uma fixa tem que sair daqui de madrugada pra lá e é longe. Se for só uma pessoa, não consegue ir de madrugada, porque tem medo.” (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022).

Em relação ao consumo, os moradores citaram que as compras realizadas com maior frequência se resumem à alimentação, por conseguinte, os supermercados são os estabelecimentos comerciais mais frequentados pelos entrevistados. Para tanto, grande parte dessas famílias se dirigem ao centro da cidade para realizar as compras, ou seja, estes estabelecimentos encontram-se distantes de sua moradia.

Entretanto, quando se trata de necessidades mais imediatas, estes também alegam utilizar os pequenos mercadinhos presentes na ocupação ou no bairro Moraesão. Este comportamento é ainda mais latente quando os moradores

necessitam realizar compras para pagar a prazo, neste caso, sem o intermédio de cartões de crédito, tal prática será melhor explanada na seção que aborda as estratégias de sobrevivência.

Questionados se a localização de sua moradia interferia nos deslocamentos para o local de trabalho, metade dos entrevistados afirmou sentir dificuldades para se deslocar para seus locais de trabalho. Neste caso, a distância e a falta de meios de condução também foram apontadas como complicadores para o cotidiano dos trabalhadores do Barcelona. Por mais que alguns dos trabalhos desenvolvidos por essas pessoas sejam informais, quando demandam a ida para outras partes da cidade, o deslocamento acaba sendo desgastante para o trabalhador.

Para os moradores do Barcelona, a localização de sua moradia também acaba gerando preocupações quanto aos horários de saída e de chegada em suas residências. Isto se justifica tanto pela distância do assentamento, quanto por limites impostos por questões de insegurança no local. Situação expressa na fala da Moradora J “Tenho preocupação com horário, acho perigoso voltar pra cá tarde, porque é longe” (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022).

Na visão dos moradores o cotidiano na ocupação possui aspectos ligados à criminalidade, sobretudo, no que se refere ao tráfico de drogas e a inserção de jovens nesse circuito. Ainda assim, é possível notar na fala dos moradores que a realidade do local não se resume apenas a esses fatores e mesmo diante deste cenário existem formas de se conviver com as dificuldades encontradas.

Ao longo dos trabalhos de campo notou-se que os moradores manifestam diferentes percepções acerca do aspecto da segurança no local. Entretanto, é perceptível que estes expressam receio em falar sobre este tema. Muitos deles manifestam certo medo em comentar sobre os episódios de assassinato e de conflito entre a polícia e moradores da ocupação. Segundo os relatos coletados, em um passado recente, a ocupação já esteve sob o domínio de traficantes de drogas e foi palco de assassinatos violentos e até mesmo expulsões de moradores, os quais foram ameaçados por integrantes de facções, como aponta a Moradora H “Tem casas aqui que foram abandonadas, o pessoal foi embora por conta da criminalidade que tinha aqui um tempo atrás, botaram o pessoal pra ir embora” (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022).

Todavia, os entrevistados afirmam que esta condição se tornou mais branda nos últimos anos, de modo que, poucos conflitos desta natureza têm sido testemunhados no local. Mesmo assim, os moradores expressam preocupação quanto à socialização dos jovens em meio a este quadro.

Mesmo que a situação atual do Barcelona já não denote as mesmas características de insegurança anteriormente testemunhada por seus residentes, no imaginário social da cidade, permanece a mesma visão. Conforme destacado pelos entrevistados, os moradores de outros bairros manifestam uma visão negativa em relação ao assentamento e aos seus moradores. Muitos foram os registros de que o Barcelona é taxado como “zona vermelha” da cidade, fazendo referência a insegurança e a criminalidade.

Sim, muito. Falam que é perigoso, que não é bom de morar. A primeira coisa que eles falam é ‘me roba logo’. Então não é legal a visão que eles têm daqui [moradores de outros bairros] (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022).

Chamam aqui de zona vermelha. Na minha visão, isso já foi a realidade, hoje em dia, tá bem melhor que antes. É mais questão de não tá dando bobeira com as tuas coisas, que aí também já é querer demais. (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022).

Para eles, a imagem construída sobre o bairro extrapola o que de fato é vivenciado no presente, isto é, os moradores de outros bairros nutrem um estigma em relação ao Barcelona. Para quem vive na ocupação há um ônus a ser carregado, pois muitos moradores da cidade julgam o local como muito perigoso e evitam até mesmo se dirigir para este espaço. Além disso, nota-se que os moradores do assentamento demonstram certa aversão à força repressora do Estado que, segundo eles, age de forma violenta.

Mesmo diante de todas as problemáticas de encontradas em seu local de moradia, parte significativa dos moradores entrevistados ressaltam que preferem continuar morando no assentamento, pois, ainda que existam dificuldades, a aquisição da casa própria é mais relevante que as demais questões, além de considerarem o local tranquilo para viver. Outros moradores afirmaram que apenas se mudariam do Barcelona, para morar mais próximo do centro da cidade ou em outro município, se também conseguissem ter acesso à habitação própria nesses locais.

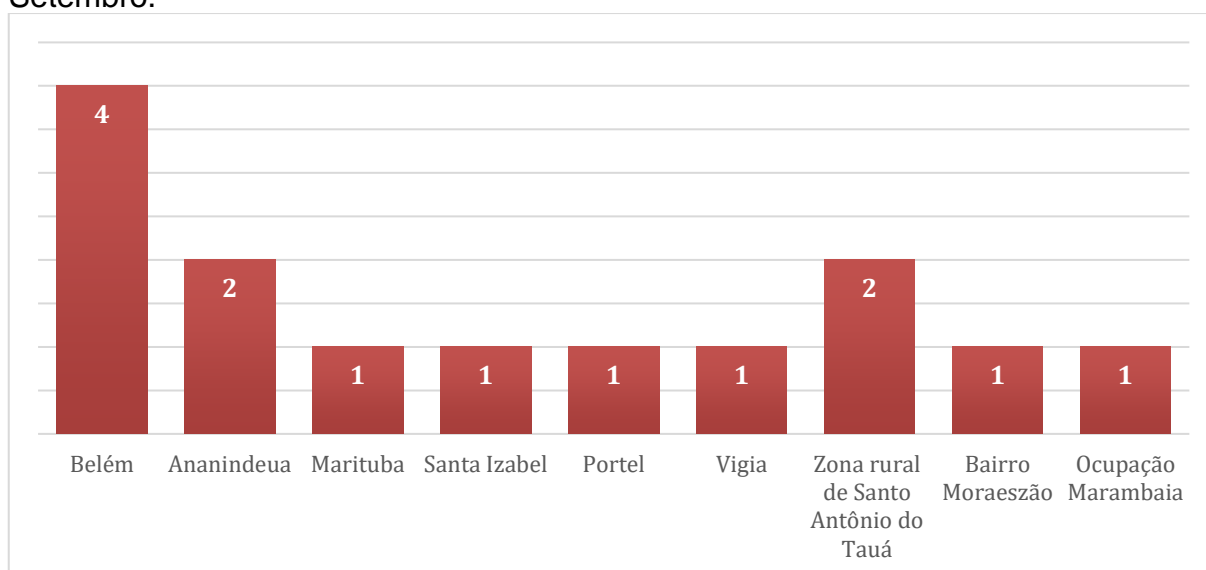
4.2.2 Ocupação Sete de Setembro e sua inserção na cidade

A ocupação Sete de Setembro é um dos poucos assentamentos precários a compor o espaço urbano disperso de Santo Antônio do Tauá. Sua inserção nesta lógica de produção do espaço se deve a atuação do agente encarregado pelo processo inicial de ocupação e organização espacial. Entretanto, sua consolidação enquanto espaço de moradia se deve tanto à proximidade, física e relacional, com a ocupação Marambaia, quanto ao movimento entrada de moradores egressos de outros espaços urbanos.

Do ponto de vista da relação com a ocupação Marambaia advém a relação dependência para com as estruturas presentes em tal espaço, tais como: Escola municipal; pequenos comércios; sistema de abastecimento de água compartilhado com parte da ocupação Sete de Setembro; além da cooperação da associação de moradores da Marambaia com os moradores do assentamento estudado.

No tocante à composição social da Sete de Setembro, identifica-se uma situação bastante distinta da encontrada no Barcelona. De acordo com os moradores, a ocupação sempre contou com número expressivo de residentes oriundos de outras cidades e, um número menos significativo de ex-moradores da cidade de Santo Antônio do Tauá. Nas entrevistas pôde-se captar uma amostra desse quantitativo de egressos e suas origens (gráfico 8).

Gráfico 8 – Santo Antônio do Tauá. Origem dos entrevistados. Ocupação Sete de Setembro.



Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Sete de Setembro – Santo Antônio do Tauá. 2022

Diversamente dos resultados obtidos nas entrevistas com os moradores do Barcelona, o gráfico 8 mostra que a maior parte dos entrevistados na Sete de Setembro são ex-moradores de outras cidades, com destaque para Belém e alguns dos centros que compõem o espaço metropolitano da cidade-região – Ananindeua e Marituba.

O primeiro ponto a ser considerado são as condições de habitação e moradia anteriormente vivenciadas por essas famílias. A maior parte delas destacou que, dada a condição financeira, as residências por eles ocupadas eram alugadas e, quase sempre, localizavam-se em áreas periféricas das cidades. Há também aqueles que moravam de favor em casa de familiares ou compartimentos anexos à residência de algum parente próximo.

Assim, quando questionados sobre o que lhes motivou a mudar de cidade, os entrevistados alegaram que as problemáticas de moradia, habitação e as instabilidades financeiras enfrentadas anteriormente foram os principais fatores que condicionaram seus deslocamentos para Santo Antônio do Tauá. Tal qual mostram as falas expostas a seguir:

Eu morava lá pra Belém, só que eu trabalhava mais pra pagar aluguel né. Aí minha mãe disse que tinha terreno pra cá, então eu resolvi vir morar pra cá (MORADOR J, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022).

Existe, porque eu não tinha onde morar. Aqui eu consegui um barraco (MORADOR K, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022).

Junto a isso, somam-se questões como a criminalidade e a insegurança experienciadas pelos entrevistados “Lá onde eu morava [Ananindeua] a gente não podia nem ficar de porta aberta, muito perigoso. Eu me dei mais aqui, é bem tranquilo” (MORADOR D, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022). Situação semelhante foi reportada pela Moradora I, ela conta que sua família foi expulsa do local em que moravam, bairro do Icuí-Guajará, após a tentativa de assassinato sofrida por seu irmão e pelas ameaças contra à vida de seus familiares.

Esse conjunto de relatos mostram-se como reflexos das desigualdades socioespaciais sendo expressas no cotidiano dos cidadãos; a manifestação concreta das injustiças sociais e espaciais. Tais condições atuam como verdadeiros mecanismos de expulsão dos mais pobres para locais cada vez mais distantes da

cidade. Entre os mecanismos mais fortemente percebidos pelos moradores está a impossibilidade de pagar pela habitação urbana. Tal lógica de produção e apropriação desigual do espaço pode ser interpretada a partir das seguintes colocações:

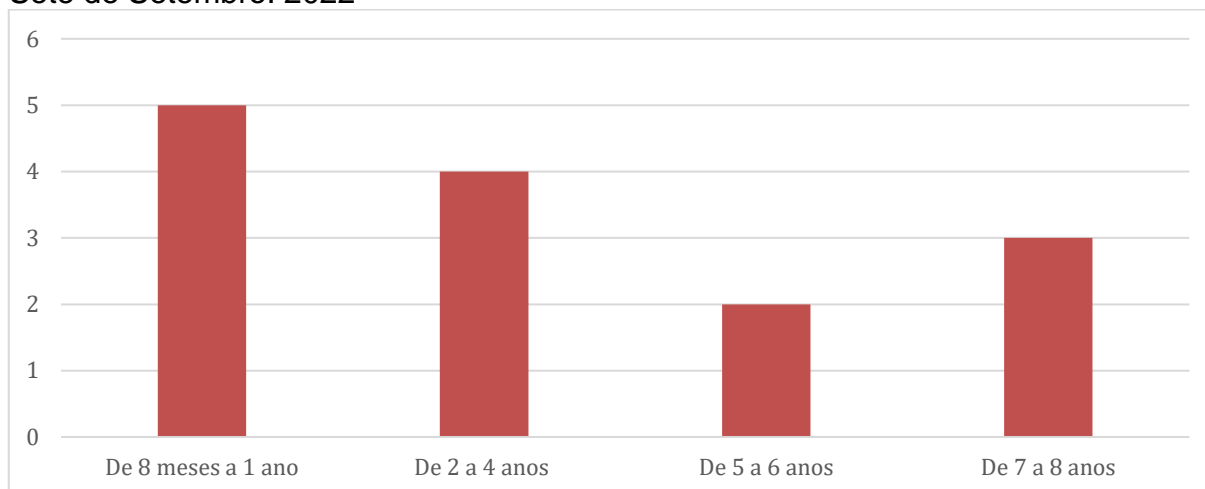
Há que se destacar que quanto mais espaço urbano se produz mais elevado é o preço da terra urbanizada e mais evidente a expulsão dos trabalhadores para áreas menos “urbanizadas”. Quanto mais áreas nobres se expandem, englobando também as áreas produzidas pelos trabalhadores, maior é a renda, lucros e juros, apropriados por parcelas de classes. [...] Num aparente paradoxo, quando os conjuntos habitacionais são inseridos no tecido urbano, o preço aumenta, expulsando os moradores que continuam aprisionados pelo financiamento em 25 anos. O mesmo processo de expulsão ocorre nas áreas ocupadas por favelas, loteamentos precários. RODRIGUES, 2007. p.77) (RODRIGUES, 2007. p.76-77).

Esse processo de deslocamento de grupos de baixa renda para espaços precários distantes tem se apresentado como tendência do processo de produção do espaço urbano na Cidade-região Belém, como discutido em Ribeiro (2021) e atestado no estudo de Soares (2022) para os municípios de Benevides, Santa Bárbara do Pará e o Distrito de Mosqueiro. No caso do último autor citado, são analisadas realidades que se assemelham a problemática abordada neste trabalho, ou seja, a configuração de assentamentos precários em espaços distantes, associada ao processo de dispersão das camadas sociais para espaços cada vez mais afastados do espaço metropolitano de Belém.

A presença de ex-moradores de cidades que compõem o espaço metropolitano de Belém nos assentamentos estudados é um dos indicadores desse processo em Santo Antônio do Tauá. O caráter de permanência desses sujeitos na cidade se dá a partir das possibilidades de moradia encontradas no local. Isto é, o fato de terem produzido uma casa própria ou mesmo de ter conseguido comprar um imóvel barato é o principal motivo para a sua permanência no assentamento, pois, mesmo que em determinado momento a renda familiar seja muito baixa, a família não correrá o risco de despejo que estaria sujeita no tipo de moradia anterior.

O tempo de moradia dos entrevistados, apresentado no gráfico 9, indica a entrada recente de moradores no assentamento. Cinco pessoas disseram estar residindo na ocupação entre o intervalo de oito meses a um ano; outras quatro estão morando no local entre dois e quatro anos.

Gráfico 9 – Santo Antônio do Tauá. Tempo de moradia dos entrevistados da Ocupação Sete de Setembro. 2022



Fonte – Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Ocupação Sete de Setembro– Santo Antônio do Tauá. 2022

Já os entrevistados que indicaram morar no assentamento a mais de sete anos, são aqueles que participaram do processo inicial de ocupação da Sete de Setembro. Tanto no dos residentes mais antigos, quanto nos mais recentes, foi possível identificar ex-moradores de outras cidades, ou seja, a inserção dessas famílias no assentamento não decorreu apenas da ocupação inicial, ela vem ocorrendo de forma contínua.

Semelhantemente ao ocorrido na ocupação Barcelona, parte dos entrevistados da Sete de Setembro afirmaram que a sua inserção na ocupação se deu através da indicação de familiares ou pessoas conhecidas que já residiam em Santo Antônio do Tauá e, portanto, tinham conhecimento sobre a existência do assentamento e das possibilidades de fácil acesso ao mesmo.

Todavia, uma singularidade entre as duas ocupações decorre do fato de que, na ocupação em questão, algumas pessoas disseram que a intermediação ocorreu diretamente com o agente responsável pelo processo de ocupação das terras. Segundo os relatos, atualmente, o acesso aos lotes de terra tem se dado das seguintes formas: doados por tal agente ou por meio da doação entre familiares; vendidos por valores “simbólicos” pelo agente, assim como, por pessoas que deixaram de morar na ocupação ou que ocuparam lotes por curtos períodos, com intencionalidade de vendê-los em seguida.

Em referência ao último caso, os entrevistados chamaram a atenção para duas situações. A primeira diz respeito ao número significativo de casas mantidas por

moradores de outras cidades, ou seja, a modalidade de segunda residência. Algumas delas são mantidas como casas para uso de fins de semana, uma vez que, a cidade possui atrativos do ponto de vista do lazer voltados para o uso dos igarapés e balneários. Outras, no entanto, são mantidas por residentes de outros municípios ou até mesmo de Santo Antônio do Tauá com objetivo de extrair renda mediante sua comercialização no mercado informal.

Por meio dos trabalhos de campo e da participação dos representantes da comunidade, foi possível identificar algumas dessas habitações no assentamento, as quais possuem características similares: são pequenas, de baixo construtivo ou com estruturas precárias. Tais fatores podem ser entendidos como indicativos do perfil socioeconômico daqueles que as produziram, dadas as condições materiais das habitações. Segundo a percepção dos entrevistados, a maior parte desses proprietários não possuem nível de renda significativo e acabam ocupando lotes com a finalidade de extrair renda com sua venda.

As ações anteriormente apresentadas fazem parte da totalidade do processo de apropriação e produção da ocupação, conquanto, não são práticas centrais nesse tipo de assentamento. Rodrigues (2007), explica que esse movimento congrega tanto o valor de troca (para aqueles que comercializam), quanto o valor de uso (para os que iriam ocupar e produzir suas habitações).

As casas precárias em loteamentos irregulares, formam conjuntos de ruas, vilas, bairros, loteados e vendidos por proprietários ou supostos proprietários na lógica tipicamente capitalista, porém a construção de casas e as lutas para conseguir a legalidade jurídica e urbanística mostram o predomínio do valor de uso (RODRIGUES, 2007, p. 77)

Sendo assim, destacamos que apesar de existirem habitações temporariamente desocupadas na ocupação, as observações realizadas em campo permitem-nos afirmar que a grande maioria das casas da Sete de Setembro estavam ocupadas durante o período de execução da pesquisa.

No que concerne à inserção deste assentamento na cidade, o primeiro ponto a ser considerado é sua localização dispersa em relação à sede municipal. Os principais rebatimentos dessa condição espacial no cotidiano dos moradores da Sete de Setembro referem-se ao distanciamento da ocupação em relação aos comércios e serviços essenciais, posto que, o local apresenta pouquíssimos estabelecimentos comerciais ou qualquer outra estrutura de serviço.

O ponto de apoio mais próximo é a ocupação Marambaia, que também conta com poucas estruturas, sendo a mais relevante a Escola Municipal de Ensino Fundamental que atende as crianças de ambas as ocupações.

Ante ao exposto, os moradores foram indagados sobre como se dá o acesso aos comércios e aos serviços mais utilizados por suas famílias. As respostas obtidas mostraram que, no âmbito dessas duas categorias, os estabelecimentos mais buscados são aqueles mais indispensáveis para a manutenção da vida, ou seja, comércios voltados para alimentação, serviços de saúde pública e educação pública. Para os entrevistados, os únicos serviços que se encontram próximos à ocupação são: a escola, que atende apenas os anos iniciais do ensino básico; e o posto de saúde localizado no km 12 da PA-140, onde parte dos moradores da Sete de Setembro são atendidos.

Para as demais atividades comerciais ou de saúde e educação, os moradores precisam se deslocar até o centro da cidade. Esse deslocamento foi considerado dificultoso pela maior parte dos entrevistados, pois a distância a ser percorrida é consideravelmente exaustiva para quem não possui meios de condução próprios. Assim, do total de entrevistados, seis afirmaram sentir dificuldade para acessar o centro da cidade por conta desta condição, tal qual aponta o Morador E “Tem dificuldade né. Às vezes a gente não tem dinheiro pra pagar um mototáxi. Pra quem não tem um transporte é difícil” (MORADOR E, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022).

A combinação de fatores como a falta de serviços próximos e a distância em relação à cidade, associados à baixa renda da população, acabam transformando práticas cotidianas em situações dramáticas. Em caso de necessidade de atendimento médico de urgência, os moradores enfrentam enormes dificuldades para conseguir se deslocar até o único hospital da cidade, localizado no bairro Moraesão. Como ocorrera com a Moradora H:

Uma vez, nós saímos daí tarde da noite pra levar minha filha de seis anos no hospital, porque ela tava com uma febre que não baixava. Foi o jeito nós ir, eu e ele [marido], pra levar ela. Os outros meninos ficaram aqui. Ele colocou a minha filha no ombro e nós fomo, com a ajuda de Deus, daqui até lá [Hospital, localizado no bairro Moraesão] (MORADORA H, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022).

Questionados se a localização da moradia implicava em dificuldades para o deslocamento até seus locais de trabalho, os entrevistados tiveram conclusões diversas. Parte deles afirmou não haver qualquer problema nesse sentido, pois desempenham atividades de trabalho informal nas proximidades da ocupação.

Todavia, os outros moradores afirmaram que o maior problema não se refere a questão do deslocamento, mas a falta de oportunidades de trabalho na cidade. Segundo eles essa é uma das maiores dificuldades para quem reside em Santo Antônio do Tauá. Em conformidade com a visão dos moradores, o percentual de pessoas ocupadas no município era 6,6% em relação à população total, no ano de 2020 (IBGE, 2020).

Outro fator abordado nas entrevistas foi se a localização da moradia afetava os horários de saída e de chegada das famílias em suas residências. Parte dos entrevistados assegurou que não há nenhuma interferência ou preocupação com os horários de entrada e saída em sua residência.

Por outro lado, aqueles que disseram se sentir afetados por essa condicionante chamam a atenção para as seguintes questões: a sensação de insegurança na ocupação; medo de deixar suas casas sem algum ocupante por muito tempo; preocupação com o deslocamento pela PA-140 durante horários noturnos, pois, trata-se de uma rodovia movimentada que não possui acostamento adequado para os passantes e com vários pontos onde não há iluminação pública. Parte dos entrevistados levantaram certas situações que fundamentam o receio expresso pelas demais pessoas, a principal delas corresponde aos episódios de furto de residências no assentamento.

Quando meu marido *tava* trabalhando em Benevides, eu ia e vinha pra cá todo dia. Teve uma vez que eu vim pra cá só de manhã. Quando cheguei, tinham roubado tudo aqui de casa, roubaram minha televisão, o meu botijão, roubaram a minha bicicleta, um celular da minha mãe que *tava* aqui[...] tem um ano que aconteceu isso (MORADORA I, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022).

A sensação de insegurança é, sem dúvidas, um dos elementos que comprometem a inserção dos moradores da ocupação nos demais espaços da cidade, já que, de acordo com os entrevistados, acontecimentos parecidos com o citado pela Moradora I costumam ocorrer com certa frequência.

Em face disso, os deslocamentos para a cidade em busca de lazer noturno ou para participação em cerimônias religiosas, por exemplo, costumam ser evitados por algumas pessoas do assentamento. As pessoas que manifestaram maiores preocupações com os horários de saída e chegada foram aquelas cujas residências não possuíam estruturas¹⁶ suficientes para oferecer segurança a seus ocupantes, ficando extremamente expostas à ocorrência de furtos.

Todavia, ao compararmos as realidades descritas pelos moradores das duas ocupações pode-se inferir que, para os moradores da Sete de Setembro, o acesso ao centro da cidade acaba sendo mais facilitado que para os moradores do Barcelona. Isto pois, na rodovia que promove a interligação com o centro, PA-140, circulam ônibus e vans que fazem esse trajeto, o que não ocorre no Barcelona. O problema maior está sempre no caso daqueles moradores que possuem renda mais baixa e acabam não sendo assistidos pelos serviços disponíveis. Para esses sujeitos é negado o direito de livre acesso, ou melhor, são negadas as condições dignas de inclusão.

Portanto, a inserção precária desses assentamentos na cidade não decorre apenas de fatores isolados como: distância, ausência de meios de condução ou de limitações impostas pela habitação. Essas são frações aparentes, perceptíveis, das desigualdades socioespaciais, as quais criam e condicionam dificuldades/negações para o uso, consumo na e da cidade.

Para Rodrigues (2007, p.78) as desigualdades socioespaciais e as precariedades manifestadas nas formas de reprodução da vida urbana emergem enquanto “[...] produtos do modo de produção e ao mesmo tempo, condição de permanência nas mesmas condições precárias”, ou seja, são frutos da lógica capitalista de urbanização, que perpetuam e ampliam as diferenças sociais existentes.

Doravante, os entrevistados na Sete de Setembro foram questionados se os demais moradores da cidade expressam uma visão negativa (discriminadora) em relação às pessoas que residem na ocupação. A maioria deles afirmou sentir certa discriminação por parte dos moradores da cidade e, relataram que algumas pessoas ainda têm uma visão estereotipada sobre os moradores da ocupação, mas que isso não é generalizado. Como expressa a Moradora I “Sim, já ouvi até da minha família

¹⁶ Durante os trabalhos de campo observou-se que diversas casas ocupadas pelos entrevistados não possuíam portas ou janelas, em seus lugares eram usados tapumes improvisados ou cortinas. Portanto, o acesso ao interior das habitações é possível sem grandes esforços.

dizendo assim: ah, eu não sei como tu consegue viver lá. Dizem que é longe, que é perigoso, mas eu não acho” (MORADORA I, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022).

De outra maneira, as pessoas que afirmaram não perceber tal problema, dizem que parte dos moradores da cidade têm uma visão diferente e reconhecem as famílias da ocupação como parte da comunidade. Tais entrevistados disseram notar um sentimento de solidariedade dos moradores da cidade em relação à ocupação. Eles alegaram que, em determinados casos, chegaram a receber doações de cestas-básicas e outros itens, entregues por pessoas que conhecem a realidade socioeconômica da ocupação.

Com base no que foi discutido até aqui, entende-se que as duas ocupações estudadas se materializam como resposta aos problemas de acesso à habitação e à moradia dos grupos sociais precariamente incluídos. A produção desses espaços busca realizar o movimento contrário ao que ocorre no modelo capitalista de produção da cidade, pois parte da premissa de que o valor de uso deve sobrepujar o valor de troca. Ainda que ocorram relações de troca, sob a forma da comercialização de lotes de terra ou edificações, nessas ocupações, criam-se espaços habitáveis e acessíveis para aqueles que de outra forma seriam excluídos do mercado imobiliário ou não seriam atendidos pelas políticas habitacionais.

Neste processo, mesmo que o acesso à habitação seja viabilizado, as desigualdades socioespaciais e a precariedade do espaço continuam a existir. Frente a isso, são desenvolvidas práticas e estratégias sociais que visam minimizar ou subverter tais condições. As organizações coletivas desenvolvidas no âmbito desses espaços podem ser vistas como formas de resistência às desigualdades e de luta pela sua superação. Nesse caminho, o próximo tópico abordará as estratégias de sobrevivência dos grupos que produzem e dão vida às ocupações.

4.3 AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Conforme já mencionado neste trabalho, as ocupações precárias manifestam o caráter prático e simbólico da luta pela moradia em meio às desigualdades sociais, econômicas e espaciais perpetuadas pelo processo de produção e apropriação desigual da cidade. Esses espaços surgem como uma forma de ação coletiva que, mesmo em meio a precariedade, encontram alternativas para sua reprodução.

Nesses termos, a noção de inclusão precária ajuda-nos a entender algumas dinâmicas presentes nas ocupações. De acordo com Martins (1997), a sociedade capitalista tem como lógica intrínseca tudo desenraizar e a todos excluir, pois tudo deve ser submetido ao mercado. “A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (MARTINS,1997, p.32). Para o autor, o problema reside justamente nessa forma de inclusão.

Trata-se de uma inclusão precária, marginal e instável. Segundo a concepção de Martins, a sociedade moderna cria uma grande massa de população sobrando com poucas chances de ser incluída nos padrões atuais de desenvolvimento, “O tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação” (MARTINS, 1997, p. 32).

Entre o período de “exclusão” e a nova “inclusão”, ocorre uma certa degradação social, responsável pela criação de uma sociedade paralela que é inclusiva do ponto de vista econômico, mas excludente em termos sociais, morais e políticos. Assim, o período de transição entre as duas situações, que deveria ser temporário, transforma-se em um modo de vida.

Nesse sentido, o autor indica que a sociedade atual estaria se transformando em sociedade dupla. Existindo, assim, uma humanidade formada por integrados: ricos e pobres que, de algum modo, estão inseridos no circuito das atividades econômicas; possuem seus direitos reconhecidos e participação nos sistemas de relações sociais e políticas. De outro lado é criada uma sub-humanidade, fundada em insuficiências e privações que extrapolam a esfera econômica. Trata-se de “[...] uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, escusos” (MARTINS,1997, p. 35- 36).

Para o autor, a inclusão desses sujeitos ainda ocorre no plano econômico, mesmo que em moldes precários, entretanto, para essas pessoas é criado um mundo à parte. Entre esses dois mundos, dos "integrados" e o dos “precarosamente incluído”, forma-se uma ruptura difícil de transpor, pois estas realidades são separadas por categorias sociais rígidas que não fornecem opções de saída. Segundo Martins, o mundo dos “excluídos” ou dos “precarosamente incluído”, reproduz de modo improvisado aquilo que é característico do outro grupo. Tais aparências enganam,

porém, temporariamente; o que explica as revoltas, questionamentos e contestações populares em busca de inclusão.

Frente a estas fraturas sociais, emerge a construção de alternativas criadas pela própria população. Martins (1997, p. 37) aponta a existência do movimento de busca por uma alternativa includente, “[...] não uma alternativa que aprofunde o abismo com o existente, não a recusa das contradições da sociedade atual. Uma alternativa includente provoca a necessidade de resolver, de criticar, de recusar a exclusão desta nossa sociedade”. Isso envolve, acima de tudo, a recusa da sociedade dupla: uma sociedade relegada às obrigações de trabalho, desprovida de direitos; e uma outra sociedade que, a priori, possui tudo, mas não assume nenhuma responsabilidade pelo destino dos outros.

Para tanto, deve-se abandonar estereótipos que “[...] enganam e enganam as pessoas que queremos ajudar” (MARTINS, 1997, p.37), isto é, a exclusão. Urge a necessidade de mudança da sociedade, mediante a transformação das estruturas sociais arcaicas geradoras de contradições, remodelando-as de acordo com as necessidades reais da população e não em prol das aspirações do modo capitalista de produção.

No caso de Santo Antônio do Tauá, as ocupações são representativas desse processo de inclusão precária. Identifica-se nesses espaços, não somente as condições desiguais de reprodução da vida, mas a estruturação de uma organização social e espacial, que se caracteriza como uma estratégia de sobrevivência dos grupos sociais precariamente incluídos.

Assim, propõem-se um esforço de reconhecimento das estratégias de sobrevivência adotadas pelos indivíduos que produzem e habitam os espaços de moradia estudados na presente pesquisa. A discussão será norteadada por meio das atividades observadas em campo e das práticas cotidianas mencionadas pelos residentes durante as entrevistas, com o objetivo de esquematizar e examinar suas estratégias de enfrentamento das desigualdades socioespaciais.

A princípio, a produção das ocupações tem como foco principal a resolução de um problema: o acesso à habitação e a moradia. Este processo, no entanto, dar-se por meio de uma inserção precária na cidade. Não obstante, o contato com as realidades empíricas mostra que o posicionamento da população frente a precarização não é passivo. Pelo contrário. Criam-se formas de sobrevivência, muitas vezes penosas, mas que são alternativas viáveis para sua reprodução social; junto a

elas, emanam os enfrentamentos sociais; as lutas por direito à cidade; por justiça espacial, isto é, por tudo aquilo que representa a busca pela superação das problemáticas socioespaciais.

A atuação social desses sujeitos se desdobra tanto por meio de ações coletivas quanto individuais. Sendo assim, serão apresentadas algumas das práticas socioespaciais identificadas nas ocupações Barcelona e Sete de Setembro. Vale salientar que a exposição a seguir não pretende esgotar todas as alternativas construídas pelos moradores, mas objetiva mostrar a organização das ocupações para além da precariedade.

As **estratégias de ocupação e apropriação da terra urbana** representam o ponto de partida no processo de produção das ocupações precárias. Conforme já apresentado anteriormente, a estratégia se baseia na ocupação de propriedades ociosas, públicas ou privadas, as quais são destinadas à reprodução de espaços de moradia para os grupos sociais precariamente incluídos. Nos dois espaços de moradia estudados verificou-se diferentes formas de inserção dos moradores nesses espaços.

Em ambos os casos a doação de terrenos foi citada prática comum no início do processo de ocupação desses locais. Posteriormente, a comercialização de lotes de terra por valores "simbólicos" tornou-se torna predominante. Dos quatorze moradores entrevistados na Sete de Setembro, dois disseram que participaram da ocupação inicial; seis alegaram que o acesso aos terrenos se deu por meio de doações, realizadas pelo agente organizador da ocupação ou por pessoas que pretendiam deixar o local; os outros seis afirmaram ter comprado o terreno por valor "simbólico" ou por quantias muito baixas, o que possibilita o acesso para os mais pobres.

Processo semelhante foi identificado no Barcelona, porém, chama atenção a prática do fracionamento dos terrenos entre pessoas com o mesmo parentesco, sendo estes doados ou repassados por valores simbólicos. Uma das particularidades dessa ocupação, a qual tem viabilizado o fracionamento dos lotes, é a dimensão relativamente ampla dos terrenos. Parte dos casos em que os entrevistados disseram ter tido acesso ao terreno por meio de doação, referem-se a esse tipo de prática.

No tocante às habitações do MCMV, também foi possível identificar o processo de ocupação de parte das habitações produzidas pelo Estado no Barcelona, como destaca o Morador B:

Ali na quela casa [habitação do MCMV] era de cidadão que já tinha casa em outro bairro. Ele pegou [quando ele recebeu a casa] botou foi logo porta de madeira, ajeitou tudinho bacana, mas não veio morar! Não tinha precisão. Eu e o meu cunhado invadimos logo. Ainda disse assim pra ele: - pode morar, pega tuas coisas e põe aí dentro. Aqui aconteceu demais, muitas casas foram invadidas, porque quem tinha pego primeiro era gente que já tinha casa, não tinha nem precisão...esse pessoal não vinha porque era longe e tal. Então que precisava invadiu mesmo. Hoje em dia, alguns que estão dentro já tem um título provisório, mas ainda precisa regularizar o terreno, fazer a demarcação e tudo mais (MORADOR B, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022).

Segundo os entrevistados, parte das casas foram ocupadas por famílias que realmente necessitavam de abrigo. Nesse sentido, apesar de ser uma prática considerada irregular, foi a única opção encontrada para solucionar os problemas habitacionais de determinados indivíduos e fazer frente às irregularidades no processo de distribuição das unidades habitacionais, realizada pela prefeitura municipal.

Em paralelo às formas ocupação, identifica-se tipo de produção da moradia realizada nesses espaços mediante a **autoconstrução**. Esta é uma das práticas mais emblemáticas nas ocupações, configurando-se como uma das mais importantes estratégias de produção da habitação para os grupos sociais precariamente incluídos. Conforme aponta Maricato (1982) a autoconstrução representa a arquitetura possível para aqueles que não dispõem de condições econômicas para arcar com os altos custos da habitação no mercado formal. Ela abrange:

[...] o trabalho coletivo ou não, ou seja, chamamos de autoconstrução o processo de construção da casa (própria ou não) seja pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado (MARICATO, 1982, p. 73-74).

A autoconstrução representa a alternativa elaborada pelas comunidades pobres para produzirem suas próprias moradias, adaptando-se às suas necessidades e condições econômicas. Esta prática socioespacial é fruto de um processo coletivo de organização e mobilização que ocorre a partir da construção de redes de solidariedade entre os moradores e suas famílias e amigos. Inclui, em certos casos, a contratação de um profissional para a execução de determinado serviço.

Esta prática foi notada em ambas as ocupações estudadas, porém, mostrou-se ainda mais representativa na Sete de Setembro, dada a sua condição de produção mais recente que a Barcelona. Nesta primeira ocupação houve a ocorrência de mutirões e a participação do trabalho familiar foi fortemente citado pelos entrevistados.

Aqui foi o meu pai que começou, depois o meu irmão deu uma ajuda, o meu tio também. Aí eu vou construindo aos poucos (MORADORA J, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022).

Eu recebo bolsa família. Aí eu precisei fazer esse negócio desse empréstimo, porque aqui molhava tudo. Aí eu comprei essas tábuas e essas telhas, foi o que deu pra se organizar mais um pouco [...] as vezes a gente acha pequenininho pra tanta gente, mas tem que se organizar, devagar a gente dá um jeito (MORADORA N, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022).

Nos dois casos pode-se perceber que a construção de sua casa se deu a partir da autoconstrução, mediante a participação de membros da própria família. Na maioria dos casos, as limitações financeiras das famílias condicionam uma particularidade no processo de autoconstrução, qual seja a construção por etapas.

Maricato (1982) explica que a construção dessas residências pode se estender por vários anos. Para a classe trabalhadora que vive em áreas urbanas, esse processo pode absorver a maior parte de suas economias, o que muitas vezes resulta em um impacto negativo a outros aspectos de suas vidas. Isso ocorre em função dos baixos salários, insuficientes para suprir todas as suas necessidades de reprodução social.

O caso da Moradora N é representativo dessa condição. A moradora fala que precisou realizar empréstimo para conseguir comprar os materiais necessários à produção de sua casa, ou seja, o caráter de urgência por melhores condições de habitação levou ao endividamento da entrevistada. Ela afirma que, por diversas vezes, tentou ter acesso ao cheque-moradia, porém, nunca foi atendida pelo programa. Assim, a única opção viável foi o empréstimo.

Na ocupação Barcelona a prática da autoconstrução foi citada, porém, a contratação de trabalhadores informais para construção das casas é ainda mais relevante. Esses trabalhadores – pedreiros – são quase sempre vizinhos, cuja mão de obra barata possibilita o pagamento. Mesmo assim, a participação de algum membro da família na condição de auxiliar é quase um pré-requisito, algo comum para a redução dos gastos com a obra. A construção por etapas também se mostra como estratégia predominante.

Segundo Maricato (1982), a autoconstrução oportuniza um contato mais próximo entre o agente produtor (morador) e a habitação produzida. Assim possibilita-se uma visão integrada do processo produtivo, o que por sua vez leva a uma

experiência menos alienante com o produto, a habitação. Isso ocorre porque o morador acompanha, decide e executa cada mínimo detalhe da construção de sua casa, dentro das possibilidades financeiras ou colaborativas disponíveis.

No caso das habitações do PMCMV presentes no Barcelona, a realização de melhorias das casas – já que muitas delas foram entregues de forma inacabada – ou de sua ampliação, também foram resultantes da autoconstrução. Como a produção dessas unidades habitacionais é planejada e executada pelo Estado, o objetivo da autoconstrução, nessa situação, é adequar as habitações às necessidades reais de seus ocupantes.

Nesses espaços também são criadas verdadeiras **redes de cooperação** baseadas nas **relações de vizinhança**. Os entrevistados da Sete de Setembro também citaram a ocorrência de trocas ou doações de materiais – aterro; portas e janelas novas ou usadas; tábuas; tijolos etc. – a serem utilizados na construção ou manutenção de suas casas. Nesse caso, os moradores passam a tecer redes de cooperação enquanto tática de reprodução social, uma espécie de ajuda mútua, baseada no valor de uso. Essa é uma das práticas fundamentais para os moradores mais pobres da ocupação, pois ampliam as possibilidades de produção de suas residências, as quais seriam limitadas pelas vias de compra.

Essas práticas, apesar de não serem resolutivas de todos os problemas cotidianos, ajudam a promover melhorias das condições de moradia para aqueles que precisam de soluções imediatas. Nos trabalhos de campo foi possível até mesmo testemunhar tais práticas, uma vez que, durante a entrevista com uma moradora da Sete de Setembro pôde-se acompanhar a doação de portas usadas, realizada por uma moradora da Marambaia. No caso em questão, assim como em muitos outros, a segurança da habitação era prejudicada pela ausência de portas e janelas, dispondo apenas de tapumes encostados nas paredes, lonas ou cortinas improvisadas.

Na ocupação Barcelona foi possível identificar outros tipos de atuação fundada nas relações de vizinhança, onde alguns entrevistados relataram o compartilhamento de recursos materiais e de acompanhamento pessoal em relação a famílias que enfrentavam dificuldades em termos de provisão de alimentação, cuidados com saúde etc.

Um dos casos mais marcantes foi relatado pela moradora F. Segundo ela, nos últimos meses tem prestado ajuda a uma de suas vizinhas no tratamento de problemas de saúde. A vizinha em questão é portadora de uma doença psiquiátrica e

corre o risco de amputação de um dos membros inferiores devido a complicações da diabetes. Além de acompanhá-la em consultas médicas, a entrevistada assumiu a responsabilidade pelos cuidados diários e pela compra de parte dos remédios. Outros moradores da ocupação também têm se mobilizado para ajudar no tratamento da moradora, uma vez que ela vive apenas com seus dois filhos menores de idade e tem como única fonte de renda o benefício social que recebe.

Em outras palavras, os laços de solidariedade presente nos espaços de moradia são essenciais para a manutenção da vida, especialmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Um aspecto que parece ser importante para o aprofundamento das relações é a baixa densidade populacional da pequena cidade; as ocupações espelham essa mesma condição permitindo que a maior parte dos moradores se conheçam e participem do cotidiano uns dos outros.

No âmbito das soluções de caráter coletivo, as associações de moradores exercem papel de fundamental importância nas ocupações. Seu objetivo principal é defender os direitos e interesses dos moradores da comunidade, sendo relevantes instrumentos na luta por melhorias na infraestrutura, saneamento, segurança e outros aspectos fundamentais para a qualidade de vida dos moradores.

Na Sete de Setembro os entrevistados disseram haver uma associação de moradores atuante, composta por voluntários e pelo agente organização da ocupação, o qual ocupa a posição de presidência. Recentemente, a organização conseguiu articular o serviço de manutenção de algumas ruas da ocupação, junto à prefeitura municipal. No entanto, essa associação de moradores também enfrenta diversos desafios em seu trabalho, como a falta de recursos, a resistência por parte das autoridades públicas, bem como insatisfações dos moradores em relação à presidência da associação.

Segundo os moradores entrevistados, esse agente exerce significativo poder sobre a organização da comunidade, limitando a autonomia dos moradores na tomada de certas decisões. Um dos principais reflexos desse controle é a falta de documentos dos lotes ocupados, já que, sem a colaboração desse agente, os moradores ficam impossibilitados de regularizar suas propriedades.

No Barcelona, os entrevistados relataram a tentativa de fundação de uma associação, porém, os mesmos não obtiveram êxito. Já que a organização de associações comunitárias não faz parte do cotidiano dos moradores, a alternativa de reivindicação mais utilizada são os abaixo-assinados. Embora sejam uma forma válida

de reivindicação, muitas vezes esses dispositivos são considerados pouco eficazes e podem ser facilmente ignorados pelas autoridades.

Como resultado, os moradores do Barcelona muitas vezes se veem em uma posição de desvantagem em relação a outras comunidades que têm uma organização mais forte e uma voz mais unificada na luta por seus direitos e necessidade. Diante disso, a alternativa buscada por parte dos moradores é recorrer às redes sociais para fazer suas reivindicações. Essa prática tem como objetivo denunciar problemas e dar visibilidade às demandas dos moradores. Não obstante, as exposições nas redes sociais visam pressionar as autoridades de forma pública e mais ampla, criando um espaço de debate e mobilização em torno das questões enfrentadas pela comunidade.

Segundo os entrevistados, a atuação individual dos moradores é outra estratégia para lidar com as condições precárias do local e a falta de intervenção da prefeitura. Eles relataram a necessidade de realizar a manutenção dos espaços comuns, incluindo a limpeza das ruas e valas, para evitar que o ambiente se torne ainda mais precário. Nas palavras da Moradora A: “Desde o início já era assim desse jeito aí. É água invadindo, é esgoto todo feio, ninguém vem *alimpar*. Se você quiser alguma coisa, você mesmo tem que fazer ou pagar pra fazer. A prefeitura não dá assistência, tem que fazer por si próprio” (Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022). Esse mesmo tipo de organização foi observado na Sete de Setembro. Isto é, as comunidades passam a estabelecer formas autônomas de manutenção dos espaços comuns, para tentar superar os efeitos do descaso do poder público com as áreas de ocupação.

A cooperação, baseada em relações de vizinhança, parecem ser um dos elos que sustentam a possibilidade de sobrevivência dos mais pobres nesses espaços, pois, em meio às dificuldades, existe a possibilidade de estabelecer redes de solidariedade.

Conforme fora apresentado nesse capítulo, existe um número significativo de entrevistados oriundos de outras cidades vivendo nas ocupações estudadas. Na Sete de Setembro essa condição é ainda mais representativa, pelo menos sete moradores residiam em áreas periféricas das cidades de Belém, Ananindeua e Marituba, vivendo em casas alugadas ou de familiares; por conta das instabilidades do ponto de vista da habitação, associados a outros problemas de moradia, levaram tais pessoas a mudar de cidade.

As justificativas dadas pelos entrevistados acerca daquilo motivou seus deslocamentos foram, quase sempre, ligadas a impossibilidade de arcar com o custo da habitação naquelas cidades; assim como em virtude de conflitos vividos nos antigos locais de moradia, dentre outras questões já discutidas na seção anterior.

O que se observa é que os **deslocamentos dos moradores** de outras cidades para as ocupações estudadas também se apresentam com estratégias de sobrevivência em face dos mecanismos de expulsão. Isto pois, no caso dos entrevistados, a mudança de cidade e sua inserção nos assentamentos foram responsáveis por “solucionar” o principal problema apontado por eles: o acesso à habitação.

Embora a mudança para os assentamentos tenha resolvido o problema imediato de acesso à habitação, a luta continua, já que os processos que levam à expulsão não são resolvidos e são fundamentados na própria constituição da propriedade privada.

Volochko (2018) explica que a propriedade apresenta sentidos antagônicos, sendo um social e outro privado. No entanto, na prática, há uma hierarquização desses sentidos, e a função social não consegue se estabelecer como o sentido principal da propriedade. Em vez disso, ela permanece subordinada à função privada hegemônica, que se apresenta como fonte de extração de renda, de lucros, de valorização de áreas da cidade, acumulação de capital, em outras palavras, é a base das desigualdades e segregações socioespaciais.

Ainda assim, os grupos sociais que lutam por mudanças em seu cotidiano, mesmo nos limites do acesso à propriedade privada do solo, evidenciam conflitos socioespaciais urbanos que refletem disputas entre o sentido hegemônico da produção do espaço e os sentidos da vida urbana, do uso e da apropriação do espaço. Portanto, enquanto a condição de propriedade solo continuar a ser a realidade expressa no atual modo de produção do espaço, as ocupações urbanas representarão uma das principais formas de reivindicação da função social da propriedade e da cidade; o meio pelo qual, frequentemente, iniciam-se as lutas institucionais pelo acesso à moradia (VOLOCHKO, 2018).

É importante ressaltar que, no caso dos entrevistados, a escolha de residir necessariamente em Santo Antônio do Tauá se baseia nas relações sociais por eles estabelecidas. Nesse caso, os moradores afirmaram ter familiares ou “conhecidos” na cidade e, por meio deles, tomaram conhecimento da possibilidade de estabelecer

suas residências na cidade. Portanto, a dispersão de moradores do espaço metropolitano da Cidade-Região de Belém para as ocupações de Santo Antônio do Tauá, também é influenciada pelas redes de contato social estabelecidas pelos indivíduos. Desse modo, o compartilhamento de informações sobre as condições de acesso às ocupações desempenha um papel crucial nesse processo.

A exemplo disso, um dos moradores entrevistados na Sete de Setembro relatou que decidiu se mudar do distrito de Benguí, localizado em Belém, para a ocupação, pois as condições de moradia em seu antigo bairro eram precárias. Atualmente lhe permitiu a produção de uma casa própria com quintal e área para estabelecer um pequeno comércio. Segundo ele, tanto a casa quanto o pequeno ponto comercial foram produzidos através de um mutirão em que seus filhos ergueram as estruturas por meio da autoconstrução.

A criação de **pequenos comércios** de bairro aparece como uma das estratégias usadas pelos moradores para auferir renda, nos trabalhos de campo verificou-se o desenvolvimento de pequenos comércios, tanto nas ocupações Barcelona quanto na Sete de Setembro. Essa é uma alternativa de trabalho que surge a partir da não existência de estabelecimentos comerciais mais bem equipados nas ocupações. Essa lacuna acaba permitindo que os moradores da própria ocupação organizem pequenos comércios, em sua maioria, conjugados com os cômodos da própria casa.

As estruturas simples permitem a venda de alimentos e outros produtos que atendem as necessidades básicas e imediatas dos moradores. O tipo de relação mantida entre os comerciantes e os clientes é sempre de maior proximidade, o que permite a prática de vendas com pagamento a prazo, sem o uso de cartões de crédito ou de outro tipo de garantia.

A chamada "venda fiado" pautada em uma relação de confiança entre vendedor e cliente – que neste caso são vizinhos – congrega uma dupla estratégia: a do cliente que necessita comprar produtos para a sua subsistência, mas que não dispõe de meios financeiros para subsidiar a compra à vista. E a do comerciante, pois consegue "fidelizar" ou concentrar parte das compras de seus vizinhos nos comércios do bairro, já que grande parte dos comércios presentes no centro da cidade não realizam este tipo de venda. Evidentemente esta prática também recebe críticas dos próprios comerciantes, pois, em determinados casos, podem gerar prejuízos significativos.

De outro modo, foi possível notar que uma das maiores queixas dos moradores é que, residindo na cidade, a possibilidade de entrar no mercado de trabalho formal se torna mais difícil. Nesse caso, há claramente uma questão de escolha: opta-se por residir em Santo Antônio do Tauá pela possibilidade de habitação, mesmo sabendo-se das dificuldades em termos de trabalho. Exercer atividade remunerada em outras cidades nem sempre é uma opção para essas pessoas, pois o custo com o deslocamento é alto, impossibilitando o desenvolvimento de um movimento pendular, o qual comprometeria grande parte do salário.

O fato de morar aqui no Tauá às vezes dificulta as coisas, porque quase não tem coisa pra arrumar emprego pro povo. Aí, se a pessoa for arrumar um emprego de um salário mínimo em Belém, o dinheiro vai quase todo embora só de passagem. Muitos vão porque é necessário, mas é dificultoso (MORADORA A, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, dezembro de 2022).

Os entrevistados relataram que a situação de desemprego é elemento comum entre grande parte dos moradores das duas ocupações, para lidar com isso, a estratégia mais viável é o desenvolvimento do **trabalho informal**. As formas como essas relações de trabalho ocorrem são diversas, variando desde situações em que há vínculo empregatício, mas sem carteira assinada, até trabalhos autônomos ou aqueles sem qualquer estabilidade, conhecidos como "bicos".

Nas duas ocupações estudadas a principal forma de trabalho desenvolvida pelos entrevistados são os "bicos". Nesse caso, as relações desenvolvidas são sempre transitórias ou inconstantes. A Moradora E, entrevistada na Sete de Setembro, menciona tal condição: "A gente faz o que aparece, sabe?! As vez tem uma casa pra limpar ou um terreno pra capinar. As vez não tem nada. Aí a gente vai se virando com o que dá" (Moradora E, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022). No relato da moradora, assim como de outros entrevistados, é possível notar que o exercício desse tipo de trabalho é uma estratégia fortemente adotada por parte dos moradores em face à ausência de oportunidades de emprego formal.

Os moradores reconhecem que a falta de formação escolar ou técnica dificultam a entrada no mercado de trabalho. Em ambos os espaços, grande parte dos entrevistados possuem baixa escolaridade, apenas ensino fundamental, eles destacam que em seus casos a escassez de vagas de emprego formal é ainda maior.

Diante disso, pode-se notar que os moradores das ocupações criam alternativas de sobrevivência diante das injustiças socioespaciais, buscando formas de subverter a falta de oportunidades de emprego na cidade.

Por outro lado, essa forma de trabalho não oferece garantias trabalhistas, como salário mínimo, férias remuneradas e benefícios de saúde. Isso significa que os trabalhadores informais estão expostos a condições precárias de trabalho e falta de proteção social.

Assim, deve-se mencionar que os entrevistados reconhecem que, por mais que o trabalho informal seja uma alternativa, ele implica em desgastes do ponto de vista social e geram desordens financeiras para as famílias, devido à falta de estabilidade e previsibilidade de renda. Durante as entrevistas, ficou evidente a insatisfação de algumas dessas pessoas em relação às opções de inserção econômica disponíveis para elas.

Na maioria dos casos, as opções encontradas referem-se a trabalhos mal pagos, combinados à autoexploração dos indivíduos que os exercem. Martins (1997, p. 35-36) explica que estas práticas caracterizam o quadro inclusão precária, a qual ocorre através do “[...]trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, escusos etc.”

Em determinados casos, os moradores recorrem a até mesmo a ilegalidade para ter acesso a serviços básicos, pois não possuem condições financeiras para arcar com tais despesas, como alega um dos moradores da ocupação Barcelona:

Eu não posso trabalhar por causa do meu problema na coluna. Também não tenho benefício, então a gente vive do que minha esposa recebe [auxílio emergencial]. Aí tem minha mãe que dá uma assistência financeira, pra gente não ficar sem. Aqui energia não tem, é gato. Tem cinco anos que eu não pago energia. A água também é gato. Nem receber eu recebo, como é que eu vou pagar? (MORADOR B, Informação verbal obtida através de entrevistas em Santo Antônio do Tauá, novembro de 2022).

As condições financeiras instáveis implicam em uma série de inseguranças quanto à capacidade de arcar com os custos básicos do cotidiano, por exemplo: alimentação, energia elétrica, educação, medicamentos entre outros. Nesse sentido, uma das estratégias usadas pelos moradores é a de buscar atendimento nos serviços públicos ofertados na cidade. Todos os entrevistados envolvidos na pesquisa afirmaram que utilizam exclusivamente os serviços de saúde e educação pública. Para

alguns, esta é a única opção possível de acesso a tais serviços, para outros, representa uma estratégia de contenção dos gastos da família. De todo modo, os serviços públicos tornam-se indispensáveis para a manutenção das condições de reprodução social dessas pessoas.

As práticas discutidas na pesquisa mostram que, assim como aponta Martins (1997), por meio das cotidianidades é possível identificar a construção de alternativas de inserção pelos próprios sujeitos atingidos pelas desigualdades socioespaciais. A busca por inserção econômica, acesso a serviços básicos e ocupação de espaços públicos são estratégias de resistência e de luta por autonomia em um ambiente em que seus direitos são negados.

É contra esse processo que trabalhadores consideram fundamental se organizar na luta pelo Direito à Cidade. As mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar a desigualdade espacial, tornando-as possibilidade de mudança com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida (RODRIGUES, 2007, p. 78).

O processo de urbanização capitalista produz cidades que polarizam e direcionam a distribuição de riqueza e poder, gerando desigualdades, diferenciação e segregação. E nesse sentido, as lutas dos movimentos sociais urbanos, assim como dos grupos sociais precariamente incluídos, buscam a transformação dessa condição; melhores condições de vida para aqueles que vivem na cidade em meio às formas de inclusão precária.

Nesse sentido, é importante reconhecer que as alternativas adotadas pelos moradores são respostas às condições adversas em que se encontram. Isto é, as estratégias de sobrevivência representam o ponto de partida em busca do direito à cidade, pois, ao serem executadas trazem à superfície a insustentabilidade do processo de produção e apropriação desigual da cidade e, a necessidade de transformação da sociedade.

O direito à cidade enquanto proposta de transformação profunda da sociedade e da cidade, vai além das melhorias das condições urbanas. Para Lefebvre ele é um projeto utópico que busca superar as contradições do capitalismo e da sociedade do consumo, através da construção de uma nova sociedade. Essa luta pelo direito à cidade não se configura como um simples direito ao conjunto de bens e serviços presentes na cidade, mas sim como uma luta pelo espaço, pela apropriação da cidade para o uso.

A proposta de Lefebvre aponta para a necessidade de questionar a realidade desigual e contraditória da sociedade e pensar em uma nova realidade, que não admite o capitalismo como lógica que rege a sociedade. Isso implica em pensar o possível-impossível, a utopia, e buscar construir um projeto de mudança radical da sociedade neoliberal, que não se encerra em um projeto realizável por dentro do Estado.

O direito à cidade, segundo Verdi e Nogueira, é um direito que abrange os demais direitos, individuais e coletivos, e se manifesta como a forma superior de tais direitos. Ele só pode ser realizado a partir da transformação completa da produção social da cidade, ou seja, da sociedade como um todo.

Assim, o conceito de direito à cidade de Lefebvre (2015) possui um caráter transformador e revolucionário, que vai além da melhoria das condições urbanas e busca construir uma nova sociedade, livre das contradições do capitalismo e da sociedade do consumo. Ele é uma proposta utópica que exige a luta pela superação das contradições do sistema e pela transformação completa da produção social da cidade e da sociedade.

Dessa maneira, é possível indicar que as práticas socioespaciais reconhecidas nas ocupações caminham em direção a este processo de mudança, principalmente no que se refere ao reconhecimento das injustiças socioespaciais e a contestação dessas condições. Todavia, os meios de inserção e as pautas levantadas no cotidiano dessas comunidades trazem como urgência a luta pela justiça espacial.

A luta por justiça espacial inclui a minimização das desigualdades socioespaciais e a apropriação das riquezas socialmente produzidas. Assim, a justiça espacial tem como base a busca por melhores condições de vida para a população urbana. Essa é uma das formas viáveis de luta para aqueles que precisam de soluções imediatas, ou seja, se estes não podem transformar em uma realidade outra aquilo que está posto no presente, que sejam travadas batalhas pela superação das injustiças que vivenciam. O ato de ocupar, de reivindicar e questionar a lógica mercadológica de acesso à moradia já é, por si só, o fio condutor para a mudança qualitativa do quadro atual e superação das injustiças espaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da moradia é um dos principais problemas enfrentados pelas populações urbanas da Amazônia, especialmente para aqueles em que a condição de baixa renda permite apenas o acesso às condições básicas de sobrevivência. Para Oliveira e Costa (2007), a precariedade das condições de moradia nas cidades não são apenas a manifestação das desigualdades sociais que se traduzem em desigualdades socioespaciais, devido à falta de serviços básicos e de direitos humanos, mas também se caracteriza como reflexo de uma sociedade urbana onde as desigualdades não apenas são toleradas, como proliferam-se.

Nesse sentido, as ocupações precárias se apresentam enquanto espaços de moradia socialmente produzidos, mediante a atuação dos grupos sociais que não tiveram acesso aos mecanismos formais de habitação e moradia nas cidades. Portanto, a reprodução desses assentamentos traz consigo os reflexos da produção desigual do espaço urbano – onde o ato de habitar passa a ser mediado por relações mercadológica – e, ao mesmo tempo, expressa-se enquanto estratégia socioespacial de sobrevivência dos grupos sociais atingidos por essas desigualdades e (in)justiças espaciais.

Em Santo Antônio do Tauá as ocupações possuem grande expressividade, representando parte significativa dos espaços produzidos na cidade nas últimas décadas. Dentre os espaços de moradia que compõem o tecido urbano, pelo menos oito se caracterizam como ocupações ou loteamentos precários, ou seja, grande parte da produção da moradia na cidade está associada às demandas de grupos sociais. Todavia, ao investigar-se os fatores que impulsionam a reprodução desses espaços, verificou-se que esse movimento resulta da imbricação de processos internos ao próprio município e a elementos ligados à dinâmicas metropolitanas, as quais se interligam a partir de uma mesma questão fundamental: a luta por acesso à habitação e moradia.

Por se tratar de uma pequena cidade, Santo Antônio do Tauá recebe influências de diferentes escalas, desde as locais até as mais abrangentes, ligadas a rede urbana regional, por exemplo. Conforme discutido ao longo do trabalho, sua condição de pequena cidade faz com que esse centro desenvolva forte relação de dependência com outros centros urbanos de maior hierarquia, para assim suprir as demandas não atendidas no âmbito da cidade.

Logo, para o desenvolvimento do estudo sobre o espaço urbano dessa pequena cidade, torna-se indispensável considerá-la no contexto regional. Assim, neste trabalho, optou-se por analisar a inserção regional de Santo Antônio do Tauá a partir do recorte da Cidade-Região de Belém (RIBEIRO, 2021), haja vista que essa abordagem privilegia o caráter relacional do espaço. Nesse caso, as interações espaciais são os fatores usados para definir a natureza da cidade-região, assim como o reconhecimento de sua abrangência (RIBEIRO, 2017).

Nesse sentido, os dados apresentados na pesquisa mostram que Santo Antônio do Tauá possui significativa relação com a capital da cidade-região. Os fluxos de deslocamentos por motivo de trabalho e estudo, examinados por Ribeiro (2021), demonstram a relevante intensidade das interações desenvolvidas entre tais espaços, as quais justificam a participação da cidade estudada no entorno metropolitano da Cidade-Região de Belém.

Para além das relações mantidas por meio dos deslocamentos temporários por motivo de trabalho e estudo, também são notados outros tipos de articulação entre esses espaços. Deste modo, entende-se que a inserção regional de Santo Antônio do Tauá tem se dado a partir de diferentes prismas:

- a) Através das relações de dependência entre esta pequena cidade e os centros urbanos maiores, dentre eles, a própria capital e outras cidades do entorno metropolitano, as quais ocorrem em virtude da busca por comércios e serviços não encontrados em Santo Antônio do Tauá. Dada as dimensões de seus papéis urbanos, a cidade acaba não possuindo condições de suprir com demandas locais mais complexas ou de maior especificidade. Esse movimento também foi apontado pelos moradores entrevistados nas ocupações, que apontaram a necessidade de deslocarem-se para Belém ou Castanhal em busca de serviços e comércios não encontrados na cidade.
- b) Por meio da dispersão dos modos de consumo e da inserção de agentes metropolitanos nessa pequena cidade. Diante disso, observa-se um relativo processo de modernização do espaço urbano de Santo Antônio do Tauá promovido pela inserção de serviços como internet de fibra óptica na cidade e na zona rural; ampliação da superfície comercial a partir da instalação de comércios de atuação regional. Além disso, também se observou implementação de serviços educacionais de nível superior na cidade, seja através do setor público, com a oferta de cursos por meio do Forma Pará ou por meio do setor

privado. Nesse último caso, identifica-se a inserção de pelo menos dois grandes agentes na criação de polos de educação a distância na sede municipal: a Universidade da Amazônia – UNAMA e a Cruzeiro do Sul Educacional.

- c) O mesmo ocorre com relação às formas de habitar e aos tipos de assentamento produzidos em Santo Antônio do Tauá. Mediante a realização dos trabalhos de campo evidenciou-se a articulação entre as dinâmicas metropolitanas e a organização do tecido urbano desta cidade a partir de dois aspectos: o primeiro se refere a recente inserção do capital imobiliário privado na cidade, atuando na produção de residenciais privados, cuja comercialização se dá mediante o sistema de financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida. Nessa condição, foram identificados primeiramente dois residenciais, Laranjeiras I e Laranjeiras II. Entretanto, durante a etapa final da pesquisa acompanhou-se a produção de um novo empreendimento, ainda mais expressivo que os anteriores, o Residencial Ecopark. Assim, a realidade analisada aponta para um movimento de intensificação da oferta de habitações para a população de baixa renda a partir da incorporação dessa cidade nas mesmas lógicas de produção manifestas no espaço metropolitano, isto é, por meio da atuação do capital imobiliário privado associado aos subsídios do Estado.
- d) O segundo aspecto está atrelado às dinâmicas de produção das ocupações na cidade. Na perspectiva de Ribeiro (2021), entre as diferentes interações que justificam o caráter relacional da cidade-região está o processo de ampliação da escala da dispersão e da configuração de novas periferias, as quais extrapolam o recorte do espaço metropolitano e alcançam o seu entorno imediato. Ao considerarmos a realidade analisada nas duas ocupações, Sete de Setembro e Barcelona, fica claro que a produção e a apropriação desses espaços não estão alheias às dinâmicas de dispersão dos grupos sociais de baixa renda para assentamentos distantes. Dito isso, vale lembrar que por meio das entrevistas verificou-se a presença de sujeitos imersos nessa condição em ambas as ocupações. Esses entrevistados sinalizaram a ocorrência de processos de expulsão de seus antigos locais de moradia, seja pela impossibilidade de pagar pela habitação nos centros maiores, seja por outros fatores mais específicos ou pessoais. Junto a isso, apontaram o deslocamento para as ocupações de Santo Antônio do Tauá como uma oportunidade de acesso à habitação e moradia. Nesse quesito, a ocupação Sete de Setembro teve maior destaque, expressando

maior quantitativo de moradores oriundos de outros centros urbanos. Isso se deve ao fato de a ocupação ser mais recente e ter uma localização mais atrativa para esses sujeitos, às margens da PA-140. A facilidade de aquisição dos lotes de terra por meio de doações ou a compra por preços baixos são fatores que intensificam esse processo.

Nesses termos, é possível assinalar que a condição de pequena cidade inserida em um espaço urbano complexo tem um impacto significativo na dinâmica de produção das ocupações precárias em Santo Antônio do Tauá. Para além de expressarem elementos intrínsecos ao próprio município, ou seja, os conteúdos sociais e as demandas internas por habitação, as ocupações também expressam a inserção regional da cidade que, em relação às ocupações, é marcada pela dispersão das camadas populares do espaço metropolitano e de centro que compõem o entorno metropolitano para a cidade em questão.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter intraurbano e que tem como foco o estudo de caso, esse trabalho não buscou verificar o caráter quantitativo dos fluxos de pessoas entre os centros que compõem a cidade-região de Belém e Santo Antônio do Tauá ou o percentual de moradores que deixaram esses núcleos urbanos para residir na cidade estudada. O que se almejou no âmbito dessa pesquisa foi a busca pelo entendimento das dinâmicas que influenciam a produção das ocupações na cidade a partir de um viés qualitativo, isto é, por meio da análise dos conteúdos empíricos coletados a partir do contato direto com os grupos que atuam na produção das ocupações, para assim examinar os fatores que levam a esse movimento de dispersão dessas pessoas para a cidade.

Para os grupos de menor poder aquisitivo a questão da moradia se manifesta em um contexto de acesso limitado à terra e à habitação via mercado formal. Ainda que as novas formas de habitar na cidade, produzidas pelo capital imobiliário privado, contem com a disponibilidade de uma série de facilidades de acesso por meio dos financiamentos, às exigências e condições impostas para a aquisição desses não são compatíveis com a realidade socioeconômica dos entrevistados nas ocupações.

Portanto, não resolvem o problema de acesso à moradia dos grupos estudados nessa pesquisa. A exemplo disso, notou-se o processo ocupação de uma nova área de assentamento no setor sul da cidade, às margens da Avenida Senador Lemos, ou seja, o indicativo de que as ocupações ainda são um dos principais meios

de acesso à terra e a habitação para importante parcela dos grupos sociais presentes na cidade.

No que concerne a caracterização dessas ocupações e as condições de vida dos grupos que nelas habitam, foi possível identificar certas semelhanças entre as duas ocupações estudadas. Uma das principais é o perfil socioeconômico dos entrevistados, em que se observa a predominância de baixa escolaridade e instabilidade nos vínculos de trabalho, condições essas que se somam à situação de baixa renda entre os moradores. Em síntese, o quadro socioeconômico encontrado nas ocupações estudadas exprime os reflexos das desigualdades socioespaciais manifestadas no cotidiano dos cidadãos. Elas são ainda mais representativas nesses espaços de moradia, pois neles se aglutinam uma camada social com condições semelhantes de reprodução social.

Outro fator de proximidade entre as duas ocupações estudadas, é a precarização da moradia, expressa pelas condições físicas das habitações, como também pela falta de infraestruturas adequadas à moradia e ao bem-estar dos moradores. A respeito dos principais problemas das ocupações, foram relatados diversos fatores que influenciam o cotidiano dos moradores. Entre os mais citados estão as condições das ruas dos assentamentos, as quais têm dificultado o deslocamento dos residentes e, por consequência, o acesso aos serviços disponíveis na cidade à parte significativa dos moradores. Junto a isso, soma-se às problemáticas relativas ao saneamento básico e à iluminação pública.

No caso da Sete de Setembro, deve-se destacar que o principal problema citado pelos moradores foi o abastecimento de água, pois a ocupação não é atendida pelo sistema autônomo de abastecimento de água da cidade. Nessa mesma ocupação a falta de regulamentação da posse da terra corrobora com aprofundamento das inseguranças quanto ao local de moradia. A mesma situação é experienciada por parte dos moradores do Barcelona. Tais condições nos permitem perceber a contraditória presença/ausência do Estado capitalista sobre o espaço urbano, cujas ações, por vezes, acabam reafirmando as desigualdades e aprofundando a precarização dos espaços de ocupação.

Deve-se destacar que os aspectos da precariedade da moradia nas ocupações basearam-se não apenas por meio da observação do pesquisador, mas da própria percepção dos entrevistados os quais reconheceram em suas falas os problemas e limitações que afetam seu cotidiano nesses espaços. Assim, por meio

dos trabalhos de campo e entrevistas foi possível identificar o modo como se dá a inserção dessas ocupações na cidade, as quais revelam sensíveis diferenças. Na ocupação Barcelona foram apontados indicadores de uma inserção precária desse espaço em relação ao restante do tecido urbano de Santo Antônio do Tauá.

Como já citado, as próprias estruturas urbanas limitadas do assentamento infringem barreiras para o acesso dos moradores à cidade, geram transtornos diários e dificultam o processo de vivência das experiências que podem ser proporcionadas na cidade, como o lazer. Entretanto os deslocamentos por motivo de trabalho, estudo e em busca de serviços também são afetados, dada a distância da ocupação em relação ao centro da cidade e a ausência de transporte coletivos que realizassem o traslado com valores acessíveis ao público que reside nesses espaços.

Além disso, os moradores assinalaram a percepção de que o Barcelona é um local de moradia estigmatizado perante a visão dos moradores do restante da cidade, a qual está atrelada à criminalidade. Porém, para os entrevistados, a imagem construída sobre o bairro extrapola o que de fato é vivenciado no presente. Deste modo, os residentes do Barcelona carregam o peso dessa percepção negativa, pois muitos moradores da cidade julgam o local como muito perigoso e, por vezes, evitam se dirigir para este espaço.

Em relação a Sete de Setembro também foi identificada a inserção precária da ocupação na cidade. Para além de estar disperso da malha urbana principal, o que implica em uma maior distância em relação ao centro da cidade, o estado de conservação das ruas do assentamento dificulta os deslocamentos diários, especialmente para aqueles moradores que não dispõem de meios de condução particular. Um diferencial em relação ao Barcelona é que, no caso da Sete de Setembro, a conexão com a cidade é feita através da PA-140 por onde circulam os transportes rodoviários e alternativos intermunicipais, ou seja, há uma maior disponibilidade de meios de condução. Entretanto, os próprios moradores alegam que o custo com o transporte acaba sendo muito oneroso para quem precisa se deslocar diariamente.

De modo semelhante ao que ocorre na ocupação Barcelona, parte dos moradores da Sete de Setembro também explicitam certos estigmas ligados ao local de moradia. Segundo eles, fora criando um estereótipo relativo à condição de ocupação, localmente taxada de “invasão”, termo que, por si só, expressa uma percepção negativa acerca das formas de apropriação do espaço ali desenvolvidas.

Ambas as ocupações desempenham importante papel enquanto espaço de moradia para os grupos sociais de baixa renda da cidade, assim como para egressos de outros centros urbanos que buscam oportunidades de acesso à habitação e a possibilidade de estabelecerem vínculos mais duradouros em determinado local de moradia. Nesse sentido, a ocupação Barcelona, mais antiga, expressa um menor número de moradores oriundo do espaço metropolitano e, com base nos relatos dos entrevistados.

Já a ocupação Sete de Setembro apresenta maior contingente de moradores de outros municípios que compõem o espaço metropolitano da cidade-região. Ademais, esta ocupação ainda se encontra em processo de produção e sua localização, no eixo da PA-140, parece ser um fator de atratividade para novos moradores. A investigação sobre as motivações que levam a esse processo de dispersão dos moradores para espaços distantes da cidade-região, no caso dos entrevistados, apontam para o processo de expulsão dos sujeitos de seus antigos locais de moradia, seja pela impossibilidade de pagar pela habitação nessas cidades, seja pelas implicações geradas por situações conflito ou insegurança nos espaços de moradia anteriores.

Nesse sentido, as duas ocupações apresentam uma relação de possibilidade/negação no que concerne à garantia do direito à cidade. A possibilidade está no sentido de que as práticas de apropriação do espaço, por meio da ocupação, fazem o caminho contrário à lógica do mercado e prezam pelo direito ao uso coletivo da cidade, pelo direito de morar e de apropriar-se do processo de produção da cidade. No entanto, a forma como esse processo tem se dado é permeado de dificuldade, árduos esforços e desafios de superação da condição de precariedade. As barreiras que se erguem frente a reprodução desses espaços, todavia, evidenciam a dimensão da negação do direito à cidade, uma vez que a própria precarização da inserção desses assentamentos no conjunto urbano e estigmatização de seus moradores atuam no sentido do acirramento das desigualdades e das (in)justiças espaciais.

Na perspectiva dos entrevistados, o elemento tomado como primordial para qualificar a atual condição de moradia foi a conquista da casa própria, assim, mesmo reconhecendo os diversos problemas existentes na ocupação, os moradores relatam que a moradia no local é boa, pois foi neste espaço que eles conseguiram produzir suas casas. Ou seja, a possibilidade de acesso à habitação e a moradia se manifestam enquanto fatores cruciais na produção das ocupações, a inserção dos

diferentes sujeitos nesses espaços, sejam eles dessa ou de outras cidades, está diretamente relacionada à necessidade de ter onde morar. Isso se torna ainda mais claro quando os moradores afirmam que, mesmo que na cidade as oportunidades de emprego sejam escassas, eles preferem permanecer nesses assentamentos, pois neles é possível morar e estabelecer práticas que permitam a sua reprodução social.

A pesquisa buscou ir além da constatação da precarização da moradia, alcançando a dimensão das estratégias de sobrevivência dos grupos sociais como forma de enfrentamento das injustiças socioespaciais. A empiria mostra que o posicionamento dos moradores em face a precarização não se dá de modo passivo. Em resposta a essas problemáticas são criadas formas de sobrevivência, por vezes desgastantes, mas que são o caminho possível para a manutenção da vida.

Assim, identificou-se algumas das alternativas construída pelos moradores das ocupações, às quais se desdobram-se tanto por meio de ações coletivas quanto individuais, são elas: as estratégias de **ocupação e apropriação da terra urbana**, expressa a partir do processo de ocupação; a **autoconstrução** enquanto estratégia de construção de habitação e dos espaços coletivos, a qual ocorre através da atuação dos próprios moradores no processo produtivo; as **redes de cooperação** baseadas nas **relações de vizinhança**, permitindo o desenvolvimento de práticas coletivas, trocas e ações solidárias nas comunidades; os **deslocamentos dos moradores** para assentamentos distantes como alternativa de acesso à habitação e moradia, nesse caso, as ocupações estudadas se apresentam como espaço possível para a inserção desses sujeitos; na dimensão do trabalho observa-se a **criação de pequenos comércios** e o desenvolvimento do **trabalho informal** como forma de inserção econômica.

Nesse último caso, o desenvolvimento dos “bicos” é a prática mais representativa, uma estratégia fortemente adotada pelos moradores frente à ausência de oportunidades de emprego formal. Além disso, a cooperação, baseada em relações de vizinhança, se apresenta como um dos elos que sustentam a possibilidade de sobrevivência dos mais pobres nesses espaços, pois, em meio às dificuldades, existe a possibilidade de estabelecer redes de solidariedade entre os moradores.

É evidente que as condições adversas enfrentadas pelos moradores exigem que eles desenvolvam estratégias que possibilitem, o sustento da família, a inserção econômica, o acesso aos serviços, a melhora dos espaços de moradia a partir de

organizações autônomas nas ocupações, enfim, tudo aquilo que represente sua reprodução social e sobrevivência. Estas estratégias, por sua vez, denunciam a desigualdade na produção e apropriação da cidade.

A inconformidade dos moradores ante a condição de inserção precária manifesta a insustentabilidade dos moldes em que está sendo constituída a vida urbana. Por meio disso, são galgados alguns passos na direção daquilo que representa a luta pelo direito à cidade. Esse, por sua vez, é um projeto utópico que visa superar as contradições do capitalismo e da sociedade do consumo, propondo a construção de uma nova sociedade em que o uso do espaço seja apropriado pelos moradores, isto é, em que as riquezas socialmente produzidas também sejam igualmente apropriadas. Na abordagem Lefebvre, o direito à cidade constitui-se, portanto, como o direito que se sobrepõe a todos os outros e propõe uma mudança radical da sociedade.

Nesse contexto, os grupos sociais que lutam por mudanças em seu cotidiano, mesmo nos limites do acesso à propriedade privada do solo, evidenciam conflitos socioespaciais urbanos que refletem as disputas entre o sentido hegemônico da produção do espaço e os sentidos da vida urbana, do uso e da apropriação do espaço. Destarte, as ocupações urbanas são uma forma de resistência ao atual modo de produção do espaço e, enquanto a propriedade do solo continuar a ser a realidade, elas serão um meio para reivindicar a função social da propriedade e da cidade, bem como o início de lutas institucionais pelo direito à moradia (VOLOCHKO, 2018).

Logo, a luta pelo direito à cidade não se configura como um simples direito ao conjunto de bens e serviços presentes na cidade, mas sim como uma luta pelo espaço, pela apropriação da cidade para o uso. Portanto, junto às formas de inclusão precária e as estratégias de sobrevivência, emanam os enfrentamentos sociais, as lutas por direito à cidade, por justiça espacial, isto é, por tudo aquilo que representa a busca pela superação das problemáticas socioespaciais. Nesse sentido, apontam para a necessidade de transformação da sociedade.

Os desafios e lutas enfrentadas diariamente por estes sujeitos apontam para um movimento de resistência, assim como de busca por direitos individuais e coletivos. A realidade estudada, bem como tantas outras, encontra-se muito distante daquela que contemplaria o direito à cidade em sua totalidade, isto é, o direito à vida urbana em suas múltiplas dimensões, porém, as práticas desenvolvidas por aqueles

que produzem estes espaços moradia caminham no sentido da busca por justiça espacial, pela superação das injustiças e das desigualdades.

Assim, conclui-se que as práticas cotidianas evidenciadas nas ocupações caminham no sentido da busca por uma cidade mais justa e igualitária, onde todos tenham acesso a serviços básicos, espaços públicos, transporte e habitação adequados. Desse modo, enquanto a negação do direito à cidade é mantida, as lutas sociais apontam para a urgência da busca por justiça espacial, a qual implica na necessidade de se repensar as estruturas urbanas existentes, com o objetivo de garantir a inclusão social e o bem-estar daqueles que vivem na cidade. Para os grupos sociais que enfrentam diariamente imposições das desigualdades socioespaciais, a reivindicação por justiça espacial é uma forma de resistência e de luta pela conquista de direitos individuais e coletivos.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A. O direito à cidade e a luta pelo devir. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, 2016. **Anais**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/GloriaAlves.pdf>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2021.

_____. Privação, justiça espacial e direito à cidade. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. de. (Org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017, p.167-178.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 484 de 28 de Setembro de 2009**: Define as condições necessárias à implementação do Programa Minha Casa Minha Vida para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. Brasília/DF, 2009.

_____. **Portaria Conjunta nº 472 de 18 de Novembro de 2009**: Define as condições específicas à oferta de recursos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para municípios com população limitada a cinquenta mil habitantes. Brasília/DF, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Mapeamento_Ass_Precarios.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

BRIOSO, E. **História de Santo Antônio do Tauá**. Santo Antônio do Tauá – PA: sem editora, 1976.

BENACH, N. Da justiça social à justiça espacial. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. de (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

BERNARDELLI, M. L. F. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva- SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 348f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Campus de Presidente Prudente, 2004.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografía**. Barcelona, Vol. VII nº1-2, p.19-56, 1974.

CARDOSO, A. L. Assentamentos Precários no Brasil: Discutindo Conceitos. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (editores). **Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários**: Estudo de Caso Brasileiro. Brasília: IPEA, 2016.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A virada espacial. **Mercator, (Fortaleza)**, v. 14, n. 4, 2015, pp.7-16.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARMO, S. A. **Santo Antônio do Tauá (PA): uma cartografia da expansão urbana**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Geoprocessamento) – Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento, Universidade Federal do Pará (FTG/UFPA), Ananindeua, 2020.

CHAVEIRO, E. F.; ANJOS, A. F. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. **Boletim goiano de Geografia**, v. 27, n. 2, p. 181-197, 2007.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017.

CRUZ, S. K. M. **Desigualdade socioespacial e produção da moradia: uma análise a partir do programa minha casa minha vida na cidade de Castanhal, Pará**. 139p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA), Belém, 2019.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 505p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Campus de Presidente Prudente. 2006.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, pp. 75-81, 2010

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **IBGE Cidades [online]**. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/santo-antonio-do-taua.html>>. Acesso: 20 de agosto de 2021.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio. Martins Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrópole**, n. 21, 2009.

_____. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2a ed. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982.

MARQUES, E. (Coord.); GOMES, S.; GONÇALVES R.; MOYA, D. T. E.; CAZZOLATO, D.; FERREIRA, M. P. **Assentamentos precários no Brasil Urbano**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/mc/assets/pdfs/assentamentos_web.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2021

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MELO, N. A. de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão, GO: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008. 527 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia (IG/UFU), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

MONTEIRO, A. R. VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, 2017.

OLIVEIRA, J. A.; COSTA, D. P. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 11, p. 29, 2007.

PALHETA, I. G. V. **Uso da terra em Tauá-Vigia, Estado do Pará**. São Paulo: IGEOC/USP, 1980, v.1.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região bragantina do Estado do Pará** – 2º volume. Belém: UFPA, 1967.

PINHEIRO, A. C. L.; PONTE, J. P. X.; VALENTE, A. M.; LIMA, A. M.; PINHEIRO, P. Q. F. Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (Orgs.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016.

PINTO. **Conflitos ambientais em santo Antônio do Tauá (PA):** considerações a partir do direito ambiental. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito ambiental) – Departamento de Economia Rural e Extensão, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, W. O. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará:** particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal. 356p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Campus de Presidente Prudente. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150578>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

_____. Belém: urbanização regional policêntrica e cidade-região. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 22, n. 80, pp. 97-118, abr. 2021.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito a cidade. **Cidades**. Presidente Prudente, GEU, v.4, n. 6, pp. 73-78, 2007.

ROLNIK, R. Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes. [Entrevista]. **e-metropolis. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 2, n. 5, p. online, 2011. Disponível em: [//www.emetropolis.net/pt/edicoes-anteriores/11/86-pagina-inicial](http://www.emetropolis.net/pt/edicoes-anteriores/11/86-pagina-inicial). Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

SALVADOR, D. S. C. O.A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**. Natal, v. 24, n. 1, pp. 97-114, jan./jun., 2012.

SAMPAIO, R. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização:** apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana. 148p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, M. As cidades locais no Terceiro mundo: o caso da América Latina. In: SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: Petrópolis: Vozes, 1979. P. 69-75.

_____. **Por uma geografia nova**: Da Crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo: Edusp. 2004.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, n. 19, pp. 11-39, jan./abr., 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHOR, T. As cidades invisíveis da Amazônia brasileira. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 28, p. 67-84, 2013.

SINGER, P. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2. ed., 1982, pp. 117-154.

SOARES, B. R. Pequenas e Médias Cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 461-494.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: editora Unesp, 2004.

SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. **Cidades Pequenas**: Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco editorial, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009.

TRINDADE, J. R. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

VERDI, E. F; NOGUEIRA, D.S. O direito à cidade (nas ruas e na universidade) e o devir da sociedade urbana. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (Orgs). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017, p.95-113.

VOLOCHKO, D. Conflitos socioespaciais, socioambientais e representações: dimensões da análise urbana. In: Ana Fani Alessandri Carlos; César Simoni Santos; Isabel Pinto Alvarez. (Org.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Editora Contexto, 2018, v. 1, p. 65-88.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Tradução Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

Apêndice 1: Termo de consentimento livre e esclarecido.

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG/UEPA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Somos discentes do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará – PPGG/UEPA e estamos desenvolvendo o Projeto de Pesquisa intitulado “Produção do espaço e assentamentos precários na pequena cidade amazônica de Santo Antônio do Tauá, Pará”, sob orientação do Prof. Dr. Willame Ribeiro.

Sua participação envolve (uma entrevista, que será gravada se assim você permitir).

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro

Consinto participar deste estudo.

Nome e assinatura do participante

Local e data:

Apêndice 2: Roteiro de entrevistas para os representantes das ocupações.

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG/UEPA**

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS
REPRESENTANTES DAS OCUPAÇÕES PRECÁRIAS**

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome (Optativo): _____

Idade: _____

Sexo: [] Masculino [] Feminino

Renda: _____

Bairro/Ocupação: _____

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Qual seu grau de Escolaridade?

() Fundamental Completo () Fundamental Incompleto () Ensino Médio Completo
() Ensino Médio Incompleto () Curso Superior incompleto () Curso Superior Completo

2. Você exerce alguma atividade remunerada?

3. Há quanto tempo você mora neste bairro/ocupação?

4. Onde você morava antes de vir para este local e por qual motivo você optou por morar nesse bairro/ocupação?

5. Você desempenha algum papel de representação comunitária em seu local de moradia?

CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE MORADIA

6. Você tem conhecimento a respeito do surgimento da ocupação ou conhece alguém que participou do processo de ocupação?

7. Quais estratégias foram usadas para conseguir ocupar este espaço e o que foi necessário para conseguir permanecer nesse local?

8. Sua casa é própria, alugada ou cedida? Você possui o título de propriedade da terra?

9. Você mesmo providenciou a construção da sua casa? Em caso afirmativo, qual a estratégia utilizada para a sua produção (ex. mutirão, autoconstrução com ajuda de familiares)?

10. Você sente dificuldade para acessar outras áreas da cidade, como o centro comercial por exemplo?

11. Como você caracterizaria as condições de moradia no seu bairro/ocupação?

12. Você gostaria de morar em outro bairro da cidade ou mesmo em outro município? Por quê?

SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO E CONSUMO

13. Você possui vínculo empregatício? Onde fica o seu local de trabalho?

14. A localização da sua moradia ajuda ou prejudica o seu deslocamento até o local de trabalho? Por quê?

15. Quais serviços você e seus familiares utilizam com maior frequência?

() Escola () Serviço de saúde (hospital, unidade básica e saúde, clínica)

() Supermercado () Farmácia () Lojas de vestuário

Outros _____

16. Estes serviços estão localizados próximo ou longe da sua casa? Você sente dificuldade para acessá-los?

17. Você costuma ter que se deslocar para Belém ou municípios próximos à capital para ter acesso a determinados bens e serviços? Quais são e com que frequência?

18. Você ou alguém da sua família (que também seja morador do bairro/ocupação) desenvolvem algum tipo de trabalho em Belém ou outros municípios próximos à capital?

19. Considerando a questão anterior, por quais motivos você ou seu familiar continuam residindo na cidade de Santo Antônio do Tauá? Permanecer nesta cidade ajuda ou dificulta o desenvolvimento do seu trabalho?

20. Existem opções de lazer no local de moradia? Quais?

21. Quais locais de lazer você e sua família mais frequentam? Esses locais ficam próximos ou distantes da sua casa?

22. A localização da sua moradia afeta os horários de saída e de chegada em sua residência? Por quê?

SOBRE AS PROBLEMÁTICAS LOCAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES

23. Quais os principais problemas enfrentados em seu local de moradia e o que precisa ser melhorado?

24. Quais estratégias você ou sua família utilizam para lidar com as problemáticas vivenciadas no bairro/ocupação em que você mora, tais como:

A) Saúde:

B) Trabalho:

C) Transporte:

D) Lazer:

25. Há alguma associação de moradores ou movimento social atuante no bairro/ocupação? Em caso afirmativo, qual?

26. Os moradores costumam se reunir para reivindicar melhorias para o seu local de moradia? Em caso afirmativo, de que modo?

27. Você sente que os demais moradores da cidade expressam uma visão negativa

(discriminadora) em relação às pessoas que residem na ocupação? Por quê?

Apêndice 3: roteiro de entrevistas para os representantes das ocupações.

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG/UEPA**

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS
MORADORES DAS OCUPAÇÕES PRECÁRIAS**

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome (Optativo): _____

Idade: _____

Sexo: [] Masculino [] Feminino

Renda: _____

Bairro/Ocupação: _____

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Qual seu grau de Escolaridade?

() Fundamental Completo () Fundamental Incompleto () Ensino Médio Completo
() Ensino Médio Incompleto () Curso Superior incompleto () Curso Superior Completo

2. Você exerce alguma atividade remunerada?

3. Há quanto tempo você mora neste bairro/ocupação?

4. Onde você morava antes de vir para este local? Por qual motivo você optou por morar nesse bairro/ocupação?

5. Existe uma razão específica para você ter deixado sua moradia anterior e mudado para a atual? O que lhe motivou?

CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE MORADIA

6. Quais estratégias foram usadas para conseguir ocupar este espaço e o que foi necessário para conseguir permanecer nesse local?

7. Sua casa é própria, alugada ou cedida? Você possui o título de propriedade da terra?

8. Você mesmo providenciou a construção da sua casa? Em caso afirmativo, qual a estratégia utilizada para a sua produção (ex. mutirão, autoconstrução com ajuda de familiares)?

9. Você sente dificuldade para acessar outras áreas da cidade, como o centro comercial por exemplo?

10. Como você caracterizaria as condições de moradia no seu bairro/ocupação?

11. Você gostaria de morar em outro bairro da cidade ou mesmo em outro município? Por quê?

SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO E CONSUMO

12. Você possui vínculo empregatício? Onde fica o seu local de trabalho?

13. A localização da sua moradia ajuda ou prejudica o seu deslocamento até o local de trabalho? Por quê?

14. Quais serviços você e seus familiares utilizam com maior frequência?
() Escola () Serviço de saúde (hospital, unidade básica e saúde, clínica)
() Supermercado () Farmácia () Lojas de vestuário
Outros _____

15. Estes serviços estão localizados próximo ou longe da sua casa? Você sente dificuldade para acessá-los?

16. Você costuma ter que se deslocar para Belém ou municípios próximos à capital para ter acesso a determinados bens e serviços? Quais são e com que frequência?

17. Você ou alguém da sua família (que também seja morador do bairro/ocupação) desenvolvem algum tipo de trabalho em Belém ou outros municípios próximos à capital?

18. Considerando a questão anterior, por quais motivos você ou seu familiar continuam residindo na cidade de Santo Antônio do Tauá? Permanecer nesta cidade ajuda ou dificulta o desenvolvimento do seu trabalho?

19. Existem opções de lazer no local de moradia? Quais?

20. Quais locais de lazer você e sua família mais frequentam? Esses locais ficam próximos ou distantes da sua casa?

21. A localização da sua moradia afeta os horários de saída e de chegada em sua residência? Por quê?

SOBRE AS PROBLEMÁTICAS LOCAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES

22. Quais os principais problemas enfrentados em seu local de moradia e o que precisa ser melhorado?

23. Quais estratégias você ou sua família utilizam para lidar com as problemáticas vivenciadas no bairro/ocupação em que você mora, tais como:

- A) Saúde:
- B) Trabalho:
- C) Transporte:
- D) Lazer:

24. Os moradores costumam se reunir para reivindicar melhorias para o seu local de moradia? Em caso afirmativo, de que modo?

25. Você sente que os demais moradores da cidade expressam uma visão negativa (discriminadora) em relação às pessoas que residem na ocupação? Por quê?



**Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo
66113-200 – Belém-PA**